UNIVERSIDADE DE SOROCABA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Silvana Maria Gabaldo Xavier

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o caso das Instituições Comunitárias de Educação Superior no Brasil

Silvana Maria Gabaldo Xavier

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o caso das Instituições Comunitárias de Educação Superior no Brasil

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma Lení Nista-Piccolo

Ficha Catalográfica

Xavier, Silvana Maria Gabaldo

X23e

Extensão universitária : o caso das instituições comunitárias da educação superior no Brasil / Silvana Maria Gabaldo Xavier. – 2021.

164 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma Lení Nista-Piccolo. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2021.

1. Extensão universitária. 2. Universidades e faculdades comunitárias - Brasil. 3. Ensino superior - Brasil. I. Nista-Piccolo, Vilma Lení, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

Elaborada por Regina Célia Ferreira Boaventura – CRB-8/6179.

Silvana Maria Gabaldo Xavier

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: o caso das Instituições Comunitárias de Educação Superior no Brasil

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção para o grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: ___/__/2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Vilma Lení Nista-Piccolo Universidade de Sorocaba (UNISO)

Profa. Dra. Regina Maria Rovigati Simões Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Prof. Dr. Rafael Ângelo Bunhi Pinto Universidade de Sorocaba (UNISO)

Prof. Dr. Odilon José Roble Universidade de Campinas (UNICAMP)

Profa. Dra. Ana Carolina Rusca Correa Porto Universidade de Sorocaba (UNISO)

An and who be

Dedico esse trabalho a Deus e à minha família; sem Ele eu não teria capacidade para desenvolvê-lo, e com ela tive meu apoio.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial meus pais Dario e Maria, pela minha educação.

À minha querida amiga orientadora profa. Dra. Vilma Lení Nista-Piccolo, por seu comprometimento, incentivo, dedicação, disponibilidade, parceria, paciência, exemplo e carinho nos momentos mais importantes da orientação.

À Banca de Qualificação, pelas recomendações e valiosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu esposo Edson e ao nosso filho Lucas, pela força e compreensão nos momentos difíceis e de ausência.

À Universidade de Sorocaba e sua Entidade Mantenedora, Fundação Dom Aguirre, por me terem concedido bolsa de estudo em toda a minha Educação Superior, da licenciatura em Letras, do bacharelado em Direito, do Mestrado e Doutorado em Educação.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade de Sorocaba.

À Reitoria da Universidade de Sorocaba, prof. Dr. Rogério Augusto Profeta, prof. Dr. Fernando de Sá Del Fiol e prof. Dr. José Martins de Oliveira Júnior, pelo incentivo, compreensão e oportunidade profissional.

À querida Vilma Franzoni pelo apoio e revisão das normas da ABNT no texto.

Ao estimado prof. Me. Roberto Samuel Sanches pela colaboração na finalização do texto e pelo exemplo de professor que foi desde o ensino fundamental.

À minha amiga Daniela de Campos Oliveira, funcionária da Assessoria Acadêmica da Uniso que me acompanha, há vários anos, na vida acadêmica.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta pesquisa, um objetivo alcançado, um sonho realizado.

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida por eu estar aqui, principalmente em tempos de pandemia.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento "experiencial"), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (Paulo Freire, 1983, p. 34).

RESUMO

Esta tese faz uma análise da extensão universitária presente nas Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, filiadas à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC. Com objetivo de pesquisar e analisar as convergências e divergências entre as concepções e práticas de extensão universitária nas 66 ICES filiadas à ABRUC, estudou-se essa temática na literatura especializada, na legislação brasileira vigente, além de pesquisar os documentos institucionais disponibilizados em seus sites e interpretar as respostas dadas a um questionário encaminhado aos setores responsáveis pela extensão universitária das ICES. A pesquisa é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo descritivo. Apoiando-se numa análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999), os dados foram trabalhados em três (03) grandes momentos: a descrição das concepções e práticas extensionistas; a redução em unidades de sentido, agrupadas em categorias organizadas nos três (03) grupos (documentos legais, institucionais e questionários); num terceiro momento, a interpretação pelo método da Triangulação de Dados, pautando-se em Minayo (2006) e Flick (2013). O entrecruzamento dos dados levantados com os três (03) grupos de análise permitiu verificar convergências e divergências sobre o entendimento de extensão e suas práticas nas ICES pesquisadas, com observância dos conceitos extraídos dos textos legais e literatura específica. O estudo contribuiu para reflexões sobre as práticas de extensão universitária que têm sido desenvolvidas pelas ICES. As revelações oriundas da Triangulação dos Dados possibilitaram considerar que: as atividades de extensão necessitam ser trabalhadas com o mesmo peso do ensino e da pesquisa na tríade que embasa a Universidade; os documentos que a institucionalizam devem ser mais claros e objetivos, apresentando consonância entre os conceitos editados e suas possibilidades de execução; a importância de se criar mecanismos de avaliação das práticas extensionistas. Recomenda-se a necessidade das ICES organizarem suas ações pautadas nos princípios declarados em seus regimentos, sob a égide da legislacao vigente. Assim, enfatiza-se a necessidade de novos estudos sobre as concepções de extensão e suas práticas, na seara da Educação Superior brasileira, com o objetivo de unificar os princípios, as diretrizes e a avaliação sobre a extensão universitária no sistema de ensino do país.

Palavras-chave: Extensão universitária. Instituições Comunitárias. Educação Superior.

ABSTRACT

This thesis makes an analysis of the university extension present in the Community Higher Education Institutions - ICES, affiliated to Brazilian Association of Community Institutions of Higher Education - ABRUC. In order to examine and analyze the convergences and divergences between the conceptions and practices of university extension at 66 ICES affiliated to ABRUC, this theme was studied in the specialized literature, current Brazilian legislation, in addition to the institutional documents available on their websites and to interpret the responses given to a questionnaire sent to the sectors responsible for the university extension of the ICES. The research is of a qualitative nature, characterized as a descriptive study. Based on a content analysis by Laville and Dionne (1999), the data were worked on in three (03) great moments: the description of extensionist concepts and practices; the reduction of the units of meaning, grouped into categories organized in the three (03) groups (official, institutional documents and questionnaires); in a third moment, the interpretation by the Data Triangulation method, based on Minayo (2006) and Flick (2013). The intertwinded of the data collected with the three (03) groups in analysis revealed similarities and differences about the understanding of the extension and its technique in the researched ICES, with observance of the concepts extracted from legal texts and specific literature. The study contributed to reflections about university extension practices that have been developed by the ICES. The revelations arising from the Triangulation of Data made it possible to consider that: extension activities need to be worked with the same weight as teaching and research in the triad that underlies the University: the documents that institutionalize must be clearer and more objective. presenting consonance between the edited concepts and their execution possibilities: the importance of creating mechanisms for evaluating extensionist practices. It is recommended the need for ICES to organize their actions based on the principles stated in their bylaws, under the aegis of the legislation in force. Thus, it is emphasized the need for new studies on the conceptions of extension and its practices in Brazilian Higher Education, with the aim of unifying the principles, the guidelines, and the evaluation of university extension in the country's educational system.

Keywords: University Extension. Community Institutions. Higher education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de instituições de Ensino Superior no Brasil	37
Quadro 2 - Número de instituições de ensino superior (Público x Privado)	38
Quadro 3 - Relação das ICES no período de 1988-1998	42
Quadro 4 - Características das IES públicas, comunitárias e privadas	45
Quadro 5 - Concepção de extensão universitária	72
Quadro 6 - Histórico dos eventos nacionais de extensão	75
Quadro 7 - Conceito de extensão nos documentos legais	80
Quadro 8 - Instituições associadas ABRUC por região	81
Quadro 9 - ICES por setor responsável e modalidades de extensão	84
Quadro 10 - Tipo de Norma e conceito	89
Quadro 11 - Documentos legais: categorias	102
Quadro 12 - Categorias levantadas: documentos legais	103
Quadro 13 - Unidades de sentidos e categorias	104
Quadro 14 - Categorias levantadas: concepção nos documentos legais	116
Quadro 15 - Questão 1: Unidades de sentidos e categorias	118
Quadro 16 - Categorias levantadas: Questão 1	126
Quadro 17 - Questão 2: Unidades de sentidos e categorias	127
Quadro 18 - Modalidades de práticas de extensão	130
Quadro 19 - Categorias levantadas: Questão 2	131
Quadro 20 - Número de projetos desenvolvidos por área	132

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Triangulação dos dados coletados	138
Gráfico 1 - Dissertações e Teses publicadas sobre extensão universitária	17
Gráfico 2 - ICES associadas ABRUC por região	81
Gráfico 3 - ICES por setor responsável e modalidades de extensão	88

LISTA DE SIGLAS

ABC Associação Brasileira de Ciências

ABE Associação Brasileira de Educação

ABESC Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas

ABIEE Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas

ABRUC Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de

Educação Superior

ACAFE Associação Catarinense das Fundações Educacionais

AEC Associação de Educação Católica

ANDES Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior ANEC Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

ASCES-UNITA Centro Universitário Tabosa de Almeida

CBEU Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

CEFETS Centros Federais de Educação Tecnológica

CEUNIH Centro Universitário Isabela Hendrix

CGT Central Geral dos Trabalhadores
CLARETIANO Centro Universitário Claretiano

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COMUNG Consórcio Das Universidades Comunitárias Gaúchas

CPB Confederação dos Professores do Brasil

CRUB Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CUT Central Única dos Trabalhadores

FACCAT Faculdades Integradas de Taquaras
FADIC Faculdade Damas da Instrução Cristã

FAE Centro Universitário FAE

FAFIRE Faculdade Frassinetti do Recife

FAJE Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

FAPAS Faculdade Palotina de Santa Maria

FCM - MG Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais

FEEVALE Universidade Feevale

FEI Centro Universitário Fundação Educacional Inaciana
FFCL Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava

FOREXT Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das

Instituições Comunitárias de Educação Superior

FSST Faculdade Salesiana de Santa Teresa

ICES Instituições Comunitárias de Ensino Superior

IELUSC Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina

IES Instituições de Ensino Superior

IFETS Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira

INEP Instituto Nacional de Estudos Educacionais

IPA Centro Universitário Metodista - Instituto Porto Alegre

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

PROUNI Programa Universidade Para Todos

PUC-CAMP Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PUC-GOIÁS Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC-Minas Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-PR Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC-RIO Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-RS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SÃO CAMILO Centro Universitário São Camilo

SERES Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UCB Universidade Católica de Brasília
UCDB Universidade Católica Dom Bosco

UCP Universidade Católica de Petrópolis

UCPel Universidade Católica de Pelotas

UCS Universidade de Caxias do Sul

UCSAL Universidade Católica de Salvador

UDF Universidade do Distrito Federal

UFN Universidade Franciscana

UFPEL Universidade Federal de Pelotas

UMESP Universidade Metodista de São Paulo

UNASP Centro Universitário Adventista de São Paulo

UNE União Nacional de Estudantes

UNESC Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNICAP Universidade Católica de Pernambuco

UNICRUZ Universidade de Cruz Alta

UNIDAVI Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí

UNIEVANGÉLICA Centro Universitário de Anápolis UNIFEBE Centro Universitário de Brusque

UNIFEOB Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos

UNIFEV Centro Universitário de Votuporanga

UNIJUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande

do Sul

UNILASSALE Universidade La Salle

UNIMEP Universidade Metodista de Piracicaba

UNINCOR Universidade Vale do Rio Verde

UNIPLAC Universidade do Planalto Catarinense

UNISAL Centro Universitário Salesiano de São Paulo

UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium

UNISANTOS Universidade Católica de Santos

UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNISO Universidade de Sorocaba

UNISUL Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIVALE Universidade do Vale do Rio Doce

UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí

UNIVAP Universidade do Vale do Paraíba
UNIVATES Universidade do Vale do Taquari

UNIVILLE Universidade da Região de Joinville

UNOCHAPECO Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC Universidade do Oeste de Santa Catarina

UPF Universidade de Passo Fundo

UPM Universidade Presbiteriana Mackenzie

URCAMP Centro Universitário da Região de Campanha

URI Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

URJ Universidade do Rio de Janeiro

USC Universidade do Sagrado Coração

USF Universidade São Francisco
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA	21
2.1	A Instituição Comunitária no Ensino Superior brasileiro	39
3	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTEXTO HISTÓRICO, CONCEITUAL PREVISÃO LEGAL NO BRASIL	
3.1	Extensão: construção histórica conceitual	50
3.2	Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades IES Comunitárias – ForExt	73
4	A PESQUISA: UMA NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO	78
4.1	Campo de estudo	78
4.1.1	O conceito de extensão dos documentos legais	79
4.1.2	Participantes	80
4.2	Método de análise de dados	.100
4.2.1	Categorização dos documentos legais	.102
4.2.2	Categorização dos documentos institucionais	.103
4.2.3	Questionário: da coleta à categorização	.117
5	A INTERPRETAÇÃO – TRIANGULAÇÃO DOS DADOS	.136
5.1	A concepção de extensão	.139
5.1.1	Convergência de resultados na concepção de extensão universitária	.139
5.1.2	Complementação dos resultados na concepção de extensão universitária	ุง140
5.1.3	Divergência de resultados na concepção de extensão universitária	.142
5.2	As práticas extensionistas	.144
5.2.1	As convergências nos resultados sobre as práticas extensionistas	.144
5.2.2	A complementação nos resultados sobre as práticas extensionistas	.145
5.2.3	As divergências nos resultados sobre as práticas extensionistas	.145
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	.146
RFFF	RÊNCIAS	.151

1 INTRODUÇÃO

A primeira vez que ouvi o termo extensão universitária foi em 2002. Na época, fui trabalhar na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, da Universidade de Sorocaba (UNISO).

Entender o conceito de extensão universitária e como se dá sua prática, não foi e ainda não é tarefa fácil, principalmente, quando se refere à questão da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Com o passar dos anos e cada vez mais envolvida com as atividades dos programas, projetos, eventos e cursos de extensão, resolvi pesquisar sobre a extensão universitária nessa instituição, e para isso, ingressei no curso de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISO e desenvolvi uma dissertação sobre Visões de letramento digital em projetos de extensão universitária: inclusão e inserção social, com os objetivos de identificar o trabalho extensionista na Universidade de Sorocaba na área da Tecnologia e Produção, e identificar as propostas de letramentos nos projetos de acordo com as necessidades das comunidades participantes.

Certamente, o conhecimento adquirido muito agregou à minha atividade profissional. Mas, permaneceram as minhas inquietações em relação à construção conceitual das possibilidades práticas da extensão. Isso me levou à proposta de ampliar a pesquisa realizada anteriormente, ingressando no mesmo Programa, em nível de doutoramento, buscando compreender as concepções existentes sobre extensão universitária no Brasil e sua prática nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), filiadas à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC).

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior, sejam elas públicas, comunitárias ou particulares, vivenciam diversos desafios e obstáculos, colocados pelo Sistema Educacional brasileiro e também pela sociedade, ao questionarem a sua hegemonia na produção do conhecimento.

Pensar a universidade, a partir de um dos seus objetivos de formação profissional cidadã, respeitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme exigências educacionais, é um processo complexo. Analisar a extensão universitária desenvolvida nesse espaço é ainda mais complicado por apresentar uma diversidade conceitual e práticas que interferem de forma expressiva

no "pensar" e no "fazer" do cotidiano da universidade.

A extensão universitária compreende várias formas de atividades como programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e ações voltadas ao assistencialismo, conforme aponta a literatura selecionada para a pesquisa e a legislação vigente. Isso se deve ao fato de as instituições de Educação Superior estarem imersas em diferentes contextos de realidades políticas, econômicas, sociais e culturais, que levam a interpretações diversificadas. Há uma constante busca do seu conceito e das suas possibilidades práticas, tornando-se assunto polêmico, pois se ligam aos diferentes interesses que propõem a aproximação entre universidade e comunidade (SÍVERES, 2013; SCHMIDT, 2018).

Nesse processo de integração da universidade e comunidade sabe-se segundo as legislações que a extensão universitária deve estar vinculada ao ensino e à pesquisa, além de se relacionar com as necessidades sociais. Assim, a instituição contribui com o respeito à cidadania, e, ao mesmo tempo, universidade e sociedade são transformadas.

O papel da extensão universitária é estabelecer o diálogo entre os diversos modos do conhecimento e a comunidade acadêmica e social, e entre as necessidades e possibilidades de solução dos problemas sociais.

No Brasil, as Leis 4.024/61, 9.394/96 e 13.868/19 asseguram que as instituições públicas, privadas ou comunitárias, reconhecidas como universidades e faculdades devem ofertar cursos de graduação. Os centros universitários foram criados pelo Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997. Porém, como também dispõe a Constituição Federal de 1988, no caput do art. 207, que somente aquelas reconhecidas como universidades devem desenvolver atividades caracterizadas pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. (BRASIL, 2017). Importante destacar que o Decreto n. 9.235/17 frisa que os centros universitários e faculdades devem possuir programa de extensão institucionalizado nos cursos de graduação oferecidos.

À universidade cabe a função de transmitir, de produzir e de socializar o saber. (SOUSA, 2010). As atividades de ensino são voltadas para a apropriação do saber. A pesquisa se consolida pela construção do saber (MARTINS, 2009; FAVÉRO, 2011). À extensão cabe a missão de possibilitar a comunicação e a troca de saberes científico e popular (SÍVERES, 2013; GADOTTI, 2017).

Nos centros universitários e faculdades o oferecimento e a realização das

práticas extensionistas também buscam ultrapassar o âmbito acadêmico, constituindo uma ponte permanente entre as IES e a sociedade. Assim, as universidades, centros universitários e faculdades têm o mesmo entendimento conceitual e prático acerca da extensão universitária.

Em relação ao estudo ora proposto, é importante destacar que a construção do processo histórico e conceitual da extensão universitária no Ensino Superior brasileiro ganhou destaque após pesquisas realizadas com o passar do tempo. Em consulta realizada no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), buscando o termo "extensão universitária" e utilizando o filtro área do conhecimento "Educação", nota-se o aumento no número de pesquisas publicadas na forma de teses e dissertações sobre essa temática, conforme gráfico abaixo:



Gráfico 1 - Dissertações e Teses publicadas sobre extensão universitária

Fonte: Elaborado pela autora

Diante do exposto, pode-se afirmar que a extensão universitária já conquistou seu espaço no cenário da Educação Superior brasileira, pois, é importante configurar-se como conhecimento produzido a partir das experiências dos sujeitos envolvidos.

Nessa perspectiva, salienta-se que a produção de novos saberes e a divulgação de práticas extensionistas são necessárias para que se possa discutir o caráter transformador da extensão na formação acadêmica e profissional dos alunos de graduação. Considerando a extensão universitária como um dos pilares da universidade, comprova-se sua importância no processo de interação social junto à comunidade.

Na construção da relação pesquisa-extensão, nota-se que, além da produção de conhecimentos práticos e teóricos no meio acadêmico, a sociedade também é

beneficiada com a troca de saberes. Nesse sentido, "numa universidade, ambos os eixos devem estar respaldados na relevância da sua significação social, o que pode/deve ser intensificado por suas articulações com o âmbito da extensão" (ARROYO; ROCHA, 2010, p. 136).

Esta tese de doutorado, tem como objetivo pesquisar e analisar as convergências e divergências entre as concepções e práticas de extensão universitária nas 66 ICES filiadas à ABRUC. O referido objetivo geral foi suscitado a partir do seguinte problema de pesquisa. Quais são as concepções de extensão universitária nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), pertencentes à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ABRUC)? Quais e como são as práticas extensionistas desenvolvidas?

Para tanto, foram definidos como objetivos específicos:

- Identificar as concepções de extensão universitária na legislação vigente,
 na literatura e nos documentos institucionais;
- Identificar as concepções de extensão universitária nas respostas das questões enviadas aos responsáveis pelo setor de extensão universitária nas ICES:
- verificar as práticas de extensão desenvolvidas nas ICES;
- analisar as convergências e divergências entre as concepções e práticas de extensão universitária nas ICES, utilizando o método da triangulação de dados.

Essa pesquisa, de natureza qualitativa, pauta-se em pressupostos de uma pesquisa descritiva, que, segundo Gil (2012a), tem por objetivo descrever as características de um fenômeno, levantando opiniões e atitudes de uma determinada população.

Para contextualizar e identificar as concepções de extensão e sua prática no cenário do Ensino Superior brasileiro, esta tese está organizada em cinco (05) seções, possibilitando o entendimento da construção histórica do tema abordado.

A segunda seção revisita os registros dos principais acontecimentos históricos, os conceitos, os preceitos legais sobre a construção da Educação Superior no Brasil. Apontar a partir do crescimento do número de IES no contexto da sociedade e necessidades da época, as influências dos modelos alemão, francês e americano e a

criação das principais universidades brasileiras.

A terceira seção aborda, fundamentalmente a extensão universitária, com a apresentação do contexto histórico, construção conceitual e preceitos legais, no que se refere à busca pelo reconhecimento como um dos pilares da universidade e como prática extensionista nos centros universitários, faculdades e universidades. Muitas são as formas de estruturar e institucionalizar a extensão na Educação Superior, o que gerou a busca por conceitos, diretrizes, finalidades, normas e suas funções no universo das ICES. Pois, a extensão universitária, com o objetivo de propulsionar mudanças sociais, assume o compromisso de formar profissionais comprometidos com a realidade social (THOMÉ, 2013).

Na quarta seção, apresentamos o percurso metodológico desta pesquisa, abrangendo os documentos legais além da investigação nas 66 ICES associadas à ABRUC e seus respectivos responsáveis.

O primeiro procedimento na pesquisa foi buscar a concepção de extensão nos textos da legislação. Em seguida, foi realizada a coleta de dados nos sites das 66 ICES para pesquisar sobre a concepção delas sobre extensão universitária. Os dados foram levantados em diferentes documentos como diretrizes, edital, estatuto, PDI, política, regimento ou regulamento e depois transcritos no Quadro 10.

Para coletar os conceitos de extensão na percepção dos responsáveis pelos respectivos setores nas 66 ICES, elaboramos um questionário com 3 questões e enviamos por e-mail a todas elas. Das 66 ICES recebemos respostas de 20 ICES as quais foram transcritas e apresentadas nos Quadros 16 e 19.

Para tratar os dados coletados utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Laville e Dione (1999), que trabalha com recortes ou fragmentos, que possam dar sentindo ao conteúdo na íntegra.

Após a primeira redução em unidades de sentidos foram geradas categorias de análises para serem interpretadas, tanto dos documentos legais, como dos institucionais e das respostas das questões enviadas aos responsáveis pelos setores de extensão universitária nas 66 ICES.

Diante das categorias criadas e com base na proposta de Minayo (2006), a Triangulação dos Dados foi adotada para a interpretação dos resultados. Vale ressaltar que a triangulação permite a coleta de dados em diferentes momentos e fontes distintas.

Na quinta seção, são apresentadas a análise de convergências e divergências

acerca de tudo que foi investigado, a interpretação e a discussão dos resultados, a partir de um recurso metodológico identificado como triangulação dos dados.

Por fim, nas considerações finais, busca-se verificar se os objetivos propostos para a pesquisa foram atendidos. Apontamos alguns dados analisados e interpretados que demonstram equívocos conceituais em relação à extensão universitária, além da falta de consonância entre as concepções editadas com suas atividades executadas.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO HISTÓRICA

O tema desta tese é a extensão universitária. Atualmente, são várias as referências (ROCHA, 2001; FREIRE, 2006, SOUSA, 2010; SERRANO, 2013; BRASIL, 2018) sobre extensão universitária, como parte integrante da tríade que fundamenta o espaço acadêmico, se constituindo uma das vertentes necessárias para compor a estrutura da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Diante de mudanças que ocorrem na educação, legislações governamentais foram alteradas trazendo novas obrigatoriedades ou exigências às Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo as atividades extensionistas.

Sabe-se que a compreensão sobre as práticas de extensão na Universidade, no passado, não tinha o mesmo significado apresentado nos conceitos atuais, o que trouxe significativas mudanças nos modelos de atividades, principalmente no que concerne à integração universidade/comunidade.

Por essa razão, para contextualizar a trajetória histórica do papel da extensão universitária no Brasil, é necessário revisitar fragmentos da história do Ensino Superior.

As primeiras Instituições de Ensino Superior no Brasil foram criadas no início do século XIX, após a chegada da corte portuguesa, em 1808, e tinham como característica principal a orientação para formação profissional e o controle do Estado sobre o sistema (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Influenciado pelo modelo de formação profissional português, no mesmo ano, no Brasil, foram criadas as escolas de Cirurgia e Anatomia, em Salvador, Anatomia e Cirurgia e Academia de Guarda Marinha, no Rio de Janeiro. Também no Rio de Janeiro, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar (que em 1814 recebeu o nome de Escola Politécnica), criado o curso de Agricultura e, em 1816, a Real Academia de Pintura e Escultura, também no Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1991).

Neste sentido, expõe Sampaio (1991, p. 2):

O modelo de formação profissional combinou, em sua origem, duas influências: o pragmatismo que havia orientado o projeto de modernização em Portugal, no final do século XVIII – cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra – e o modelo napoleônico do divórcio entre ensino e a pesquisa científica.

Percebe-se que o modelo de ensino adotado tinha como objetivo formar

profissionais para desenvolver atividades específicas. Assim como a pesquisa, a extensão, na época, não foi tratada como uma atividade necessária, mas isso não significa que não tenha sido desenvolvida. Dessa forma, observa-se a expansão das Instituições de Ensino Superior no Brasil com um modelo proposto que não alcançava a qualificação plena da sociedade, pois, caracterizava-se por uma formação de profissionais liberais somente nas áreas do Direito, Medicina e Engenharia.

A criação de IES no Brasil, com base no modelo desenvolvido em Portugal, buscou formar profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas. Esse tipo de formação praticamente proporcionava posições privilegiadas e prestígio social (SAMPAIO, 1991). Assim, nota-se que o ensino além de não atender a todos, apresentou um caráter elitista e evidenciou as desigualdades sociais da época.

Como explica Souza (1996, p. 47-48):

Os cursos de Ensino Superior foram criados para atender, predominantemente, as necessidades do Estado nascente: formação dos seus burocratas, formação de especialistas para a produção de bens de consumo das classes dominantes e a formação de um quadro complementar de profissionais liberais.

Conforme exposto, percebe-se que apenas uma parcela da sociedade teve acesso ao Ensino Superior e que a maioria foi privada dele. É possível afirmar que tal cenário era oriundo do pouco acesso à Educação Básica na época. Somente a aristocracia e a classe emergente, a pequena burguesia, recebiam uma educação de elite, assim refletindo também no acesso à Educação Superior (RIBEIRO, 1993).

A influência do modelo de Portugal foi tão forte, que mesmo cinquenta anos depois, sob a liderança de Dom Pedro II, após 1850, houve um pequeno aumento no número de instituições, mas o Ensino Superior ainda se limitava à formação de profissionais liberais, reforçando uma prática do ensino vertical e alheio ao saber popular (SGUISSARDI, 2006).

Após a Proclamação da República, no ano de 1889, o Brasil tinha seis (06) escolas de Ensino Superior, que ainda só formavam profissionais liberais e o diploma garantia o ingresso num mercado de trabalho restrito. Não há registros na literatura pesquisada sobre alguma prática extensionista desenvolvida pelos alunos, que pudesse contribuir para a devida formação do futuro profissional, complementando os conhecimentos recebidos em salas de aula.

Em seguida, a "Reforma Carlos Maximiliano", por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, tratava da instituição de uma Universidade, dispondo:

Art. 6º O Governo Federal, quando achar opportuno, reunirá em Universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a ellas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalizaçdão e dando-lhe gratuitamente edificio para funccionar.

Embora o decreto autorizasse a criação da Universidade do Rio de Janeiro, somente na década de 1920, sob o governo de Epitácio Pessoa, por meio do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro foi instituída. Assim, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, juntas, passaram a integrar uma única Universidade.

Vale ressaltar que, mesmo com a junção das instituições, nenhuma mudança significativa ocorreu, pois continuaram funcionando isoladamente, sem nenhuma articulação entre si (MENDONÇA, 2000). Também, não houve preocupação com o diálogo e possíveis demandas que a sociedade da época pudesse apresentar.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1920, e a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, já traziam influências de outros dois modelos de Ensino Superior, o francês e o alemão (CUNHA, 1988). No caso da URJ, identifica-se a influência do modelo francês, pois este, priorizava a criação de escolas isoladas de natureza profissionalizante, dissocializando o ensino, da pesquisa. Já na USP, nota-se uma valorização da pesquisa, destacando-a como uma das principais finalidades da Universidade. Também, estudava-se, na época a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a ser considerada como o órgão principal da instituição. Diante dessas características, identifica-se o modelo alemão na concepção institucional da USP.

Como explicam Charle e Verger (1996, p. 78-79):

As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que, nas universidades alemãs, representavam o órgão universitário por excelência, integrador das demais atividades e fonte de pesquisas inovadoras, na França não preencheram essa função, situando-se na hierarquia científica abaixo das escolas especializadas.

Isso veio afirmar que eram nítidas as divergências entre os modelos alemão e francês. No caso do primeiro, enfatiza-se a importância dada à indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa como fatores de formação. No modelo francês, a pesquisa não

era considerada como tarefa importante da universidade, pois buscavam apenas valorizar a formação especializada e profissional, o que reforçava novamente o perfil de um ensino vertical. Mesmo valorizando a formação os registros apontam ações desarticuladas de extensão, sem a designação hoje atribuída, sem a troca de saberes.

Com a influência desses dois modelos de ensino, nas primeiras três décadas do século XX, novas instituições privadas foram implantadas no Brasil, numa expansão expressa em número de 24 para 86. Sobre isso, Martins e Vieira (2017) relatam:

Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. Até o início da década de 1930 o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes. A atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de ensino superior existente.

Percebe-se que o Ensino Superior brasileiro precisava ter um modelo próprio que atendesse à realidade da época, e para isso, era necessário passar por mudanças e adequações, como por exemplo, que as atividades de ensino, o desenvolvimento da pesquisa e a extensão pudessem marcar um novo caminho para essas instituições no Brasil, mesmo que isso ainda não fosse definido em documentos legais.

Em 1920 já havia sido criada a Universidade do Brasil, e iniciativa anterior ocorrera no Paraná. Mas em ambos os casos, tratava-se de reunir formalmente as escolas tradicionais já existentes. A nova proposta era diferente. Buscava-se criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência. A universidade moderna deveria ser organizada: 'a) de maneira que se integrem num sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais (medicina. engenharia. direito). institutos especializados (farmácia, odontologia), e instituições de altos estudos (faculdades de filosofia e letras, de ciências matemáticas, físicas naturais, de ciências econômicas e sociais, de educação, etc.), b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de universalidade, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos, pela natureza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e desenvolvimento da cultura nacional'. No curso dos debates, a autonomia da universidade era defendida como condição sine qua non para o êxito das reformas. Considerava-se que a ingerência do governo nos assuntos da universidade poderia atravancar o desenvolvimento da pesquisa científica (SAMPAIO, 1991, p. 9).

Afirmam os autores (Sampaio, 1991; Martins; Vieira, 2017), que a pesquisa científica não fazia parte do sistema da Educação Superior, e que as atividades de

extensão aconteciam timidamente e de forma desarticulada. Isso significa que as instituições ainda apresentavam características de um ensino profissionalizante, e não se pensava na relação do Ensino Superior com a comunidade.

Em 1924, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em conjunto com a Associação Brasileira de Ciências (ABC), instituída em 1922, foi apresentado um projeto de reformulação do sistema de educação, que contemplava um alinhamento do Ensino Primário à Educação Superior no Brasil, e previa a realização de cursos de extensão:

O debate foi amplo, envolvendo diversos setores da área da educação, em uma dimensão nacional. Ele incluiu cursos de extensão, pesquisas, elaboração de projetos de lei e deu-se, sobretudo, através de duas atividades promovidas pela ABE: os chamados 'inquéritos' entre os líderes educacionais e as Conferências Nacionais de Educação. Esse movimento possibilitou que se formasse e se difundisse entre os educadores brasileiros uma certa ideia de universidade que, de um modo ou de outro, acabaria vingando na década seguinte (SAMPAIO, 1991, p. 9).

Além da proposta de reformulação, havia uma defesa em busca da autonomia didática, disciplinar e também uma relativa autonomia administrativa, assim defendia Azevedo Sodré, um dos responsáveis pelo projeto. Como, por exemplo, na escolha de um reitor, a entidade deveria ser consultada, antes de qualquer nomeação. A ideia não era excluir o Estado, mas, propor mecanismos que limitassem seu poder.

Com a criação, em 1930, do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, o Ministro Francisco Luís da Silva Campos elaborou um projeto universitário e publicou os seguintes decretos:

- a) Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobra a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário;
- c) Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário:
- e) Decreto nº 20.152, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; e
- f) Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI; SOUZA; VALDEMARIN, 2014, p. 31-32).

Na linha do tempo da história da Educação do Ensino Superior brasileiro, a publicação desses Decretos apresentava um grande passo para a criação de uma política educacional própria que atendesse à realidade brasileira.

Em 1931, com a publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, a extensão universitária ficou legalmente conhecida, enfatizando o oferecimento de cursos livres para a sociedade.

Em 1932, após uma das conferências realizadas pela ABE e ABC, um grupo formado por 26 educadores e intelectuais preocupados com a elaboração de um programa de política educacional amplo e integrado, lançou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira, Cecília Meireles e Heitor Lira. O texto do manifesto tinha como propósito associar as reformas educacionais às novas demandas econômicas sob as quais vivia o país.

A USP, conforme já mencionado, foi implantada pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, e o Decreto Municipal nº 5.513 de 04 de abril de 1935 criou a Universidade do Distrito Federal (UDF). No evento de inauguração da UDF, Anísio Teixeira aproveitou a oportunidade para ressaltar a função da Universidade:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos de profissionais de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, as escolas muito mais singelas do que as Universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. O saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, para a nessa geração, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem.

A Universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Cabe lembrar que a UDF, embora tenha surgido com uma vocação científica e com uma estrutura diferente das Universidades da época, teve uma existência curta, pois o Governo Federal integrou-a à Universidade do Rio de Janeiro. Em 1940, foi criada a primeira Universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Segundo Sampaio (1991), a criação de importantes universidades, nessa época, não impediu que fossem fundadas faculdades isoladas, de pequeno porte, nas quais foram desenvolvidos cursos de artes, profissionais (saúde) e de formação de professores.

No período de 1946 a 1960 foram criadas 18 IES públicas e 10 IES privadas,

sendo a maioria de natureza confessional católica e presbiteriana. Consequentemente, nota-se o crescente número de matrículas para o mesmo período, passando de 27.671 para 93.202 alunos (SAMPAIO, 2000; DURHAN, 2003). A expansão também trouxe a ideia de que cada estado federativo do Brasil, deveria ter, pelo menos, uma universidade federal.

Essa elevação do número de matrículas também se justifica pelo cenário político e econômico da década de 60, diante de um acelerado ritmo de desenvolvimento no país, principalmente com a industrialização. Com isso, criou-se uma nova clientela para a Educação Superior, pois "o Brasil necessitava de profissionais com formação universitária para enfrentar o processo de desenvolvimento econômico" (NEVES; MARTINS, 2016, p. 97).

Conforme citado anteriormente a respeito da presença de características dos modelos alemão e francês, nesse momento da história podemos verificar a influência do modelo norte-americano nas universidades latino-americanas e brasileiras.

No Brasil, o modelo foi amplamente difundido a partir da Reforma Universitária de 1968 (PAULA, 2002).

Ainda no entendimento de Paula (2002, p. 153):

No modelo norte-americano, a instituição universitária procura associar estreitamente os aspectos ideais (ensino e pesquisa) aos funcionais (serviços), estruturando-se de tal maneira que possa ajustar-se às necessidades da massificação da educação superior e da sociedade de consumo.

Nota-se que nesse modelo, as universidades adotaram a forma empresarial, pois passaram a atender aos interesses do setor produtivo, do Estado e da sociedade, com foco na formação de alunos especialistas para o mercado de trabalho.

Ainda na década de 60, o governo iniciou o processo de criação de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas. Em 1965, havia cerca de 352 mil estudantes, sendo 56% matriculados no setor público (DURHAM, 2003).

A Universidade de Brasília também foi criada nessa década, no ano de 1961, a partir de um projeto de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, sendo considerada a mais moderna do Brasil, na época, pelo fato de apresentar diferentes finalidades na sua organização institucional e com propósitos de investigação científica. Essa IES ganhou destaque por ter sido "fundada a partir de um plano definido de unidades, institutos, centros e faculdades e não da integração de escolas isoladas como na

criação de universidades até então" (BARREYRO, 2008, p. 18). Assim, inicia-se um novo momento na história das universidades brasileiras.

Ainda no ano de 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, com os seguintes apontamentos: "a) democratização da educação em todos os níveis; b) abertura da Universidade ao povo, por meio da extensão universitária e dos serviços comunitários; e c) articulação com os órgãos governamentais" (MENDONÇA, 2000).

Nesse contexto, o posicionamento do movimento estudantil era claro e objetivo em suas propostas, pois buscava combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias (FÁVERO, 2006).

No mesmo período, com a publicação da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, intitulada Lei de Diretrizes e Bases, o direito à educação era assegurado a todos e de forma igual.

Art. 3º O direito à educação é assegurado: (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996)

- I pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;(Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996).
- II pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996).

O diagnóstico em relação ao número de IES aponta um extraordinário crescimento pois, em 1945, as universidades existentes no país eram 05, e em 1964 esse número aumentou para 37. No mesmo período, o número de instituições isoladas aumentou de 293 para 564 (MENDONÇA, 2000). Embora tenha ocorrido a multiplicação do número de universidades, ainda predominava a formação profissional com ausência de preocupação com a pesquisa, com a produção de conhecimento, além de se mostrar como uma universidade alheia à cultura e saberes populares. Os dados históricos apresentados, até esse momento, revelam que ainda existia o predomínio da formação do profissional liberal, atendendo apenas à elite da época da década de 1960 (MENDONÇA, 2000).

De 1965 a 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64%. Já no final da década

de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades acelerou, sendo que de 1985 a 1996, o número de universidades particulares passou de 20 para 64 instituições, oferecendo cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento (MARTINS, 2009).

É notório o crescente número de instituições e de matrículas nos cursos de graduação na trajetória do Ensino Superior no Brasil, mas, infelizmente, há poucos registros que abordem como as IES proporcionavam ao aluno atividades extensionistas relacionadas a formação profissional do aluno. Nem mesmo informações sobre possíveis práticas realizadas junto à comunidade externa, numa troca do saber científico e popular. Mesmo assim, é importante destacar alguns acontecimentos significativos ainda na década de 60, que o aumento no número de instituições gerou, como a necessidade da criação de um conselho que discutisse sobre as principais funções das universidades. Então, em 1966, com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação entre as universidades brasileiras, foi criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB):

O Conselho de Reitores visava: articular e consolidar o Ensino Superior no Brasil; pensar estrategicamente o sistema universitário no seu todo e propor medidas para o seu pleno desenvolvimento; promover o intercâmbio e a cooperação entre todas as universidades; e levar a que todas as instituições de Educação Superior contribuíssem eficazmente para o desenvolvimento nacional (CRUB, 1966).

Certamente a criação do Conselho aproximou as universidades proporcionando estudos e debatendo questões da Educação Superior, naquele momento histórico. Importante destacar, que entre as primeiras e principais ações que pretendiam desenvolver ainda não tinha nada direcionada à extensão universitária.

Outro acontecimento marcante foi no início de 1968, quando houve uma manifestação estudantil que solicitava, ao governo da época, medidas para resolver os problemas educacionais presentes naquele momento, como por exemplo a reforma no ensino. Foi assim que, por meio do Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, criou-se um Grupo de Trabalho com a tarefa de estudar as crises que as universidades enfrentavam.

Após estudos, é possível verificar que a universidade brasileira não estava adequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento da sociedade, bem como as mudanças decorrentes. Também, por sua constituição rígida e tradicional, não oferecia cursos diversificados que atendessem ao mercado de

trabalho diferenciado (FAVERO, 2006).

Nesse contexto, a implantação da Reforma Universitária de 1968 foi um marco muito importante para história. Martins (2009, p. 17) explica que:

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência, subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais.

Essa Reforma Universitária produziu efeitos positivos e inovadores, mas também, efeitos que contrariavam os princípios básicos no Ensino Superior brasileiro, como a formação profissionalizante no ensino privado, conforme relata Martins (2009, p. 16-17):

Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então - salvo raras exceções - estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica.

[...] por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o **antigo padrão brasileiro de escola superior**, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época. (Destaque do autor)

Apesar da reforma trazer mudanças, continuou a manter o sistema de estabelecimentos isolados, mesmo considerando que a universidade era o modelo desejável para a Educação Superior. A extensão universitária ainda não foi contemplada na articulação com ensino e pesquisa, proposta pela reforma. Mas, já apresentava indícios de prática como difusão de conhecimento e técnica, produzidas pelas instituições.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, assegura ao educando a formação necessária para a qualificação para o trabalho.

Art. 4º

- § 1º A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino (Redação dada pela Lei nº 7.044, de 1982).
- § 2º À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino (Redação dada pela Lei nº 7.044, de 1982).

Embora a formação profissionalizante tivesse destaque nesse período da história, não foi encontrado registro de ação extensionista com a comunidade, e sim de ações desarticuladas. Parece que não havia ainda uma preocupação com a formação cidadã e sim com a formação tecnicista e profissionalizante.

Conforme explanado anteriormente, a universidade brasileira, somente se concretizou por decisão governamental, nas primeiras décadas do século passado. A criação de instituições foi muito lenta, abrindo espaço para a intervenção da Igreja Católica, que já trabalhava com o Ensino Básico, ampliando, então, suas ações para a Educação Superior.

Cabe ressaltar, no Brasil que, o sistema de Ensino Superior foi consolidado com 2 (dois) segmentos: um público e um privado, abarcando atualmente as IES públicas (federais, estaduais e municipais) e as IES privadas (particulares, confessionais e comunitárias).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, nota-se um movimento de transformação de IES isoladas em universidades privadas. Justifica-se talvez, sobre o que dispõe o princípio da autonomia:

- Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.
- § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (BRASIL, 2019).

Assim, o dispositivo legal possibilitava "ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais" (MARTINS, 2009, p. 24).

Diante das influências políticas, das ideologias, do capitalismo e da

globalização, nos anos 90 e início do século XXI, o modelo de Universidade se firmou, conforme descreve Castanho (2000, p. 36):

Nesse contexto é neoliberal, é globalista e é também plurimodal. Neoliberal porque se orienta não mais para as necessidades da nação, mas para as exigências do mercado; porque se vê como um empreendimento como tantos outros, sendo preferível que sua iniciativa seja privada, não pública [...], porque passa a se definir como um espaço onde o indivíduo busca instrumentos para o seu sucesso e não onde a sociedade habilita indivíduos para o seu serviço [...] globalista porque o mundo que importa não é mais a nação porque é a cultura global não as particularidades diferenciais que deve estar na sua pauta; porque sua pesquisa já não é voltada para o homem completo que vive nas suas cercanias, mas para a informação acessível na grande rede de computadores interligada planetariamente. [...] Agora a Universidade passa a ser plurimodal, ou seja, como Proteu, ela assume mil formas, tantas quantas as necessidades do mercado e da integração do mercado exigirem.

Mesmo com as primícias da Constituição Federal de 1988 que determinou o princípio da indissociabilidade, o novo modelo de universidade não evidenciou a obrigatoriedade da prática do tripé – ensino, pesquisa e extensão.

Nota-se que, com o novo modelo, a universidade tem a oportunidade de romper com os modelos anteriores da década de 20 (vertical, tecnicista e profissionalizante) e passa a adequar às exigências e necessidades do mercado, criando oportunidades de escolha aos indivíduos.

Com o desenvolvimento social e econômico, no período de 1990 a 2002, houve grande procura pelo Ensino Superior, como comprova o número de inscrições no vestibular, que cresceu aproximadamente 160% e a oferta de vagas aumentou para 252% (MARTINS, 2009).

Com a publicação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial o capítulo IV, trata da Educação Superior, e elenca duas (02) finalidades no art. 43, com destaque para os incisos II, VI e VII (BRASIL, 2020):

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- II formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- IV Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

- VI estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Observa-se, claramente, a preocupação com a formação do aluno preparado para atuar na área profissional e contribuir com a sociedade. Diferente de outros momentos na história em que a única finalidade da instituição era preparar o aluno para o mercado de trabalho, especificamente para uma função, não havendo preocupação com o cotidiano vivido e nem com a troca dos saberes com a comunidade.

Percebe-se que a relação entre universidade e comunidade foi regulamentada por meio da disseminação do conhecimento e, consequentemente proporciona a formação de um novo cidadão. Assim, criando um diálogo entre a Universidade e sociedade a partir da realização de ações extensionistas.

A trajetória dos últimos quarenta anos do Ensino Superior no Brasil estruturou a instituição acadêmica como um campo complexo, heterogêneo, na qual surgiram posições dominantes e/ou dominadas em função de critérios específicos que definem prestígio e reconhecimento dos estabelecimentos.

Moraes (2013, p. 9) afirma que:

A universidade, ainda hoje concebida e praticada, com suas divisões departamentais e disciplinares, realmente, pode ter sido adequada às exigências dos séculos XVIII, XIX e meados do século XX. Mas, para este século XXI, sabemos que já não corresponde às demandas e à diversidade de problemas que afligem a humanidade e que estão presentes no cotidiano da vida universitária.

O Brasil é um país que tem as IES privadas com fins lucrativos em maior número, devido ao mercado globalizado, exercendo forte influência no perfil dos cursos de graduação e pós-graduação (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013).

Nas palavras de Pinto (2009, p. 186) é possível observar que:

No Brasil, entre o final dessa década e início da década de 1990, houve um aumento de investimento do setor privado na educação superior e, por parte dos governos federal e estaduais, diminuição de recursos em termos de investimento para a educação pública. O Estado do bem-estar social tornouse, a partir de então, um Estado avaliador, condicionando o financiamento para as Universidades à demonstração de seu desempenho acadêmico, institucional e produtivo.

O Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017, sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de Educação Superior, respeitando as características de sua organização e as prerrogativas acadêmicas, são credenciadas as instituições como "Art.15, I – Faculdades; II - Centros Universitários; e Universidades". O processo de credenciamento institucional também se pauta no referido decreto.

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Pensar a extensão requer repensar o próprio modelo de universidade no que diz respeito às questões pedagógicas, produção e divulgação do conhecimento. Com as ações extensionistas ocorre a troca de saberes acadêmico e popular, por meio de programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços.

As universidades são instituições de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, para as quais são exigidos os seguintes pontos:

- Art. 17. As IES privadas poderão solicitar recredenciamento como universidade, desde que atendam, além dos requisitos gerais, aos seguintes requisitos:
- I um terço do corpo docente estar contratado em regime de tempo integral;
- II um terço do corpo docente possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III no mínimo, sessenta por cento dos cursos de graduação terem sido reconhecidos e terem conceito satisfatório obtido na avaliação externa in loco realizada pelo Inep ou em processo de reconhecimento devidamente protocolado no prazo regular;
- IV possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;
- V possuírem programa de iniciação científica com projeto orientado por docentes doutores ou mestres, que pode incluir programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;
- VI terem obtido CI maior ou igual a quatro na avaliação externa in loco realizada pelo Inep, prevista no §2º do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 2004;
- VII oferecerem regularmente quatro cursos de mestrado e dois cursos de doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação;
- VIII não terem sido penalizadas em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos dois anos, contado da data de publicação do ato que penalizou a IES (BRASIL, 2017).

Assim, a universidade, conforme dispõe o preceito constitucional, por meio da indissociabilidade, tem um papel importante de vincular as comunidades interna e externa. Trabalhar os pilares ensino, pesquisa e extensão, torna-se uma proposta de educação que integra e produz conhecimento. Nesse sentido, cabe à extensão fortalecer a identidade institucional como prática dialógica, ao lado do ensino e da pesquisa.

Os centros universitários, criados em 1997, por meio do Decreto n. 2.207 de 15 de abril, são instituições de Ensino Superior que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições dos trabalhos acadêmicos oferecidos à comunidade escolar. Os centros universitários são instituições de Ensino Superior credenciados e com autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de Educação Superior. No caso dessas IES, as atividades de extensão também são realizadas por meio de cursos, projetos, eventos, pois consideram a iniciativa muito importante para a formação profissional dos alunos, conforme dispõe o Decreto n. 9.235 de 15 de dezembro, de 2017, "art. 16, inciso IV possuírem programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação" (BRASIL, 2017).

Para melhor entendimento e compreensão das características próprias, as IES no Brasil são classificadas de forma acadêmica e administrativa. A organização acadêmica pode ser classificada como instituições universitárias segundo Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2013, p. 118):

são Instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, tendo como foco a formação de profissionais de Nível Superior. Podem ser Universidades (desenvolvem atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão); Universidades Especializadas (com atuação na formação profissional ou em área de conhecimento específica) ou Centros Universitários (com atuação no Ensino e Extensão e autonomia limitada pelo Plano de Desenvolvimento da Instituição - PDI). As Instituições Universitárias possuem autonomia na gestão do ensino, pesquisa e extensão e são dirigidas por um Reitor.

Historicamente, a Lei nº 9.394/96, o Decreto nº 3.860/01 e o Decreto nº 5.773/06 classificaram a organização administrativa da seguinte forma: as IES como públicas, quando administradas pelo Poder Público, e privadas quando mantidas pela iniciativa privada, podendo ser com ou sem fins lucrativos. As instituições privadas, sem fins lucrativos, na época de promulgação da LDB foram classificadas como:

Comunitárias – Instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, em sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;

Confessionais – Constituídas por motivação confessional ou ideológica; instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

Filantrópicas – Aquelas cuja Mantenedora, sem fins lucrativos, obteve do Conselho Nacional de Assistência Social, o Certificado de Assistência Social. São as Instituições de Educação ou de Assistência Social que prestam serviços para os quais foram instituídas e se colocam à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (BRASIL, 1996).

Importante ressaltar que a lei e decretos mencionados acima foram revogados pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Em relação à classificação de comunitárias, confessionais e filantrópicas, por força da publicação da Lei nº 13.868 de 3 de setembro, de 2019, que inclui no Art. 19 da LDBN o inciso I e os parágrafos 1º e 2º, passou a classificar as instituições de ensino em públicas, particulares e comunitárias.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- III comunitárias, na forma da lei.

Cunha (2011, p. 58) confere tanto às instituições privadas como às públicas, a importância para o desenvolvimento econômico e social do país, salientando que "grande parte das pesquisas de cunho científico-tecnológico e de inovação nascem nos centros de pesquisa das IES públicas". Assim, os dois segmentos são relevantes, sendo as instituições privadas pela responsabilidade de um acesso de maior quantidade de pessoas ao Ensino Superior brasileiro, e as públicas, como aquelas que implementam pesquisas e inovações, possuindo a prerrogativa da gratuidade (CUNHA, 2011). É possível considerar que nos modelos de IES a extensão pode e deve integrar a pesquisa científica e o ensino.

Independente da classificação e caracterização de cada IES, respeitando seu segmento, elas podem oferecer cursos e graus diferentes como a graduação (bacharelado, licenciatura e tecnologia), pós-graduação stricto sensu e lato sensu e

de extensão, além de cursos sequenciais. Conforme dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

- I cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007);
- II de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (BRASIL, 1996, 2007).

Conforme Censo da Educação Superior 2019, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Brasil existem 302 IES públicas e 2.306 IES privadas, sendo IES públicas divididas em 43,7% estaduais (132), 36,4% federais (110) e 19,9% municipais (60). Entre as IES privadas, predominam as faculdades (83,8%). As IES federais, 63,5% correspondem às Universidades, 36,5% aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Quadro 1 - Número de instituições de Ensino Superior no Brasil

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE		IF E CEFET	
	TOTAL	Pública	Privada	Público	Privado	Pública	Privada	Público	Privado
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40	n.a.*

Fonte: Disponível em http://download.inep.gov.br/. Acesso em: 21 jan. 2021.

Importante destacar que embora o Inep faça as pesquisas relacionadas às IES, até o momento, não há um Censo oficial sobre as práticas de extensão universitária desenvolvidas nas IES no Brasil, o que nos impede de verificar os conceitos e as práticas de extensão realizadas nas diferentes regiões do Brasil. Atualmente essas

^{*} não se aplica

trocas de experiências e diálogos acontecem em fóruns, encontros e congressos realizados sobre a temática.

Vale destacar que mesmo com a promulgação da Lei n. 13.868 de 03 de setembro de 2019 os dados divulgados pelo CENSO não separam as comunitárias das privadas.

O Brasil tornou-se o país com mais de duas mil (2.000) instituições privadas, conforme demostram os números divulgados no mapa do Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2020).

Quadro 2 - Número de instituições de ensino superior (Público x Privado)

3 3 3					
ANO	REDE PRIVADA	REDE PÚBLICA	TOTAL IES		
2000	1.004	176	1.180		
2005	1.934	231	2.165		
2010	2.100	278	2.378		
2015	2.069	295	2.364		
2018	2.238	299	2.537		
2019	2.306	302	2.608		

Fonte: Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/dados-brasil/enem/. Acesso em: 21 jan. 2021.

Certamente, o processo histórico da evolução do cenário educacional brasileiro, marcou em cada época as influências políticas, econômicas, sociais e culturais. A conceituação, tipificação e a fundamentação legal acerca das IES, também contribuíram para o desenvolvimento das ações propostas, bem como para a realização de constantes avaliações pelo MEC.

Segundo observam os autores Agapito (2017), Cunha (2011) e Wanderley (2003), o Ensino Superior brasileiro vivenciou muitas experiências desde o início da sua trajetória, passando por mudanças e conquistas. Pode-se afirmar que foram as próprias necessidades presentes na realidade que contribuíram com os avanços do cenário educacional brasileiro.

Percebe-se, no decorrer da história, que pouco se destaca a respeito das práticas extensionistas na formação do aluno, seja por meio da vivência profissional ou por troca de saberes com a sociedade da época. Independente da classificação legalmente determinada à IES, seja universidade, faculdade ou centro universitário, não foi possível observar certa valorização à extensão universitária como parte integrante da tríade que forma sua base. As políticas institucionais, as missões, as

demandas, entre outras características, são diferentes, mas as IES precisam oferecer oportunidades ao aluno, para colocar em prática o que aprende em sala de aula.

A Constituição Federal de 1988 que torna obrigatório contemplar as três (03) vertentes - ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável na formação dos alunos, está determinada apenas às universidades. Mas vale ressaltar que os centros universitários segundo o Decreto n. 9.235/17, também precisam desenvolver atividades de extensão, como recomendações do MEC para suas qualificações.

Pensar e valorizar a extensão como um dos pilares importantes da Universidade é propiciar um espaço de aprendizagem e uma importante interação entre os envolvidos, possibilitando a troca de experiências, saberes, vivências, conhecimentos entre o espaço universitário e a comunidade (ALMEIDA FILHO; BENINCÁ; COUTINHO, 2017).

A extensão universitária, na passagem da década de 80 até a final dos anos 90 começou a ser objeto de estudos no I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas, no Fórum nacional de Extensão das IES Comunitárias, sendo contemplada em documentos legais como a Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e como políticas institucionais, ganhando visibilidade e papel importante a partir do surgimento das universidades comunitárias.

2.1 A Instituição Comunitária no Ensino Superior brasileiro

Na trajetória histórica, as Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES foram criadas e se constituíram como instituições públicas, uma vez que nasceram da iniciativa pública, como o poder público municipal, associações comunitárias ou na forma de fundações (LUCKMANN; CIMADON; BERNART, 2015).

As primeiras instituições comunitárias surgiram na década de 1940. Com destaque para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com concentração de imigrantes alemães e italianos, organizados em comunidades rurais que além do trabalho na terra, buscavam por ensino religioso para as famílias e escola para os filhos (SCHIMIDT; CAMPIS, 2009; LUCKMANN; CIMADON: BERNART, 2015; SCHIMIDT, 2018).

No estado de Santa Catariana, por exemplo, o forte vínculo com a comunidade local colaborou com o surgimento das IES. Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o vínculo das IES, o poder público e a comunidade, surge em 1974 a Associação

Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), que tinha a intenção também de "promover o intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as Instituições de Educação Superior, na busca de soluções para problemas comuns nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração" (ACAFE, 2020).

No Rio Grande do Sul, com a necessidade de fortalecer o surgimento das universidades comunitárias regionais, em 1990 foi criado o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG). Foi constituído oficialmente em 1996, com o objetivo principal de "viabilizar um processo integrativo que resultasse no fortalecimento individual das instituições e no consequente favorecimento da comunidade universitária sul-rio-grandense e da sociedade gaúcha" (COMUNG, 2020).

Na década de 90, no Estado do Rio Grande do Sul, havia uma concentração de imigrantes, principalmente italianos e alemães, organizados em comunidades rurais, os quais, além de trabalharem na terra também buscavam por uma igreja para as famílias e um ensino de qualidade para os filhos, com Ensino Fundamental e Médio. Assim, começavam as primeiras escolas comunitárias que buscavam a valorização do cotidiano local e regional, e principalmente o compromisso com a comunidade do entorno.

Para os imigrantes alemães, a chegada no Brasil foi bem difícil, pois foram colocados em regiões pouco povoadas, praticamente isolados. Eram vistos como escravos trabalhando na agricultura. Outra questão que contribuiu para o isolamento dos imigrantes foi a religião, pois enquanto o grupo de católicos garantia seu acesso à comunidade local da época, os imigrantes protestantes se isolavam em outro grupo.

Normalmente, o que acontecia era isso mesmo: organizava-se a escola primeiro; a igreja vinha depois. Todos os imigrantes eram alfabetizados e não queriam ver seus filhos crescerem analfabetos. Assim, a construção e a instalação da escola era a primeira tarefa comunitária (ALTMANN, 1991, p. 26).

Diante das dificuldades encontradas, com apoio do governo, os imigrantes construíam as escolas e escolhiam entre eles o mais preparado para ser o professor. Além de ensinar a ler e a escrever, a escola estabelecia um vínculo com a comunidade local.

Desta forma, consolida-se o Ensino Superior comunitário na região Sul, marcado por características como IES sem fins lucrativos, com gestão democrática e

forte vínculo com a comunidade local. Destaca Schimidt (2018, p. 38) "sua origem deve-se à capacidade das organizações da sociedade civil e do poder público local de associar-se no esforço de suprir a lacuna de Educação Superior nas regiões interioranas."

No mesmo sentido, reforçam Paim e Yamaguchi (2017, p. 01) "as universidades comunitárias surgem como resultado de um esforço de comunidades regionais em construírem seus espaços de ascensão social, tendo em vista o não oferecimento, por parte do Estado, desta condição."

Pode-se afirmar que as escolas comunitárias implantadas no Brasil deram origem às primeiras universidades comunitárias.

Nas palavras de Frantz (2002, p.83):

Nascem as Universidades comunitárias da ausência do Estado, mais que da liberdade constitucional e da possibilidade legal existente, em favor da iniciativa privada para a organização de universidades. A abertura legal é a possiblidade posta às comunidades, mas não é o ponto de partida de seu esforço por organizar o ensino superior em determinada região. O ponto de partida é antes a não presença do Estado, porém necessária e desejada.

O marco legal das universidades comunitárias apresenta, nas últimas quatro (04) décadas, conquistas significativas e muitas discussões sobre a sua classificação entre as IES no Brasil.

O primeiro entrave surgiu na Constituinte de 1986/1987 sobre a possibilidade ou não dos estabelecimentos educacionais não governamentais receberem recursos públicos. Algumas entidades, como a Confederação dos Professores do Brasil - CPB, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, a União Nacional de Estudantes – UNE, a Central Única dos Trabalhadores – CUT e a Central Geral dos Trabalhadores – CGT, posicionaram-se contra o recebimento dos recursos. As entidades, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Associação de Educação Católica – AEC e Associação Brasileira das Escolas Superiores Católicas – ABESC, manifestaram-se a favor da transferência dos recursos.

Certamente, no âmbito político legal, as discussões foram muito importantes, pois com a elaboração da Constituição Federal de 1988, no tocante à destinação das verbas federais, foram assegurados direitos ao modelo comunitário:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- I comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- II assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- § 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade (BRASIL, 2019).

Em relação ao uso e significado do termo comunitário, autores como Vannucchi (2011), Frantz (2006) e Pinto (2009) explicam que ele surge da necessidade de diferenciar essa nova categoria de IES, que apresenta características da comunidade local/regional, gestão e organização, sem vínculos com as esferas política ou religiosa. A inserção do termo comunitário nas normas legais permitiu identificar a diferença entre as instituições comunitárias e as confessionais, principalmente no tocante à composição de cada categoria. Entretanto, o uso do termo não é de uso exclusivo da universidade comunitária, "pode ser utilizado levando-se em consideração tanto a natureza jurídica da mantenedora (fundação ou associação) quanto a iniciativa organizacional que inspira a missão da universidade (laica ou confessional)" (PINTO, 2009, p. 190).

No período de 1988 a 1998, verifica-se o aumento de 20 associadas para 32 em 1998. Ressalta-se que antes da criação da Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC, em 1995, não havia nenhum órgão que fizesse a classificação como comunitária, porém tal denominação surgiu devido à história de criação de cada uma.

Quadro 3 - Relação das ICES no período de 1988-1998

	MACKENZIE
	UNICAP
	PUCRS
	UCSal
	PUCPR
Universidades Confessionais	USU
Universidades Comessionais	PUCRJ
	PUCCAMP
	PUCSP
	PUCMINAS
	UCG
	UNISANTOS

	UCPel
	UCP
	USC
	UNISINOS
	UCDB
	UNIMEP
	UMESP
	UNIPE
	IMB
	UCB
	USF
	UNICRUZ
	UNISO
	UNIVAP
Universidades Comunitários não	UPF
Universidades Comunitárias não confessionais/laicas	UNIJUÍ
confessionals/faicas	UNISC
	UCS
	URCAMP
	URI

Fonte: ABRUC. Jornal das Universidades Comunitárias, Brasília, ano 1, n. 1-4, ano 2, n. 5-6, 1997.

Assim, pouco a pouco foram surgindo as universidades geradas pelas comunidades locais. Algumas instituições, no início de suas criações, conseguiram repasses financeiros do município, mas se mantinham com as mensalidades pagas pelos alunos. Mesmo sendo paga, a universidade deve ser comprometida com a sociedade e não visar lucros, e qualquer excedente financeiro teria que ser reinvestido na própria instituição.

Ao tratar desse modelo de universidade, Frantz (2006, p. 128), afirma que:

A universidade comunitária é uma instituição pública não-estatal. Algo que está em construção no espaço de ampliação da esfera pública, sendo uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, sem interesses voltados para o acúmulo do capital, não podendo (e nem devendo) ser confundida com empresas.

Outro fato importante na história das universidades comunitárias, ocorreu na década de 1990, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996), na redação dos artigos 19 e 20 que classificou as comunitárias, na modalidade de instituições privadas. Na época, a omissão do documento legal em classificar a universidade comunitária como privada, recentemente gerava confusão entre os modelos de ensino comunitário e privado brasileiro. Atualmente, no art. 19 foi incluída uma nova redação dada pela Lei nº 13.868, de 2019, o inciso "III - comunitárias, na forma da lei." (BRASIL, 2019).

No ano de 1995, com o objetivo principal de promover, consolidar e defender

os conceitos das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), foi criada a Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC, com a missão de

ser espaço de articulação de suas Associadas com dupla finalidade: garantir voz institucional potente ao conjunto das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, reconhecidas pela sociedade e pelo Estado, e apoiar iniciativas que ampliem a coesão interinstitucional e fortaleçam o segmento público não estatal do sistema de ensino superior brasileiro (ABRUC, 2020).

Certamente, as principais finalidades da ABRUC foram integrar as ICES e fortalecer a autonomia, e assim solidificando o seu segmento de ICES. Ainda em 1995, vale ressaltar que, com o crescimento e desenvolvimento das atividades, a ABRUC realizou o 1º Seminário Nacional das Universidades Comunitárias.

Com essa Associação, foi necessário estabelecer critérios de filiação, conforme dispõe o artigo 7º do Estatuto, principalmente no que observa a respeito das mantenedoras, como destaca Vannucchi (2011, p. 103-105):

- I estar legitimamente constituída no país, sob a forma de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil;
- II pertencer o seu patrimônio a uma comunidade, sem dependência do poder público, de famílias, empresas ou outros grupos com interesses econômicos;
- III aplicar integralmente no território nacional suas rendas, recursos de qualquer espécie e eventual resultado operacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- IV não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- V não privilegiar seus integrantes, associados, membros, participantes, instituidores ou filiados, na prestação de seus serviços;
- VI ter como instância máxima uma Assembleia ou Conselho com a participação de representantes da comunidade na qual está inserida;
- VII ter o controle da administração da gestão financeira de todos os seus recursos através de organismos com participação da comunidade à qual está vinculada e, no caso das fundações, também através do Ministério Público;
- VIII não remunerar seus dirigentes, integrantes, membros, participantes, instituidores ou filiados, com salários, vantagens, dividendos, bonificações ou parcelas de seu patrimônio, quando no desempenho de suas funções estatutárias, nada impedindo, entretanto, que eles recebam por seu trabalho, no exercício de funções docentes ou administrativas, nas instituições mantidas;

- IX destinar, em caso de dissolução ou extinção da entidade, o patrimônio remanescente a uma entidade pública com finalidades similares;
- X ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- XI manter sempre presente seu objetivo social, considerada a natureza e o interesse público de suas atividades;
- XII zelar para que o seu patrimônio e suas atividades estejam vinculadas diretamente aos seus objetivos e funções.

Desta forma, a diferença entre universidades comunitárias e particulares, também denominadas empresariais, estaria em evidenciar os critérios que dispõem sobre o patrimônio e a utilização das receitas. No caso das universidades comunitárias os recursos adquiridos, via mensalidade ou outras fontes, são reinvestidos na própria universidade.

Em 2001, com a publicação da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro, que aprovou o Plano Nacional de Educação, houve pouca importância ao modelo de ICES, ou seja, contemplava em seu texto:

oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente aquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido (BRASIL, 2001).

Em 2004, com o processo da Reforma Universitária em andamento, pode-se mencionar mais um fato importante para o marco legal das universidades comunitárias. Na busca de reconhecimento de uma categoria específica, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei da Reforma Universitária nº 7.200, de 2006, que específicou no seu art. 8º, três (03) categorias de Ensino Superior: públicas, comunitárias e particulares. Assim, as ICES ganhariam um reconhecimento específico para não serem mais classificadas como públicas ou privadas.

No quadro abaixo é possível observar as principais características das universidades públicas, comunitárias e privadas.

Quadro 4 - Características das IES públicas, comunitárias e privadas

quality: Caracteriorious and 120 publicus; Communicarius o privadus					
	IES públicas	IES comunitárias	IES privadas (particulares)		
Origem	Origem Governo federal,		Grupo privado		
	estadual ou municipal	da sociedade civil	(empresarial ou familiar)		
Mantenedora	União, estados ou municípios	Entidades da sociedade civil e entes do poder público local	Grupo privado (empresarial ou familiar)		
Natureza e	Pública estatal	Pública não estatal	Privada		

finalidade			
Destinação dos resultados econômicos	Reinvestimento na universidade	Reinvestimento na universidade	Apropriação privada
Forma de escolha dos dirigentes	Nas IFES, nomeação pelo Presidente da República a partir de lista tríplice	Eleição (em certas instituições) ou nomeação pela mantenedora (em outras)	Nomeação pela mantenedora
Tipo de pessoa jurídica	Pessoa jurídica de direito público	Pessoa jurídica de direito privado	Pessoa jurídica de direito privado
Forma de constituição	Autarquia ou fundação pública	Mantida por associação ou fundação	Mantida por sociedade empresária (anônima ou limitada)
Constituição Federal	Art. 206, 207 e 211	Art. 205 e 213	Art. 205 e 209

Fonte: Schmidt (2018). Disponível em:

http://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/Universidades-comunit%C3%A1rias-

ebook.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

Atualmente, a ABRUC conta com 66 Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) filiadas. Trata-se de instituições sem fins lucrativos, que desenvolvem ações essencialmente educacionais, como ensino, pesquisa e extensão. No caso das universidades, a indissociabilidade entre essas três (3) vertentes é prevista em lei. Nas páginas eletrônicas das instituições associadas à ABRUC, pode-se encontrar relatórios anuais que comprovam as atividades que são desenvolvidas envolvendo as comunidades interna e externa.

As ICES mesmo depois de algumas conquistas em relação ao modelo próprio, entidades representativas e características específicas, também promovem alguns debates nas esferas jurídica e política porque, até então, a legislação brasileira trazia modelos apenas das IES públicas e privadas.

Para que fossem incluídas as ICES entre as IES brasileiras foi publicada a Lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES. Além disso, essa Lei também torna as instituições comunitárias parte do sistema federal de ensino, abrindo espaço para elas participarem de editais do governo, prevendo repasses de recursos públicos, antes direcionados apenas às universidades públicas.

Art. 1º As Instituições Comunitárias de Educação Superior são organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

- I estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- II patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- III sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
 - b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- IV transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º;
- V destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere.

A publicação da referida lei trouxe reconhecimento e fortalecimento das ICES entre as IES, porém, na mesma época foi publicada a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, aprovando o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência por 10 (dez) anos, compreendendo o período de 2014-2024. Nota-se que o novo plano não contempla nenhum tópico específico para as ICES. Apenas há menção, na meta 4, estratégias 4.14, 4.18 e 4.19 sobre o interesse em promover parcerias com as instituições comunitárias.

As instituições comunitárias brasileiras não seguem um padrão homogêneo, possuem características próprias, regionalizadas, vinculadas à comunidade local. Mas como menciona Vannucchi (2011), é possível identificar traços comuns, pois cada ICES tem sua comunidade, missão e mantenedora própria.

No mesmo sentido complementa Silva (2004, p. 5):

uma das características da universidade comunitária que, evidentemente, não tem a confissão e a ideologia como especificidade e distinção, é a participação da comunidade nas tomadas de decisões. A exigência legal, no caso das comunitárias, é quase que uma redundância, considerando serem elas, oriundas da organização de setores representativos das comunidades regionais. No entanto, a exigência tem sua importância, no sentido de garantir que a universidade comunitária seja uma organização aberta para a comunidade e não fechada em grupos ou associações, o que as fazem diferentes das confessionais.

Pelo fato das universidades comunitárias serem mantidas por mensalidades pagas pelos alunos, geralmente são interpretadas como universidades privadas.

Porém, essas mensalidades pagas não objetivam lucro, nem são distribuídas em valores monetários para um dono, família ou grupo educacional, devendo todo o superávit ser investido na própria ICES.

As ICES destacam-se nas atividades extensionistas, comparando-se às outras IES, por ter um olhar diretamente voltado às comunidades regionais. Divulgam o conhecimento científico resultante dessa interação que busca pela troca de saberes, entre a comunidade local e a universidade (VANNUCCHI, 2011; SCHMIDT, 2018).

Em relação ao vínculo que a universidade comunitária busca estabelecer com a comunidade, Schmidt (2018, p. 47) destaca que:

As Universidades comunitárias destacam-se pela atenção permanente às necessidades do contexto social e pela inserção nas comunidades regionais, que se expressa no compromisso com a extensão. Além de divulgar o conhecimento científico em aula e produzir novo conhecimento através da pesquisa, dedicam importante esforço para partilhar, socializar o conhecimento, a arte e a cultura na comunidade. Elas apoiam projetos sociais desenvolvidos em comunidades carentes, atendem demandas do poder público local e regional, auxiliam na qualificação de recursos humanos em escolas, entidades e organizações sociais. Além disso, prestam assistência judiciária gratuita e atendimento em suas clínicas de saúde a pessoas carentes, organizam eventos culturais e artísticos em comunidades, entre outras atividades. Grande parte dessas ações é realizada de forma gratuita e a relação com a comunidade é de via dupla: a Universidade ensina e também aprende e se reinventa nesse diálogo.

Nota-se que as ICES realizam atividades extensionistas representando um número expressivo dos atendimentos às comunidades, conforme indicam os documentos disponíveis nas páginas eletrônicas de cada ICES.

Nas ICES brasileiras é possível observar, a partir de uma revisão da literatura sobre extensão universitária, como explicam Cristofoletti e Serafim (2020, p. 4) "que muitas das práticas de extensão são realizadas sem o embasamento de um conceito consolidado - ou de conceitos consolidados. Nesse sentido, pode-se dizer que estas se estruturavam sobre determinadas concepções extensionistas."

A partir do diálogo que se configura entre a comunidade local e uma instituição comunitária, o papel da extensão universitária se destaca, no desenvolvimento das seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços (BRASIL, 2018).

Ressalta-se que as atividades extensionistas não visam apenas compartilhar o conhecimento acadêmico às comunidades locais, mas, sim, promover uma troca de saberes científico e popular. Por meio dessas práticas é possível impulsionar

mudanças sociais, quando assume o compromisso de formar profissionais comprometidos com a realidade, que sejam capazes de assumir papéis significativos para a sociedade. E, ao mesmo tempo, a ICES pode ter sua identidade institucional fortalecida (ALMEIDA, 2015; THOMÉ, 2013).

A criação do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, foi uma grande conquista para as ICES e ampliou o espaço de discussão, troca de experiências e fortalecimento da identidade institucional.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTEXTO HISTÓRICO, CONCEITUAL E PREVISÃO LEGAL NO BRASIL

Para compreender a extensão universitária no cenário da Educação Superior brasileira é necessário conhecer o processo histórico, conceitual e legal em que foi construída até os dias de hoje. Ao contrário do que se discute sobre a importância dos três (03) pilares da universidade, há registros na literatura sobre a concepção de extensão totalmente desvinculada do ensino e da pesquisa.

3.1 Extensão: construção histórica conceitual

O conceito de extensão mudou ao longo do tempo, mas sempre esteve ligado à relação entre universidade e a sociedade. Cada instituição estabeleceu o seu modelo e determinou as formas como ela era desenvolvida. Porém priorizava o foco no diálogo entre as comunidades acadêmica e popular.

No cenário da Educação Superior, a extensão universitária tem um papel importante em relação às contribuições que podem trazer junto à sociedade.

Compreende-se que nas duas (02) últimas décadas do século XX, houve um esforço para conceituar a extensão universitária, porém a falta de um texto legal fez com que o embasamento teórico permeasse por uma conceituação diferenciada (DIEMER, 2019).

Conforme relato dos autores Durhan (2003) e Sampaio (2000), o modelo de extensão inicialmente criado no Brasil, sofreu influência dos modelos europeu e norte-americano (SOUSA, 2010).

No século XIX, nas universidades europeias registram-se os primeiros indícios da prática de atividades de extensão, por meio de prestação de serviços à comunidade da época. Do mesmo modo, as universidades norte-americana e as inglesas preocupavam-se com a prestação de serviços e caracterizavam suas atividades também como extensão (NOGUEIRA, 2000; SOUSA, 2010).

Santos e Almeida Filho (2008, p. 139) confirmam essa informação sobre a concepção de extensão:

 a) das universidades populares da Europa no século XIX (aproximação com a população para ilustrá-la), que surgiu como resultado do esforço autônomo dos intelectuais; b) das universidades americanas (orientadas pela ideia de prestação de serviços) gerada pela iniciativa de instituições oficiais.

Na primeira, podemos verificar que a população nada sabe e precisa da universidade para transmitir o saber que detém e domina. Na segunda, percebe-se a valorização e utilização do conhecimento de cada um na vida cotidiana. Tanto uma vertente como a outra, contribuíram com suas características para a criação do modelo latino-americano, que também influenciou na construção da concepção de extensão no Brasil (PAULA, 2013; DUBEUX, 2018).

Na literatura, podemos encontrar autores que conceituam extensão universitária e como ela se apresenta no cotidiano das instituições de Educação Superior (SOUSA, 1995; FREIRE, 1983; JEZINE, 2002; ALMEIDA; SAMPAIO, 2010, VANNUCCHI, 2011; SERRANO, 2013, GADOTTI, 2017).

No Brasil, as ações de extensão surgem nos registros históricos a partir de 1911. Num primeiro momento, pode-se dizer que ações de extensão realizadas em São Paulo e depois no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, apresentavam características da tradição europeia com foco em atividades de prestação de serviços para as classes populares (NOGUEIRA, 2005).

Nessa primeira tentativa de criar um modelo brasileiro de concepção de extensão, identifica-se a transmissão vertical do conhecimento, presente no modelo europeu e agora no brasileiro. Além da realização das práticas verticalizadas, verifica-se um espaço desvinculado do saber e da cultura popular (ROCHA, 2001; FREIRE, 2006).

Nesse sentido, completa Freire (2006, p. 22) "estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa' negam-no como um ser de transformação do mundo".

Na mesma época com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Superior, Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911, as IES conquistam a ampliação da autonomia administrativa. E, assim, com o objetivo de atender às demandas das classes operárias e menos favorecidas, em 1917, acontecem as primeiras atividades de extensão, como cita Gurgel (1986, p. 35):

Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão. Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente. Esta continua a reproduzir os mesmos vícios da Universidade Popular de São Paulo, realizando cursos desligados do todo acadêmico, na maioria das

vezes totalmente assistemáticos e que não despertam qualquer interesse das populações de um modo geral.

Conforme citação, além dos cursos, foram realizados eventos e conferências com temáticas diversificadas, mas não abordavam questões sobre os problemas sociais ou políticos da época. Também, as ações de extensão eram desvinculadas do ensino e da pesquisa (CARBONARI; PEREIRA, 2007; SÍVERES, 2013).

Em 1918, mais um fato importante surgiu para marcar a construção conceitual da extensão na América Latina e também no Brasil. Importante ressaltar que Movimento de Córdoba, organizado por estudantes que reivindicavam a abertura das portas das universidades para a sociedade da época, com o objetivo de aproximar a universidade dos problemas sociais do cotidiano e assim desempenhar o seu compromisso social produzindo conhecimento para ajudar na construção de respostas rápidas às demandas sociais (GURGEL, 1986; BEMVENUTI, 2006; SOUSA, 2010; ALMEIDA, 2015).

Sobre a proposta do manifesto, Gurgel (1986, p. 37) acrescenta:

A proposta de Córdoba é, evidentemente, de caráter reformista, não apresentando proposições transformadoras mais radicais, voltando-se unicamente a uma perspectiva de modernização da sociedade. Mas é impossível desconhecer que ela abriu espaços possibilitadores de uma universidade mais crítica. [...]. Sua influência ultrapassou as fronteiras da Argentina e, ainda hoje, qualquer experiência de ensino universitário mantém alguns de seus traços.

O texto do manifesto também trazia algumas reivindicações como a autonomia universitária, eleições livres para os cargos de direção da universidade, o reconhecimento da pesquisa e o estabelecimento de um compromisso social por meio de ações de Extensão.

No entendimento de Sousa (2010, p. 32), a universidade é parte fundamental na transformação social das realidades locais:

A proposta de Córdoba apresenta para a Extensão a função de vincular a Universidade à Sociedade. Este Manifesto passou a influenciar efetivamente os discursos oficiais e as propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária na questão da missão social da Universidade. Desta forma, abriu espaços que possibilitaram uma Universidade mais crítica, com uma visão de instituição que mantivesse um compromisso com a Sociedade, na direção não só de seu desenvolvimento, mas também da sua transformação.

Embora a proposta almejasse transformações sociais, oriundas da

aproximação da universidade e sociedade, no Brasil, a concepção de prestação de serviço, sofria com as

influências extensionistas norte-americana e europeia, como a própria ideia de prestação de serviços, a realização de cursos e universidades populares (pautadas em grande medida pelo ideal positivista de ciência), e de assistência à população (praticadas já no final de século XIX e início de século XX); estas influenciaram largamente os itens sobre extensão nas legislações educacionais brasileiras, como a Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e a Reforma Universitária de 1968, bem como os próprios projetos extensionistas do governo militar (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p. 4).

Por exemplo, como aconteceu na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, com a prestação de serviços para fazendeiros e agricultores, sob forma de consultas, visitas, campanhas e assistência técnica (MIGUENS JR.; CELESTE, 2014; DE MEDEIROS, 2017).

Ainda com influência das discussões provocadas pelo manifesto, no Brasil, num segundo momento identifica-se um novo conceito de extensão universitária, denominado voluntarismo. Surge do questionamento sobre as práticas acadêmicas desvinculadas dos problemas sociais e propõe uma conexão do saber produzido na universidade com o saber da comunidade local, ou seja, tenta aproximar a universidade com a realidade da população, mas apenas contribui com cuidados paliativos (SERRANO, 2013; BENINCÁ; CAMPOS, 2017).

No caso da extensão como voluntarismo, as ações práticas limitavam-se em cuidados paliativos e pontuais, embora houvesse um comprometimento com a realidade da população, as práticas acadêmicas não interferiram nas causas profundas das desigualdades sociais. Nota-se que as práticas não geravam troca de saberes e nem abertura para o diálogo entre a Universidade e comunidade atendida.

Porém, mesmo com o desenvolvimento das práticas pontuais, foi nesse cenário que a extensão universitária passou a criar uma conexão entre o saber acadêmico com a cultura popular. Segundo Serrano (2013), a concepção de extensão como voluntarismo deu início às discussões sobre a necessidade de mudança na forma de atuação das universidades junto à sociedade.

Serrano (2013) organiza a construção conceitual de extensão universitária em quatro (04) momentos: transmissão vertical do conhecimento, voluntarismo, ação sociocomunitária e dimensão acadêmico-institucional. No primeiro momento, transmissão de uma prática pedagógica verticalizada, podemos retratar o caráter

elitista e autoritário da Educação Superior, considerando a universidade como detentora do saber e alheia à cultura e aos saberes populares.

Desta forma, o conhecimento é transmitido e não construído pelos atores participantes. Somente a universidade estende, escolhe o que vai transmitir, não se preocupando com as experiências cotidianas que têm o sujeito passivo

Já a extensão como ação comunitária ocorreu de forma desvinculada das Universidades, durante o regime militar no Brasil. Tais ações foram desenvolvidas aleatoriamente, pois os estudantes não criaram vínculos com os locais, caracterizando-se uma prática puramente assistencialista.

De certa forma, essa construção conceitual da extensão proporcionou um retrocesso aos avanços ocorridos na concepção como voluntarismo. Pois como as atividades ocorriam de forma esporádica e sem continuidade, quando o aluno retornava para a academia, trazia as experiências vividas na comunidade, e nem sempre a Universidade estava preparada para dialogar com o aluno.

E, como último momento, Serrano (2013) classifica a extensão como dimensão acadêmico-institucional, quando a prática extensionista começa a ser entendida como um processo educativo e científico. A partir desse momento a extensão começa a ocupar seu lugar no campo acadêmico, capaz de produzir conhecimento com alicerce na troca de saberes.

Nas palavras do próprio autor, "ao fazer extensão estamos produzindo conhecimento, um conhecimento transformador que correlaciona a universidade e a sociedade" (SERRANO, 2013, p. 11).

Conforme tratado no item anterior, nota-se que o autor revisita o processo conceitual histórico da extensão universitária. É possível afirmar que, embora existam esses quatro (04) momentos que conceituam a extensão de forma diferente, algumas IES ainda desenvolvam as ações extensionistas com influências e características dos primeiros conceitos de extensão (SERRANO, 2013).

No Brasil, a extensão universitária ficou legalmente conhecida pelo Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, intitulado Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe:

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

^[...]

f) de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

Art. 42 A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do conselho Universitário.

Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

- § 1º De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.
- § 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os Conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a extensão universitária (BRASIL, 1931).

Embora o decreto reconhecesse a extensão, limitava o oferecimento dos cursos pelas instituições, classificando-os em normais, equiparados, aperfeiçoamento, especialização, livres e cursos de extensão universitária. Nesse sentido, a universidade continuava a ser a detentora do saber e a única difusora do conhecimento, marcando, assim, o terceiro momento na trajetória da construção conceitual da extensão no Brasil, como ações que difundissem conhecimentos (FREIRE, 2006; SERRANO, 2013).

O art. 99, do mesmo decreto, sugeriu que as universidades constituíssem vínculos com a sociedade, com a realização de atividades diversificadas de extensão universitária (CAMPOS, 2000).

Nas palavras de Freire (1983, p. 11), "o que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas."

No entendimento de Menezes e Síveres (2013, p. 59), "a extensão é a atividade acadêmica que tem a função de legitimar os conhecimentos que existem fora dos muros da universidade." Dessa forma, ação extensionista vai além da troca de saberes e legitima a produção de conhecimento.

Em 1937, foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE, sob forte influência do Manifesto de Córdoba de 1918. Os estudantes brasileiros, além de lutar por uma Universidade a serviço da comunidade, também retomaram a discussão sobre a extensão universitária no Brasil (SOUSA, 2010; ANDRADE; MOROSINI; LOPES, 2019).

A UNE contribuiu de forma significativa para a divulgação da extensão, organizando seminários em algumas regiões do país, pleiteando o compromisso das

instituições de Ensino Superior com as necessidades das classes populares urbanas e rurais. A intenção era que as atividades de extensão não fossem praticadas apenas com o oferecimento de cursos, e sim, como oferta de serviços com apoio do governo para a realização de ações sociais. O movimento buscou constantemente novas formas de se conceber a universidade e reinventar a sua relação com a sociedade (SANTOS; SANTOS, 2011).

Desde sua criação até o início da década de 60, a UNE lutou por mudanças no cenário do Ensino Superior brasileiro. Por exemplo, elaborou um Plano de Sugestões para a reforma universitária, com destaque para "funções que a universidade deveria ter: desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, difusão cultural e assistência integral aos estudantes" (SOUSA, 1995, p. 45).

Até então, nota-se que a concepção de extensão universitária era entendida como difusão de conhecimento e técnica, produzidos pela universidade. Mas, na ditadura militar passa a ter nova concepção (GONÇALVES; VIEIRA, 2015). Em 1964, quando os militares assumiram o governo, os índices de pobreza eram um campo ideal para a realização de projetos. Assim, a extensão foi tratada de forma assistencialista e criou um certo descontentamento por parte da academia universitária, pois os estudantes foram direcionados para trabalhos eventuais de assistência à população carente de algumas regiões do Brasil, principalmente no Norte e Nordeste:

Se, por um lado, segmentos expressivos da comunidade docente e discente sofreram toda sorte de processos de repressão, prisão, tortura e perseguição político-ideológica, por outro, foram criados canais de persuasão e adesão, no meio da comunidade universitária em torno da atuação militar, expressos no Projeto Rondon, no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Por meio dessas ações, entre outras, objetivou-se o controle político dos movimentos sociais e da integração nacional (PROEXT, 1999, p. 4).

De viés assistencialista, os projetos visavam ao ideal de desenvolvimento e segurança nacional promovido pelo governo militar e, neles, os alunos se tornavam apenas executores, não encontrando assim, uma oportunidade de troca de saberes entre os alunos e comunidade envolvida. A extensão de forma assistencialista configurava uma ação pontual e emergencial, impossibilitando a via de mão dupla.

Desta forma, visando atender às necessidades da população, a extensão universitária inicia sua atuação sob essa nova concepção por meio do Centro Rural

Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon. As atividades eram voltadas para melhorias das condições de vida da população da região onde atuavam.

Conforme mencionado, o Projeto Rondon contou inicialmente com uma equipe formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara, que puderam conhecer de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia.

A primeira operação do Projeto Rondon, denominada Operação Zero, ocorreu em julho de 1967. Na época, contava com apoio do MEC e do Ministério do Interior (MINTER), e tinha por objetivo a integração das regiões economicamente carentes ao projeto de desenvolvimento do país, através do intercâmbio de estudantes de todas as regiões do Brasil.

O projeto Rondon proporcionava, aos alunos, a oportunidade de vivenciar os problemas nacionais e também a integração entre universidade e comunidade. A função prática extensionista era prestar serviço e colaborar com o desenvolvimento do país (SOUSA, 1995).

No entendimento de Gurgel (1986, p. 116) o Projeto Rondon foi uma alternativa viável ao Estado, pois "o universitário podia conhecer outras realidades, comprometendo-se com o governo na solução de problemas em áreas estratégicas de seu interesse, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país".

O primeiro CRUTAC foi criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1965. O objetivo principal era proporcionar, aos universitários, uma atuação nas comunidades rurais com ações educativas e assistenciais. Em 1969, o Decreto-Lei nº 916 criou a Comissão Incentivadora dos CRUTAC, a CINCRUTAC, que permitiu a expansão nacional das ações. A primeira região beneficiada foi o Nordeste. Em seguida, expandiu para outras regiões do país (MERLO, 2019).

Ressalta-se que o programa também buscou a realização de estágio por meio das ações comunitárias, integração das práticas universitárias e visava o treinamento dos universitários com a realização da prestação de serviço à comunidade.

Em 1961, foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e menciona a extensão universitária:

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

A previsão da extensão constar no texto dessa lei certamente foi uma conquista importante, mesmo que sua concepção ainda fosse a oferta de cursos à comunidade. Nota-se, ainda, que os cursos de extensão foram e ainda são, uma das formas de realizar ações extensionistas junto à comunidade.

Em 1968, a nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior, torna obrigatória a extensão universitária, mas a prática extensionista está vinculada à ideia de prestação de serviço:

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (BRASIL, 1968).

Cabe ressaltar que o Plano de Sugestões elaborado anteriormente pela UNE, contemplava a extensão como uma "atividade obrigatória com função de promoção cultural, artística, cívica e desportiva do corpo discente" (SOUSA, 1995, p. 45). Porém, o novo texto da lei trouxe a extensão como uma ação de prestação de serviço e ainda desvinculada do ensino e da pesquisa, como já mencionado no percurso histórico (SOUSA, 1995; SERRANO, 2013; ALMEIDA, 2015).

A extensão também aparece nos artigos 17 e 25 da Lei. No art. 17 dispõe sobre os tipos de cursos que podem ser ministrados pelas Universidades: graduação, pósgraduação; especialização e aperfeiçoamento; de extensão e outros. O art. 25 complementa o art.17, "Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e

outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas Universidades e pelos estabelecimentos isolados" (BRASIL, 1968).

Até então, no Ensino Superior brasileiro, não havia nenhum documento que regulamentasse a extensão universitária. Em 1975 foi publicada a primeira política de extensão, denominada Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborada pelo MEC por meio da Coordenação de Extensão Universitária — CODAE. (NOGUEIRA, 2003). Ressalta-se que, até aquele momento, devido ao cenário político, as atividades de extensão do Projeto Rondon e do CRUTAC estavam sendo coordenadas pelo governo militar, e pouco se articulava com o ensino e a pesquisa.

Cabe ressaltar que a elaboração, implementação, supervisão e acompanhamento do Plano de Trabalho não se deram sem tensões. Mas assegurava ao MEC a competência de propor a política de extensão, e traçar as diretrizes e normas (VIEIRA, 2014).

Para Gadotti (2017, p. 3), a concepção de extensão ampliou para "cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente." Essa ampliação desencadeou as práticas de atividades diversas, em que quase tudo era feito em nome da extensão. Assim, pode-se justificar o entendimento heterogêneo sobre extensão na construção conceitual.

No texto do Plano de Trabalho:

A extensão universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior, estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (BRASIL, 1975, p. 01).

Nota-se, no trecho, a intenção da prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a aproximação da universidade com a comunidade por meio do diálogo.

Além da aproximação da comunidade, o Plano também recomenda a articulação interna, ou seja, a troca de experiências envolvendo as diversas áreas da IES:

A articulação das atividades de extensão da Universidade em uma estrutura central representa uma forma de racionalização dos trabalhos, evitando-se duplicação de esforços, dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros. Tal estrutura, possibilita ainda uma maior articulação com os

demais componentes do sistema universitário-ensino e pesquisa (BRASIL, 1975, p. 09).

Foi nesse contexto que o Plano de Trabalho apresentou uma grande conquista para a extensão no cenário do Ensino Superior brasileiro. Assim, a extensão passou a ser perceptível dando os primeiros passos na construção de uma Política de Extensão Universitária com desafios como: envolver docentes e discentes, articular atividades intra e extramuros na universidade e aproximar atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão (NOGUEIRA; SANTOS, 2013; VIEIRA, 2014).

Síveres (2013, p. 86) considera a extensão universitária como "uma etapa em que o conhecimento científico é colocado à disposição da comunidade interna e externa da Universidade."

Em 1987, foi realizado, na Universidade de Brasília (UnB), o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O evento marcou a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), com o objetivo de analisar a função social da Universidade, a institucionalização, o financiamento e as políticas de extensão por parte do Estado.

O encontro contou com a participação de 33 Universidades que representaram todas as regiões do país da seguinte forma: região Nordeste com 11, Sudeste com 10, Sul com 06, Centro-Oeste com 04 e Norte com 02 IES. A distribuição regional culminou na falta de padronização do próprio entendimento do conceito de extensão universitária.

Nesta época, o Brasil apresentava um total de 853 instituições de Ensino Superior, sendo 613 privadas, 54 públicas federais, 83 públicas estaduais e 103 públicas municipais (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1999). Das IES públicas que poderiam participar do Fórum, as 33 que participaram representavam apenas 13,75% do total no país.

Além disso, o Fórum também definiu a extensão como:

processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá

como consequências a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p.5).

Certamente, a criação do fórum não pode ser vista como uma ação isolada do contexto histórico-político do país, mas sim por influência do processo de articulação existente em universidades públicas de todo o país, com discussões de temas em comum, principalmente em relação à aproximação das IES com a sociedade (BARBOSA, 2012; NOGUEIRA; SANTOS, 2013).

Com a criação do FORPROEX, a extensão conquistou espaço importante dentro das universidades, e superou a concepção de assistencialismo e prestação de serviço, assumiu a fase de diálogo entre a universidade e comunidade, comprometido com a transformação social (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Ressalta-se que a criação do fórum e o início da fase dialógica da concepção de extensão, foi de suma importância para a previsão do princípio de indissociabilidade previsto na Constituição (GADOTTI, 2017; ROMÃO, 2018).

Dessa forma, com a previsão legal do princípio da indissociabilidade, percebese que a extensão é reconhecida como um dos pilares da educação universitária brasileira, junto à pesquisa e o ensino. Assim, equiparadas, as três (03) funções das IES merecem igual tratamento (MOITA; ANDRADE, 2009, DALCIN; AUGUSTI, 2016).

No entendimento de Cesar (2013, p. 18):

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

A partir do princípio da indissociabilidade e das ações da universidade junto à comunidade, inicia-se a troca de saberes técnicos, científicos e populares e, também a reflexão sobre a qualidade do trabalho acadêmico.

No ano de 1995, foi criada a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias - ABRUC, que veio para fortalecer o papel da extensão no texto da Constituição Federal de 1988, a qual instituiu, no cenário da Educação Superior brasileira, as Instituições de Ensino Superior Públicas de caráter não estatal, conhecidas como comunitárias (SANTOS; SANTOS, 2011).

Ainda no ano de 1995, por iniciativa do governo federal em parceria com

estados, municípios e principalmente a sociedade, começou um importante projeto na área de extensão, intitulado Programa Comunidade Solidária, com objetivo principal de "promover a participação cidadã e novas formas de diálogos entre estado e a sociedade civil" (LOBO, 2002, p.1). O programa também visava combater a pobreza por meio de procedimentos que ampliavam o espaço de articulação e desenvolvimento da extensão nas IES Comunitárias, que participavam nas seguintes ações:

- Capacitação Solidária: o programa de capacitação profissional foi criado em 1996, voltado a jovens pobres, entre 14 e 21 anos de idade, vivendo nas periferias das grandes áreas metropolitanas [...].
- Alfabetização Solidária: o objetivo desse programa lançado em 1997 era ensinar adolescentes, entre 12 e 18 anos, vivendo em municípios com as mais altas taxas de analfabetismo no Brasil. Ao articular universidades, empresas públicas e privadas, governo federal e governos locais e mobilizar a própria comunidade, o programa teve muito êxito com um custo per capita bastante baixo, US\$ 14, partilhado igualmente entre o Ministério da Educação e 240 empresas parceiras [...].
- Universidade Solidária: a primeira intervenção lançada pela Comunidade Solidária em 1995 mobiliza e treina estudantes universitários para atuar como voluntários durante suas férias de verão, nos municípios mais pobres do país. Sua tarefa durante três semanas era prover informação e assistência técnica sobre educação, saúde e desenvolvimento comunitário a jovens, mulheres e lideranças locais. A partir de 1999 o programa expandiu suas ações para projetos regionalizados que são preparados e implementados por universidades locais. Os projetos regionais estão necessariamente associados à Prefeitura e às comunidades mais pobres e eram desenvolvidos por períodos mais longos [...] (LOBO, 2002, p. 2-3).

Esse programa, embora considerado como a continuidade do projeto Rondon, tinha como principal diferença a forma de intervenção. Pois além de priorizar o combate à pobreza, também atuava na organização da sociedade civil e na mudança social na área de intervenção das ICES.

No entendimento de Santos e Santos (2013, p. 230), o programa também "contribuiu para consolidar uma prática de extensão menos assistencialista nas IES Comunitárias."

Certamente, nessa época já era possível identificar os avanços no percurso histórico da extensão no Ensino Superior brasileiro, como a concepção, previsão legal e a prática de ações extensionistas. Talvez ocorressem de forma equivocada, mas não de forma intencional por parte da IES, e sim pela própria dificuldade de compreender o papel da extensão, da gestão e de sua própria organização.

Em 1996, a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 aponta as diretrizes e

bases da educação nacional e contempla a extensão no art. 43, ao estabelecer que as IES devem divulgar os conhecimentos produzidos na academia e proporcionar a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, por meio de ações extensionistas, a partir do reconhecimento da realidade local, regional ou nacional.

Mesmo com a previsão legal de extensão até a década de 90, ainda eram necessários muitos debates acerca do tema. Pois, mesmo com as ações extensionistas desenvolvidas na IES, ainda havia desencontros das práticas nos diferentes tipos de IES como tratado no capítulo anterior. Surgiu, então, um novo espaço de debates para possibilitar uma troca constante de conhecimentos e reflexão sobre a extensão universitária (OLIVEIRA, 2006; SALES, 2003).

Desde sua criação, o FORPROEX realiza encontros anuais para discutir sobre o cenário da extensão universitária. Em 1999, com base nos encontros realizados criou-se o Sistema de Dados e Informação em Extensão (SiEX) e a Rede Nacional de Extensão (RENEX), possibilitando a comunicação e a divulgação das ações de extensão, nas mais variadas formas, desenvolvidas pelas IES públicas e algumas universidades privadas que também adotaram o modelo de organização do Plano Nacional.

No primeiro Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, a extensão universitária estava presente de modo bem claro, contemplada em quatro (04) dos 23 objetivos e metas:

- 7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.
- 21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.
- 22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.
- 23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

O desafio da proposta do PNE 2001-2010 era principalmente expandir o atendimento escolar em todos os níveis de ensino (INEP, 2004). Entretanto, conforme relatam Aguiar (2010) e Souza (2014), o referido plano não conseguiu efetivar a proposta plenamente. Principalmente, no que tange à Educação Superior, alguns problemas foram destacados:

- a) o baixo percentual de atendimento, considerando que apenas 12% da população de 18 a 24 anos integram esse nível de ensino. Observa-se um crescimento da matrícula que, no entanto, não acompanhou a demanda;
- b) maior expansão do setor privado, sem a garantia de qualidade por parte de todas as instituições de ensino superior (IES);
- c) necessidade de fortalecer as IES públicas no contexto do desenvolvimento do país;
- d) distribuição regional desigual das vagas, em especial das IES privadas;
- e) o crescimento da oferta de vagas da educação superior no setor público estadual (ou municipal), que não deve se efetivar em detrimento da expansão com qualidade do ensino médio (AGUIAR, 2010, p. 715).

Percebe-se que o primeiro Plano Nacional de Extensão Universitária além de contemplar a extensão, organizava-se em oito (08) áreas temáticas:

Comunicação: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária e rádio universitária.

Cultura: desenvolvimento cultural; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança, produção teatral e circense.

Direitos Humanos e Justiça: assistência jurídica; direitos de grupos sociais; organizações populares e questões agrárias.

Educação: educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação para a melhor idade; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura.

Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; educação ambiental; gestão de recursos naturais e sistemas integrados para bacias regionais.

Saúde: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de

recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias, pandemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.

Tecnologia e Produção: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; direitos de propriedade e patentes.

Trabalho: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho (BRASIL, 2020).

Cabe ressaltar que as ações de extensão devem ser classificadas segundo cada área temática, executadas de acordo com as linhas programáticas definidas, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade. Tal classificação também favorece estudos sobre a produção e publicação sobre a extensão.

Importante destacar que ainda em 2001, o FORPROEX organizava e apoiava outro importante evento sobre extensão. Com a participação de IES públicas, privadas e comunitárias, aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), sediado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O espaço possibilitou mais uma vez a socialização das experiências, metodologias, resultados e reflexões sobre como e para quem fazer extensão universitária. O congresso passou a ser realizado bienalmente.

Uma nova conquista para a Educação Superior foi a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Formado por "três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes". (BRASIL, 2004). A avaliação também abrange o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Dessa forma, é possível traçar um panorama da qualidade dos cursos e IES, e buscar melhorias para a qualidade da Educação Superior no Brasil.

Embora o estágio não seja o foco da pesquisa, não é possível escrever sobre extensão universitária sem distinguir do conceito de estágio, principalmente a respeito dos conceitos, pois são concepções sob óticas diferentes. No decorrer da construção conceitual e até os dias atuais é comum confundir ou assemelhar os conceitos de estágio e extensão universitária.

No entendimento de Colombo e Ballão (2014, p. 172):

O conceito de estágio sofreu mudanças ao longo do tempo, passando de uma simples atividade de acompanhamento prático a um mestre na Idade Média, para uma atividade curricular prática nos cursos ofertados pelas instituições educacionais da atualidade

Em relação à função do estágio, os mesmos autores ressaltam que "é reforçar o aprendizado profissional do educando através da experiência prática" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p. 172).

No Brasil, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, institui o estágio para não ser confundido com mão de obra barata e garantir sua prática no processo educativo.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

- § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
- § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

A referida lei trouxe, no art. 2º, uma previsão sobre a possibilidade de equiparar as atividades de extensão ao estágio.

- Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.
- § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.
- § 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.
- § 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. (grifo nosso).

Em termos de conceito e de prática, o estágio apresenta características diferenciadas em relação ao posicionamento do estagiário como: "ter um tratamento diferenciado dentro da empresa, e a escola deve ser responsável por acompanhar e vincular o estágio ao processo didático-pedagógico de maneira formal (COLOMBO;

BALLÃO, 2014, p. 172).

Em relação à extensão universitária o conceito mais recente definido na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

A mesma resolução elenca no art. 8º as cinco (05) modalidades de atividades extensionistas, porém não inclui no texto o termo estágio.

Diante do exposto, considerando os textos legais sobre o estágio e a extensão universitária, considera-se como ações díspares.

Em relação à equiparação que trata o art. 2º no § 3º, ressalta-se a necessidade de o projeto pedagógico apresentar em seu conteúdo a possibilidade de se considerar atividades extensionistas como estágio, desde que observadas claramente o que dispõe cada documento legal e a função do estágio, bem como da extensão universitária.

A respeito do conceito de extensão, nos encontros nacionais XXVII e XXVIII, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o FORPROEX apresenta às Universidades públicas e à sociedade um novo conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 15).

É possível afirmar, nesse recorte histórico, que há várias concepções e práticas de extensão com a comunidade:

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de interrelação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re) produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de "interação dialógica" que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade (POLITICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA, 2012, p. 10).

Percebe-se a partir dessa afirmação que a atuação e a vivência em ações de extensão promovem a troca de saberes, de forma compartilhada e colaborativa, apresentando perspectivas de transformações sociais benéficas que interligam a universidade à sociedade.

Para os autores Cristofoletii e Serafim (2020), no cotidiano das ICES, muitas das práticas de extensão são realizadas sem o embasamento de um conceito consolidado. Assim, acaba propiciando um cenário com os conceitos e práticas de extensão entendidas de formas diferentes:

a concepção assistencialista, onde os acadêmicos buscam oferecer assistência à população através de repasses de conhecimento ou atuação técnica em problemas pontuais;

a prestação de serviços às empresas e governos com vistas a resolver problemas científicos e técnicos sob demandas específicas;

a extensão comunitária e suas diversas metodologias e perspectivas ideológicas, que buscam interagir, em linhas gerais, com comunidades e populações marginalizadas de forma dialógica;

a concepção de extensão enquanto divulgação científica e formação técnica a um público que não tem acesso ao ensino de graduação e pós-graduação tradicionais, como cursos, palestras e eventos;

a extensão enquanto vínculo entre universidade e empresa, especialmente no que se refere à transferência e desenvolvimento de inovações tecnológicas; dentre outros (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p. 4).

Diante da necessidade de estabelecer diretrizes e normas para as atividades de extensão, no contexto da educação de Ensino Superior brasileiro, foi aprovado em 2014, o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei nº 13.005/2014. No texto do referido plano a extensão é prevista na seguinte meta:

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Com base nessa meta, muitas IES em todo o Brasil precisaram rever a reestruturação curricular, pois consideram a inserção da extensão universitária na graduação como uma "oportunidade concreta de fortalecimento do compromisso social da Universidade, integrando as comunidades em um trabalho coletivo de inserção, desenvolvimento, empoderamento e emancipação social (ANDRADE; MOROSINI; LOPES, 2019).

Com o objetivo de copilar e consolidar as normas vigentes sobre a extensão, foi instituída em 17 de fevereiro de 2017, uma comissão para estudar e conceber o marco regulatório para a extensão na Educação Superior brasileira. Esse estudo colaborou para a construção de um panorama nacional sobre a prática extensionista nas IES do país.

A comissão foi criada no âmbito do Conselho Nacional de Educação, formada pelos presidentes dos fóruns nacionais de extensão dos segmentos público, comunitário e particular, entre outros colaboradores. Após muito trabalho e discussão sobre o tema, o ministro da Educação da época em questão, Sr. Rossieli Soares da Silva, homologou no dia 18 de dezembro de 2018 a Resolução CNE/CES nº 7, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

A normativa define conceitos, diretrizes e princípios para a extensão em todo o sistema de Educação Superior do país (público, privado e comunitário), bem como estabelece parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas. São assim consideradas, aquelas que envolvem diretamente as comunidades externas às Instituições de Educação Superior (IES) e que estejam vinculadas à formação do estudante.

O Art. 4º define que "As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos" (BRASIL, 2018).

Diante da construção histórica e conceitual da extensão na Educação Superior é a primeira vez que as diretrizes sobre a extensão devem ser observadas pelas IES dos três (03) segmentos, públicas, privadas e comunitárias.

Pensar a universidade como um espaço de produção de conhecimento científico a partir das pesquisas ali desenvolvidas, totalmente integradas com os componentes curriculares que estruturam o ensino de uma formação profissional, sobra à extensão o papel de mediação dos saberes com os vários fatores da sociedade. Por meio das atividades extensionistas, é possível identificar se as ações e reflexões geradas no ambiente acadêmico têm atendido às diferentes necessidades da população, se o conhecimento produzido tem alcançado seu objetivo maior de resolver problemas das diversas perspectivas de análise. São relações que se dão

extramuros: a universidade aprende com a sociedade, e essa com as produções científicas.

Nesse sentindo, afirmam Almeida e Sampaio (2010, p.36) sobre a extensão:

Situa o sujeito aprendente no tempo presente, nas demandas de sua sociedade, apresentando-se como espaço de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e no tempo presente. É espaço privilegiado para a formação profissional que vai além do tecnicismo, pois provoca situações concretas de vivência da realidade cotidiana, nas quais apresenta aos seus atores desafios teórico-práticos a serem solucionados. E, a partir das problemáticas sociais que se apresentam no cotidiano, a curiosidade e o desejo são despertados nos sujeitos aprendentes, motivados por uma causa/demanda societária e humana que lhes faça sentido por meio da busca de soluções possíveis a partir da construção de projetos coletivos.

A extensão universitária disponibiliza ao aluno, a possibilidade de conhecer e vivenciar a realidade que futuramente desempenhará sua atividade profissional. Os docentes e as pessoas da comunidade também vivenciam, sob olhares diferentes, as ações extensionistas. A respeito das vivências entre os principais sujeitos, os autores Almeida e Sampaio (2010, p.38) relatam que:

A construção dialógica permanente possibilita que os sujeitos possam vivenciar situações significativas que perpassam o cotidiano das relações sociais e humanas que se apresentam à sociedade de seu tempo. Quando se vivencia situações concretas e se reflete sobre elas, chega-se a temas geradores, que buscarão encontrar no conhecimento elaborado dos diversos atores envolvidos as respostas às questões e demandas apresentadas, pois se fazem realmente significativas para quem as vivencia.

Com a homologação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão universitária, formalizada ou prevista em lei, fortalece sua função potencializadora na formação dos estudantes, assim como no aspecto social das IES.

Na Resolução a extensão é conceituada:

Art. 3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

O documento também dispõe como a prática das diretrizes pode ocorrer, em seu art. 5°:

- I a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

O referido documento define quais atividades poderão ser consideradas extensão:

Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Especificamente, no art. 8º as atividades extensionistas foram caracterizadas como: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços. Elas devem estar previstas nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, e serem desenvolvidas pautando-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nas palavras de Cristofoletti e Serafim (2020, p. 9):

Os **programas** deveriam receber atenção especial, já que seriam um conjunto articulado de projetos e ações de extensão (cursos, eventos, projetos, dentre outros), preferencialmente integrados à pesquisa e ao ensino. O programa haveria de ter clareza em seu objetivo, definido democraticamente, e mirá-lo a médio e longo prazo. Já o **projeto** caracterizar-se-ia por uma ação processual e contínua, com caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico. Seu objetivo deve ser mais específico do que o programa e com prazo determinado. (grifo nosso).

A respeito da prestação de serviços o discente e o docente, por meio da extensão podem promover o vínculo entre Universidade e as comunidades diversificadas, "poderá visar governos, empresas, organizações não governamentais, entre outras." (CRISTOFOLETTI; SERAFIM (2020, p.11).

Os cursos e oficinas podem materializar e institucionalizar a extensão no âmbito da Universidade por meio da oferta e demanda das atividades.

Identificado pelas intenções de cunho mais genérico por parte dos atores e instituições que a praticam, tais como: contribuir ao desenvolvimento econômico e social, satisfazer necessidades pessoais de auxiliar segmentos sociais, altruísmo, dentre outros (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p.12).

Com base no entendimento dos autores, nota-se que o conceito de extensão universitária apresenta pontos em comum. A extensão é, sem dúvida, a representante da Universidade na comunidade externa. É pela extensão que a instituição tem a oportunidade de estabelecer um diálogo contínuo capaz de produzir conhecimento.

Conforme o referencial teórico apresentado, a extensão universitária difere do entendimento de voluntarismo e principalmente da ação de assistencialismo. A apresentação da literatura consultada buscou evidenciar o entendimento do conceito de extensão no que se refere ao cenário do Ensino Superior brasileiro, à construção conceitual e previsão legal. A partir do levantamento teórico realizado para este trabalho, com a intenção de facilitar a visualização de toda a trajetória histórica das concepções adotadas na linha do tempo, apresenta-se o quadro 5 sintetizando os conceitos e fatos marcantes sobre a extensão universitária.

Quadro 5 - Concepção de extensão universitária

Data	Processo histórico	Concepção
1911	Primeiros registros de atividades de extensão	Viés político e Prestação de Serviços
1931	Decreto n. 19.851/31	
1961	Primeira menção à extensão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Prestação de Serviços
1966	Criação do CRUTAC pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte	-
1968	Lei n. 5.540/68	
1968	Início do Projeto Rondon	A to to a control to a con-
1970/1980	Ditadura Militar	Assistencialismo
1975	Elaboração da primeira política brasileira de Extensão Universitária no Brasil pelo MEC	
1983	Encontros dos Pró-Reitores de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Católicas	
1987	I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas brasileiras	
1987	Criação do FORPROEX	Dialógica
1995	Criação da Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC)	Dialogica
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educ. Nacional (Art. 43, VII - trata da extensão)	
1999	Criação do ForExt durante o 6º Encontro de Ação Comunitária (ABESC)	
2005	Retomada do Projeto Rondon	

2014	Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, 10% da	Interação Dialógica			
	graduação com projetos de extensão) Via de mão dupla				
2018	Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação	via de iliao dupia			
	Superior Brasileira	Troca de saberes			

Importante destacar que o avanço e o alcance dos preceitos legais recentes sobre a extensão universitária favoreceram a difusão de múltiplos conceitos e práticas extensionistas para as diversas áreas e modelos de IES.

3.2 Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias – ForExt

Entre os anos de 1995 e 1998, com o objetivo de discutir a prática da extensão nas IES comunitárias, ocorreram alguns encontros importantes sobre a Ação Comunitária e Extensão, realizados pelas IES como PUC - Campinas/SP, UCSAL – Salvador/BA, UNICAP - Recife/PE, UCP - Petrópolis/RJ e PUC/RS - Porto Alegre. Vale destacar que os debates realizados nos encontros foram registrados por meio de Cartas.

Em 1999, na realização do 6º Encontro de Ação Comunitária e Extensão, organizado pela ABESC e ABRUC, foi criado o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ForExt):

uma cultura de Extensão, desenvolvida pelas instituições comunitárias, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, principalmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar que contribua para flexibilizar a produção de solução aplicáveis para problemas e questões da contemporaneidade (FOREXT, 2001).

No mesmo encontro foi elaborada, aprovada e assinada, por representantes do setor de extensão, a Carta de Goiânia, que efetivou a criação do ForExt e o seu papel:

- Propiciar um espaço mais adequado e permanente de reflexão, avaliação e acompanhamento das práticas de extensão e ação comunitária desenvolvidas nessas instituições;
- Estimular o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos e intercâmbios entre as instituições;
- Permitir a maior participação de nossas instituições no processo de

implementação da política de extensão em âmbito nacional;

- Garantir a necessária visibilidade das atividades de extensão e ação comunitária desenvolvidas pelas IES Comunitárias no âmbito de toda a sociedade brasileira (SANTOS; SANTOS, 2011, p. 220).

É importante salientar que a Carta de Goiânia foi sistematizada com base nas discussões e contribuições oriundas dos cinco primeiros encontros realizados.

A criação do Fórum Nacional trouxe às instituições comunitárias a dimensão de sua atuação política no processo de discussão sobre a Extensão no Brasil. Podemos dizer que a principal luta foi pela participação ativa na construção de uma Política Nacional de Extensão, com a contribuição dos diferentes setores da Educação Superior brasileira - Público, Privado e Comunitário.

Importante dizer que o primeiro Plano Nacional de Extensão foi elaborado em 1996, com validade para o período de 2001 a 2010, pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Embora o ForExt tenha sido criado em 1999, não pode contribuir e representar as ICES na elaboração do plano. Nesse sentido, dispõe Sales (2003, p. 105):

Importa registrar que em outubro de 2000 realiza-se em Pelotas-RS o 7º Encontro de Ação Comunitária e Extensão. Nessa Assembleia Ordinária do Fórum de Extensão e Ação Comunitária das IES Comunitárias e Confessionais focaliza-se o tema "Funcionamento da Extensão nas Universidades Comunitárias a partir do Plano Nacional de Extensão", e é bastante questionado o fato da elaboração do Plano Nacional de Extensão não ter contado com a participação das Universidades Comunitárias e Confessionais, uma vez que estas representam um segmento organizado expressivo da sociedade civil. Ainda no 5º Encontro desse Fórum, ocorrido em Curitiba, afirma-se que o Plano Nacional de Extensão deve ser elaborado a partir de discussões ampliadas entre universidades comunitárias/confessionais e federais/estaduais (as "chamadas públicas"). grifo do autor.

A criação do ForExt trouxe às instituições pertencentes, uma dimensão política de sua atuação no processo de discussão sobre a extensão no Ensino Superior brasileiro. Os encontros promovidos por essa instituição se tornaram um importante espaço de diálogo e troca de experiências entre as ICES. A partir daí a luta para as ICES participarem ativa e significativamente na construção de uma Política Nacional de Extensão tornou-se possível (SANTOS; SANTOS, 2013).

Na época, embora o tema extensão universitária fosse discutido no Brasil, ainda não existia uma política nacional de extensão elaborada pelas IES e pelo Estado. O único plano para extensão existente era o documento elaborado pelo Fórum

Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (SAMPAIO, 2004).

Diante desse cenário, os dirigentes do ForExt tiveram a preocupação de organizar debates com temas sobre a extensão, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro 6 - Histórico dos eventos nacionais de extensão

ANO	EVENTO	IES/LOCAL	TEMA
1995	1º Encontro de Dirigentes de Ação Comunitária	PUC Campinas – SP	
1996	2º Encontro de Ação Comunitária	UCSal Salvador - BA	Encontros eram realizados pela
1996	3º Encontro de Ação Comunitária e Extensão	UNICAP Recife - PE	ABESC, com temas diversos sobre extensão
1997	4º Encontro de Ação Comunitária e Extensão	UCP Petrópolis - RJ	
1998	5º Encontro de Ação Comunitária e Extensão	PUC - RS	Overeti en to évice myéticos
1998	Encontro Preparatório	PUC Curitiba – PR	Questões teórico-práticas relativas à extensão e à ação comunitária e discutir-elaborar documento base para o Plano Nacional de Extensão
1999	6º Encontro Nacional 1ª Assembleia Nacional	UCG Goiânia – GO	A concepção de extensão e ação comunitária em debate: proposta de documento base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias
2000	7º Encontro Nacional 2ª Assembleia Nacional	UCPEL Pelotas – RS	Não localizado o tema
2001	8º Encontro Nacional 3ª Assembleia Nacional	UNICAP Recife – PE	A gestão da extensão e da ação comunitária
2002	9º Encontro Nacional 4ª Assembleia Nacional	ACAFE/ UNIVILLE	A gestão e a avaliação da extensão: um desafio para a comunidade acadêmica
2003	10º Encontro Nacional 5ª Assembleia Nacional	UCB Brasília – DF	A identidade das IES Comunitárias
2004	11º Encontro Nacional 6ª Assembleia Nacional I Mostra de Extensão	PUC Campinas – SP	A universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão
2005	12º Encontro Nacional 7ª Assembleia Nacional II Mostra de Extensão	UPF Passo Fundo – RS	A institucionalização da extensão: princípios e metodologias
2006	13º Encontro Nacional 8ª Assembleia Nacional III Mostra de Extensão	PUC Minas Belo Horizonte –MG	A comunicação do conhecimento: desafio contemporâneo
2007	14º Encontro Nacional 9ª Assembleia Nacional IV Mostra de Extensão	UMESP São Bernardo do Campo – SP	Extensão e tecnologias nas universidades e instituições de ensino superior comunitárias
2008	15º Encontro Nacional 10ª Assembleia Nacional V Mostra de Extensão	UCDB Campo Grande – MS	A Extensão das universidades e IES comunitárias no cenário nacional: 10 anos de ForExt
2009	16º Encontro Nacional 11ª Assembleia Nacional VI Mostra de Extensão	PUC-RS Porto Alegre – RS	Marco regulatório e a institucionalização da extensão

2010	17º Encontro Nacional 12ª Assembleia Nacional	FAFIRE Recife – PE	Extensão e desenvolvimento social: processos de formação e construção do conhecimento nas instituições comunitárias
2011	18º Encontro Nacional 13ª Assembleia Nacional	PUC – RS Porto Alegre – RS	Transcendendo fronteiras: a extensão universitária no âmbito das IES comunitárias
2012	19º Encontro Nacional 14ª Assembleia Nacional	PUC Minas Belo Horizonte – MG	Política de extensão para as IES comunitárias: perspectivas para o século XXI
2013	20º Encontro Nacional 15ª Assembleia Nacional	Universidade do Vale do Itajaí (Univali) Balneário Camboriú - SC	Extensão Universitária: Identidade e Complexidade
2014	21º Encontro Nacional 16ª Assembleia Nacional	Universidade Mackenzie São Paulo – SP	A Curricularização da extensão nas ICES: Desafios do PNE 2014-2024
2015	XXII Encontro Nacional e XVI Assembleia Nacional do ForExt	Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul – SC	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a partir do Plano Nacional de Educação 2014-2024.
2016	XXIII Encontro Nacional do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ForExt)	PUC Goiás Goiânia - GO	Articulações entre Extensão, Pesquisa e Inovação
2017	XXIV Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária e a XIX Assembleia Nacional do ForExt	Centro Universitário Metodista – IPA Porto Alegre – RS	Desafio da Extensão frente ao cenário educacional brasileiro
2018	XXV Encontro Nacional e a XX Assembleia Nacional do Fórum Integrado de Extensão	ACAFE Florianópolis – SC	Marcos da extensão: perspectivas transformadoras.
2019	XXVI Encontro Nacional e XXI Assembleia Nacional do ForExt	UPF Passo Fundo - RS	Indissociabilidade ensino pesquisa e extensão: estratégias para a curricularização da extensão
2020	XXVII Encontro Nacional de Extensão XXII Assembleia Nacional	UNISAL Campinas – SP	Indicadores de avaliação da extensão
Fonta: Disr	oonivel em: http://portal.nucmi	nas hr/foreyt/index_nadr:	ao php?pagina=4560, Acesso em: 10

Fonte: Disponível em: http://portal.pucminas.br/forext/index_padrao.php?pagina=4560. Acesso em: 10 jul. 2020.

É possível observar que o ForExt, por meio dos encontros realizados, tem articulado diversos setores da sociedade e aproximado outras entidades representativas como o Fórum de Extensão das IES Particulares, Fórum de Extensão das IES Públicas, MEC, Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com o objetivo de discutir as práticas extensionistas universitárias.

Importante destacar que a partir de 2002 a extensão ganhou mais um espaço

de diálogo e articulação política, com o início do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU. Esse Congresso é realizado bienalmente e já abordou temas como: Universidade: conhecimentos e inclusão social; [Re]conhecer diferenças construir resultados; Sustentabilidade: Criando Tecnologias, Inovando Resultados; Tecnologias sociais e inclusão: Caminhos para a extensão universitária; As Fronteiras da Extensão; Inovação e Emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais e Extensão e Sociedade: Contextos e Potencialidades.

Dessa forma, a extensão tem sido um espaço importante para concretizar a relação entre a Universidade e a sociedade (CRUZ; VASCONCELOS, 2017).

Assim, as ICES protegidas pelas normas vigentes e representadas pelas entidades, conquistaram notoriedade por meio das ações realizadas junto à comunidade externa. Isso se deu, principalmente, pelas atividades extensionistas como cursos livres, programas, projetos, eventos e outros, organizados em oito grandes áreas temáticas conforme já apresentado anteriormente.

Para compreender melhor sobre as práticas extensionistas propostas pelas ICES, é preciso investigar como se dá a extensão no Ensino Superior dessas instituições.

4 A PESQUISA: UMA NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO

O presente estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva, que, segundo Gil (2012b), tem a intenção principal de descrever as características de um fenômeno, levantando opiniões e atitudes de uma determinada população. Também, reúne dados e analisa com o intuito de descobrir novas explicações factuais ou compreensões de fenômenos.

Para Lüdke e André (1986, p. 3), a pesquisa qualitativa é "uma atividade humana e social, trazendo consigo, inevitavelmente, valores, interesses e princípios que orientam o pesquisador".

No entendimento de Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa dialoga com "o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. [...] os seres humanos, os grupos sociais e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções".

Essa pesquisa atende a essas características, traduzindo-se numa abordagem qualitativa, já que busca observar, descrever, interpretar e comparar qualitativamente os dados coletados das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, filiadas à Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ABRUC.

4.1 Campo de estudo

O primeiro passo para o desenvolvimento desse estudo foi identificar entre as técnicas, a mais coerente com os propósitos do trabalho. Para elencar dados iniciase pela busca do referencial teórico. "Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregados" (FLICK, 2009a, p. 53).

Nesse caso, o procedimento de coleta foi realizado nas seguintes etapas: 1. levantamento de referencial teórico, conceitual e legislação sobre extensão universitária; 2. pesquisa documental sobre o conceito (sobre o setor responsável e as normas) nos sites das ICES e 3. questionário enviado aos responsáveis por essa vertente nas instituições (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Na etapa 1 foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o cenário histórico da Educação Superior no Brasil e também a respeito do processo histórico (1911 a 2018)

e construção conceitual sobre extensão universitária. Após esse estudo, na etapa 2 foi feito um levantamento nos sites das ICES no período de 2019 a 2021 sobre documentos relacionados à extensão universitária, para verificar a concepção ali editada assim como a identificação do setor responsável e os documentos legais pertinentes às práticas extensionistas.

Para Gil (2008a, p. 45), a análise documental caracteriza-se pela organização de "materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa."

Alguns autores como Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009) consideram que a utilização de documentos enriquece uma pesquisa, em qualquer área do conhecimento, pois aproxima o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural.

Posteriormente, na etapa 3 foi elaborado um questionário enviado aos responsáveis pelos setores que articulam as ações de extensão nas 66 ICES associadas à ABRUC. O questionário composto por três perguntas (Q1, Q2, Q3) foi enviado via e-mail ou informado por meio telefônico.

Para atender o objetivo proposto nessa pesquisa iniciamos com uma análise sobre os conceitos de extensão universitária que estão presentes nos documentos legais, os quais legislam essa vertente de trabalho nas ICES.

4.1.1 O conceito de extensão dos documentos legais

Após a consulta e análise dos documentos legais que tratam do tema da pesquisa foram selecionados os trechos que conceituam a concepção de extensão: Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, a Lei 13.005/14 (Meta 12.7), Lei 9.394/96, Art. 43, VII e Constituição Federal, art. 207.

A escolha dos documentos justifica-se pela importância de cada um na construção conceitual e histórica dessa vertente universitária. Nota-se que na medida em que o tema é mais discutido na seara educacional, os textos tendem a conceituar a extensão de uma forma mais clara e objetiva.

Com base na legislação vigente, foram selecionados os seguintes textos apresentados no Quadro 7:

Quadro 7 - Conceito de extensão nos documentos legais

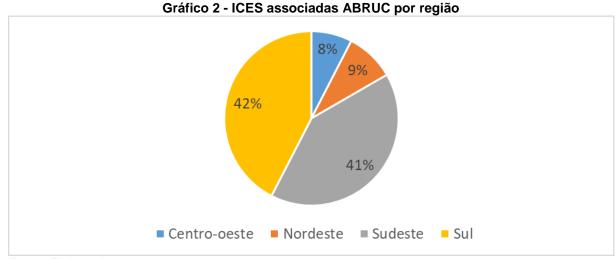
Documento	Descrição do conceito
DOC 1	As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de
CF 88	indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
Art. 207	
DOC 2	promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e
Lei 9.394/96	da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição
Art. 43, VII	
DOC 3	assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos
Lei 13.005/14 Meta 12.7	curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social
DOC 4 Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018	A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora

Em negrito destacam-se as palavras e expressões a serem utilizadas na realização do primeiro recorte dos conteúdos em unidades de sentidos, e elaboração de categorias (Laville; Dionne, 1999) sobre a concepção de extensão nos documentos legais selecionados.

4.1.2 Participantes

Em 2018 foi realizada a primeira consulta no site da ABRUC para relacionar as ICES associadas. Foram encontradas 66 ICES, que estão geograficamente situadas nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Na região Norte não há até o momento da conclusão dessa tese, nenhuma IES filiada à ABRUC.



No Quadro 8 estão relacionadas as 66 ICES, separadas regionalmente por cores, observando as respectivas modalidades diferentes, que são: centro universitário, faculdade e universidade, conforme organização e prerrogativas acadêmicas definidas no Decreto nº 9.235/2017 (BRASIL, 2017). Para facilitar, foi atribuído um código às ICES, de 01 a 66, seguindo a ordem alfabética, sendo feita, a seguir, a menção apenas ao código da respectiva ICES.

Quadro 8 - Instituições associadas ABRUC por região

Qtde	Instituição	Região
ICES 01	Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE) https://www.unifebe.edu.br/site/	Sul
ICES 02	Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP) https://www.unasp.br/	Sudeste
ICES 03	Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium (UNISALESIANO) https://www.unisalesiano.com.br/	Sudeste
ICES 04	Centro Universitário Claretiano (CLARETIANO) https://claretiano.edu.br/	Sul
ICES 05	Centro Universitário da Região de Campanha (URCAMP) https://urcamp.edu.br/	Sul
ICES 06	Centro Universitário de Anápolis (UNIEVANGÉLICA) https://www4.unievangelica.edu.br/	Centro-Oeste
ICES 07	Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV) https://www.unifev.edu.br/	Sudeste
ICES 08	Centro Universitário FAE (FAE) https://fae.edu/	Sudeste
ICES 09	Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos (UNIFEOB) https://unifeob.edu.br/	Sudeste
ICES 10	Centro Universitário Isabela Hendrix (CEUNIH) http://izabelahendrix.edu.br/	Sudeste
ICES 11	Centro Universitário Metodista - Instituto Porto Alegre (IPA) http://ipametodista.edu.br/	Sul
ICES 12	Centro Universitário do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) https://unidavi.edu.br/	Sul
ICES 13	Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)	Sudeste

	https://unisal.br/	
	Centro Universitário São Camilo (SÃO CAMILO)	
ICES 14	https://saocamilo-sp.br/	Sudeste
1050.45	Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA)	
ICES 15	https://asces-unita.edu.br/	Nordeste
ICES 16	Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC)	
1023 10	https://www.faculdadedamas.edu.br/	Nordeste
ICES 17	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM - MG)	Sudeste
	https://www.fcm.unicamp.br/fcm/ Faculdade de Engenharia Industrial (FEI)	Sudeste
ICES 18	https://portal.fei.edu.br/	Sudeste
1050.40	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (FFCL)	
ICES 19	https://www.ffcl.com.br/	Sudeste
ICES 20	Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)	
1020 20	https://www.fafire.br/	Nordeste
ICES 21	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) https://www.faculdadejesuita.edu.br/	Sudeste
	Faculdade Palotina de Santa Maria (FAPAS)	Judeste
ICES 22	https://fapas.edu.br/	Sul
ICES 23	Faculdade Salesiana de Santa Teresa (FSST)	
ICES 23	http://www.fsst.com.br/	Centro-Oeste
ICES 24	Faculdades Integradas de Taquaras (FACCAT)	6.1
	https://www2.faccat.br/portal/	Sul
ICES 25	Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE)	
IOL 3 23	https://www.feevale.br/	Sul
1050.00	Instituto Educacional Luterano de Santa Catarina (IELUSC)	
ICES 26	https://faculdade.ielusc.br/	Sul
ICES 27	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP)	C. danta
1050.00	https://www.puc-campinas.edu.br/	Sudeste
ICES 28	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIAS) https://www.pucgoias.edu.br/	Centro-Oeste
ICES 29	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	Certifo Geste
.01010	https://www.pucminas.br/	Sudeste
ICES 30	Pontifícia Universidade Católica de Paraná (PUC-PR)	
	https://www.pucpr.br/	Nordeste
ICES 31	Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro (PUC-RIO)	Sudeste
ICES 32	https://www.puc-rio.br/index.html Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUC-RS)	Sudeste
10L3 32	https://www.pucrs.br/	Sul
ICES 33	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	
	https://www5.pucsp.br/paginainicial/	Sudeste
ICES 34	Universidade Católica de Brasília (UCB)	Combine Cooks
ICES 35	https://ucb.catolica.edu.br/	Centro-Oeste
ICES 35	Universidade Católica de Pelotas (UCPel) https://ucpel.edu.br/	Sul
ICES 36	Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	3 0.1
	https://portal.unicap.br/	Nordeste
ICES 37	Universidade Católica de Petrópolis (UCP)	
1050.00	https://www4.ucp.br/	Sudeste
ICES 38	Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	Nordeste
ICES 39	https://www.ucsal.br/ Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	Nordeste
1020 33	https://www.unisantos.br/	Sudeste
ICES 40	Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	
	https://ucdb.br/	Centro-Oeste
ICES 41	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCAHPECO)	Sul

	https://www.unochapeco.edu.br/	
ICES 42	Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)	
	https://www.univille.edu.br/	Sul
ICES 43	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	C 1
1050.44	https://www.ucs.br/site	Sul
ICES 44	Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) https://home.unicruz.edu.br/	Sul
ICES 45	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Jui
1020 40	(UNIJUI)	
	https://www.unijui.edu.br/	Sul
ICES 46	Universidade de Passo Fundo (UPF)	
	https://www.upf.br/	Sul
ICES 47	` ,	C.J
ICEC 40	https://www.unisc.br/pt/	Sul
ICES 48	Universidade de Sorocaba (UNISO) https://www.uniso.br	Sudeste
ICES 49	Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Judeste
1020 10	http://www.unesc.net/portal/	Sul
ICES 50	Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	
	https://www.unoesc.edu.br/	Sul
ICES 51	Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	C 1
1050.50	https://www.uniplaclages.edu.br/	Sul
ICES 52	Universidade do Sagrado Coração (USC) https://unisagrado.edu.br/	Sudeste
ICES 53	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	Judeste
1020 00	https://www.unisul.br/	Sul
ICES 54	Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI)	
	https://www.univali.br/	Sul
ICES 55	Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)	Sudeste
ICES 56	https://www.univap.br Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE)	Sudeste
ICES 50	https://www.univale.br/	Sudeste
ICES 57		
	http://www.unisinos.br/	Sul
ICES 58	Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)	
	https://www.univates.br/	Sul
ICES 59	Universidade Franciscana (UFN)	Sul
ICES 60	https://www.ufn.edu.br/site/ Universidade La Salle (UNILASSALE)	Jui
ICES 60	https://www.unilasalle.edu.br/	Sul
ICES 61	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	
	http://unimep.edu.br/	Sudeste
ICES 62	Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	6
1050 **	https://metodista.br/	Sudeste
ICES 63	Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) https://www.mackenzie.br	Sudeste
ICES 64	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)	Judeste
102004	http://www.uri.br/	Sul
ICES 65	Universidade São Francisco (USF)	
	https://www.usf.edu.br/	Sudeste
ICES 66	Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR)	6 4
	https://www.unincor.br/	Sudeste

Após a consulta realizada nos sites das ICES, com o intuito de conhecer o perfil de cada uma, a primeira informação a ser coletada foi identificar o setor responsável

pela extensão na instituição. Conforme Quadro 9, verifica-se que algumas ICES possuem uma Coordenação específica; outras organizam a extensão em Diretoria; há aquelas que desenvolvem atividades comandadas por uma Pró-reitoria ou Vice-reitoria. Há uma predominância das Pró-reitorias no comando da extensão universitária. Institucionalmente, são órgãos executivos que trabalham junto à reitoria.

Outra informação coletada na primeira consulta foi a respeito da modalidade de extensão, com a intenção de saber quais são as modalidades de extensão que a ICES apresenta em seu site.

Considerando as possibilidades de a extensão ser praticada na modalidade de cursos, eventos, programas e projetos, na primeira pesquisa realizada no segundo semestre de 2018, foi possível identificar as modalidades praticadas pelas ICES que estão marcadas no Quadro 9 com o símbolo "Ø". Na segunda pesquisa realizada no site de cada ICES nos primeiros meses de 2020, nota-se uma mudança no cenário das instituições, pois novas modalidades foram apontadas como extensão universitária em seus sites, marcadas no Quadro 9 com o símbolo "+".

Os resultados da segunda pesquisa são expressivos, pois verifica-se que das 66 ICES relacionadas, 57 reconheceram a prática de outras modalidades de extensão, conforme suas apresentações nos sites, demostradas nos dados do Quadro 9.

Quadro 9 - ICES por setor responsável e modalidades de extensão

Código	Setor Responsável				Setor Responsável				Mod	dalidades	
Coulgo	Coordenação	Diretoria	Pró-reitoria	Vice-reitoria	Cursos	Eventos	Programas	Projetos			
ICES 01			X		Ø			+			
ICES 02	Х				+		+	+			
ICES 03			X		Ø	+	+	+			
ICES 04			Х		+	+					
ICES 05			Х					+			
ICES 06			Х		Ø	+		+			
ICES 07	Х				Ø	+	+	+			
ICES 08			Х					+			
ICES 09	Х				Ø	+	+	+			
ICES 10			Х		+	+	+	+			
ICES 11	Х				Ø		+	+			
ICES 12			X		+		+				

Fonte: Elaborado pela autora

ICES 13	x			ø	+		+
ICES 14		X		+	-	+	+
ICES 15	Х					+	+
ICES 16	Х			+		-	-
ICES 17		X		<u> </u>			+
ICES 18	Х					+	+
ICES 19	X					+	•
ICES 20	X					•	+
ICES 21	X			+			•
ICES 22	X			+			+
ICES 23	X			'	+		+
ICES 24	X			+	+	+	+
ICES 25	^	X		Ø	+	Ø	Ø
ICES 26	X	^			Т	+	+
ICES 27	Λ	X		Ø	+	+	Ø
ICES 28		X		Ø	Т	+	Ø
ICES 29		X			Ø		Ø
ICES 30		X		+ Ø	Ø	+	+
ICES 31		^	X	Ø		+	+
ICES 32		X	^			Ø	Ø
ICES 33		X		+		<u>v</u>	
ICES 34		X		+ Ø		Ø	+
ICES 35		X		Ø		+	+
ICES 36		X		+	+	+	+
ICES 37	X	^		+	Т	Т	+
ICES 38		X		Ø		Ø	Ø
ICES 39	X			+		+	+
ICES 40		X		+		Ø	Ø
ICES 41	X			Ø		+	+
ICES 42	X			Ø	+	+	+
ICES 43	X			Ø	<u>'</u>	'	Ø
ICES 44		X		Ø	+	+	+
ICES 45			X	+	•	+	•
ICES 46			X	Ø	+	Ø	Ø
1023 40			^	٧	Т	<u> </u>	v

ICES 47			Х		Ø		Ø	Ø
ICES 48			Х		Ø	Ø	Ø	Ø
ICES 49		Х			Ø		+	+
ICES 50			Х		Ø	+		Ø
ICES 51	Х				+			+
ICES 52	X							+
ICES 53			Х		Ø		Ø	Ø
ICES 54				Х	Ø		Ø	Ø
ICES 55			Х		Ø		+	Ø
ICES 56			X		+	+	+	+
ICES 57	Х				Ø		+	+
ICES 58			X				+	+
ICES 59	Χ						+	+
ICES 60			X		+	+	+	+
ICES 61			X		Ø		Ø	+
ICES 62	X				Ø		Ø	Ø
ICES 63			Х		Ø	+	+	+
ICES 64			Х		Ø		Ø	Ø
ICES 65	Х				+		+	+
ICES 66			Х		+			+

A mudança no cenário das ICES pode ser justificada pela publicação da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual "Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024."

Cabe ressaltar que a referida Resolução mostra-se como uma grande conquista para a extensão universitária, seja no âmbito da construção conceitual, seja pelo marco histórico no tocante às atividades praticadas pelas ICES ou IES como um todo.

Tal dispositivo legal, além de definir os princípios, fundamentos e procedimentos para o planejamento e gestão nas instituições de Educação Superior no Brasil, dispõe de forma taxativa:

Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta

Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

- I programas;
- II projetos;
- III cursos e oficinas;
- IV eventos;
- V prestação de serviços

Parágrafo único. As modalidades, previstas no artigo acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional (BRASIL, 2018).

Com a necessidade de atender ao que dispõe a Resolução, criou-se certa expectativa no âmbito universitário, ou até mesmo, insegurança, de como colocar em prática as novas exigências sobre as atividades de extensão, bem como, registrá-las e avaliá-las. A obrigatoriedade em cumprir, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, dedicados às atividades de extensão, respeitando o disposto no art. 8º da Resolução, e ainda, articular essas atividades com o ensino e a pesquisa realizados nas instituições, tornou-se uma dificuldade para as instituições do Ensino Superior.

No gráfico 3 podemos ver o crescimento das diferentes modalidades em relação aos períodos consultados, considerando o momento antes e depois da publicação da referida Resolução.

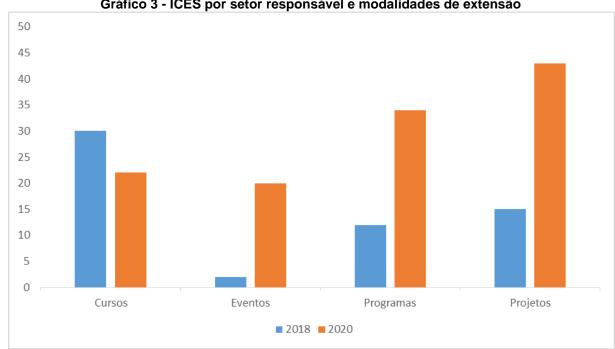


Gráfico 3 - ICES por setor responsável e modalidades de extensão

Fonte: Elaborado pela autora

O passo seguinte foi buscar o documento institucional que regulamenta a extensão universitária em cada ICES, para identificar sua visão conceitual sobre o tema. Nos sites foram encontrados diferentes tipos de documentos nos quais aparece o conceito de extensão, como: Edital, Regulamento, Regimento, Diretriz, Resolução, Política, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ou ainda, aqueles que destacam o conceito de extensão na própria página principal da instituição.

O texto que consta na coluna "Descrição do conceito de extensão" no Quadro 10 é exatamente o que cada ICES consultada expressa sobre extensão, em seus documentos on-line. Podemos identificar uma variedade de formas de conceituar e de praticar as atividades extensionistas. Em negrito destacam-se as palavras e expressões a serem utilizadas no primeiro recorte dos conteúdos em unidades de sentidos, e elaboração de categorias (Laville; Dionne, 1999) sobre a concepção de extensão nos documentos disponibilizados nos sites das ICES.

	Quadro 10 - Tipo de Norma e conceito					
Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão				
ICES 01	EDITAL	A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa				
ICES 02	SITE (página principal)	Extensão universitária é uma ponte permanente entre o UNASP e a comunidade. Através de projetos, cursos, eventos, registros acadêmicos e prestação de serviços, compartilhamos conhecimentos e nos aproximamos da comunidade buscando ações que promovam a resolução de problemas. O objetivo é que ultrapassar os limites dos nossos muros, alcançando a comunidade e mudando para melhor a realidade de muitas pessoas				
ICES 03	ESTATUTO	A extensão é a prática acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Unisalesiano e a sociedade				
ICES 04	REGIMENTO	A Extensão e a Ação comunitária é um processo educativo, cultural e científico que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável e que viabiliza a relação transformadora entre o Claretiano - Centro Universitário e a sociedade				
ICES 05	SITE (página principal)	Em suas ações privilegia a relação com a comunidade na qual está inserida, pois reconhece que, na interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade, é estabelecido um processo educativo, cultural e científico. Assim, a extensão e a ação comunitária cumprem seu papel como prática acadêmica indispensável à formação e à qualificação do aluno e do futuro profissional				
ICES 06	SITE (página principal)	A concepção de Extensão proposta pela UniEVANGÉLICA tem como alicerce o princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Trata-se de um processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais da sociedade bem como da proposta pedagógica dos cursos, sendo coerente com as políticas públicas e indispensáveis à formação cidadã, promovendo a interação transformadora entre a Instituição e outros setores da sociedade, por meio de ações interdisciplinares realizadas por discentes, sob a orientação de seus docentes, com a finalidade de trocar saberes sistematizado, acadêmico e popular e de intervir nas necessidades sociais da comunidade				
ICES 07	REGULAMENTO	A extensão é conceituada como um processo educativo, cultural, científico, ou prestação de serviços, que se articula de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que pode viabilizar a relação transformadora entre a UNIFEV e a sociedade, visando ao crescimento e a socialização do saber acadêmico				

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 08	ESTATUTO	As atividades de Pesquisa e Extensão compreendem iniciativas que se destinam a promover a troca de saberes e a integrar a FAE com a comunidade local ou regional
ICES 09	REGIMENTO	As atividades de extensão serão realizadas sob a forma de programas específicos, em consonância com a natureza dos cursos, com as necessidades da comunidade ou com a responsabilidade social do Centro Universitário, podendo envolver, entre outros: I- cursos de treinamento profissional; II- estágios não obrigatórios ou atividades que se destinem ao treinamento pré-profissional do discente
ICES 10	EDITAL	A importância da extensão universitária enquanto atividade- fim e acadêmica foi também reconhecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que a inclui na avaliação das IES. Segundo o SINAES, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional
ICES 11	SITE (página principal)	A Extensão no Centro Universitário Metodista IPA, se constitui na interface com o ensino contribuindo para um processo pedagógico participativo. A extensão tem o compromisso com a produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e humanista e compromete-se com o acesso da sociedade ao conhecimento que dispõe e produz. Oportunizam o acesso através de ações como, cursos de extensão, projetos e programas de extensão, atividades culturais. Produzem metodologias que garantam a integração tríade, ensino, pesquisa e extensão, para a sustentação da vida acadêmica em diálogo com a comunidade. As diretrizes viabilizam atividades de cunho comunitário que favoreçam a aproximação entre o saber científico e a sociedade
ICES 12	SITE (página principal)	A extensão é o que forma o elo com a comunidade, onde a abertura institucional permite a difusão do conhecimento científico, agregado à promoção da consciência crítica que resultam em solução das dificuldades sociais
ICES 13	SITE (página principal)	A Extensão para o UNISAL é o eixo articulador entre o Ensino e as novas metodologias de construção do conhecimento. Configura-se como aprendizado de gestão coletiva acerca da prática social e como suporte ao ensino, à pesquisa e à produção do conhecimento. As ações extensionistas permitem a reflexão crítica da realidade, que subsidiará a formação de novas organizações didático-pedagógicas

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 14	EDITAL	As atividades buscam ultrapassar o âmbito acadêmico, no que se refere ao ensino (Graduação e Pós-Graduação) e Pesquisa, levando para a sociedade os produtos deste processo, vinculando as ações sociais, acadêmicas e de pesquisa inerentes as funções da Universidade; ou seja, um processo de formação de pessoas e geração de conhecimento, que tenha o aluno universitário como protagonista. A Extensão universitária busca ser uma união bilateral entre universidade e comunidade, não para substituir as responsabilidades do estado, mas para produzir saberes e torná-los acessíveis a população
ICES 15	SITE (página principal)	São serviços de qualidade oferecidos pela Instituição para a comunidade externa, em parcerias com instituições públicas e privadas. Profissionais disponibilizam atendimentos qualificados, além de orientarem os estudantes, que passam a ter o contato direto com sua área de atuação, gerando um ganho tanto para a população, quanto para os acadêmicos
ICES 16	SITE (página principal)	Não localizamos nenhuma descrição sobre a extensão
ICES 17	SITE (página principal)	Entende-se como atividade de extensão aquela oriunda da relação entre a instituição de ensino superior e a sociedade, mediante um processo de interação social. As atividades de extensão devem atender às diretrizes de impacto e transformação social, interação dialógica entre a instituição de ensino e a comunidade, interdisciplinaridade e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão as quais deverão estar visíveis nas suas ações e na produção acadêmica por elas geradas
ICES 18	SITE (página principal)	O Centro Universitário FEI procura proporcionar uma formação integral da pessoa, privilegiando não somente o lado acadêmico e profissional, mas também participando de sua formação ética e social. O Programa de Ações Sociais de Extensão visa incentivar atividades de formação humanística por meio do desenvolvimento de projetos de promoção social e do bem comum
ICES 19	EDITAL	Desenvolver o estudo e a pesquisa nos domínios da cultura, que constituem objetos de seu ensino; extensão do ensino e da pesquisa à comunidade mediante cursos e serviços especiais, para a orientação e desenvolvimento educacionais, bem como para a solução dos problemas de educação; e, difundir a cultura por todos os meios ao seu alcance
ICES 20	SITE (página principal)	O Núcleo de Extensão desenvolve projetos sociais nas Comunidades de baixa renda. Trabalha na perspectiva da Economia Solidária através da ITCP FAFIRE

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 21	REGIMENTO	Por meio de cursos e outros serviços, o seu potencial acadêmico em termos de prática de ensino e de resultados do estudo e pesquisa. As atividades de extensão destinam-se a integrar a Faculdade na comunidade local, nacional e internacional, visando tanto a formação da mentalidade social de seus próprios alunos, como o benefício dos destinatários, mediante a promoção do desenvolvimento completo da pessoa humana e a contribuição para a solução de problemas sociais e comunitários
ICES 22	SITE (página principal)	A Extensão é entendida como a prática acadêmica que interliga as atividades de ensino-pesquisa da IES com as demandas da população, possibilitando a formação do profissional cidadão e se credenciando, cada vez mais, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação da desigualdade social. A FAPAS, através do Gabinete de Projetos, viabiliza projetos de extensão de acordo com a missão da Instituição, que busca em suas ações, promover e valorizar o ser humano, fortalecendo a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade. Todo o Projeto de Extensão, deverá ser coordenado por um professor da FAPAS
ICES 23	REGIMENTO	A extensão expressa-se em projetos que concretizam as ações da FSST no meio acadêmico e na comunidade
ICES 24	SITE (página principal)	A extensão nas Faculdades Integradas de Taquara se apresenta como resultado da articulação com o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão, que caracteriza, fortalece e legitima o perfil de IES com caráter comunitário e viabiliza, de forma estruturada e harmônica, a relação transformadora entre ela e a sociedade
ICES 25	SITE (página principal)	A partir dos programas e projetos ofertados, o corpo discente pode participar de atividades de pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento. Seus objetivos estão relacionados ao desenvolvimento do pensamento científico e extensionista discente, articulando a interação entre professores, estudantes e a comunidade da região
ICES 26	EDITAL	A pesquisa e a extensão no lelusc têm como propósito central acolher a diversidade de filiações e trajetórias acadêmicas encontradas em nosso corpo

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 27	POLÍTICA	A Extensão desenvolvida na PUC-Campinas como uma das três atividades principais que a constituem enquanto universidade oportuniza o compartilhamento de conhecimentos e competências — construídos pelas dimensões formativas de Ensino e Pesquisa — com a sociedade. Esta, por sua vez, alimenta com novos questionamentos e demandas o dinamismo inerente a essa troca de saberes. Desse processo enriquecedor instigante nascem parcerias que contribuem para qualificar a formação profissional e a geração de novos conhecimentos na Universidade, assim como a solução de problemas contemporâneos na sociedade
ICES 28	REGULAMENTO	A extensão universitária é um processo dinâmico e interdisciplinar vinculado à formação profissional do cidadão
ICES 29	REGULAMENTO	A Extensão Universitária, como atividade-fim integrada ao Ensino e à Pesquisa, é um dos lugares de exercício da função social da PUC Minas. Ao possibilitar a articulação da academia com a sociedade, trabalha em prol da promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento social. Isso se reflete na formação cidadã e humanista discente e docente, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, missão primeira da Universidade
ICES 30	DIRETRIZES	Entende extensão como ação comunitária, considerando objetivos que se traduzem em ações com as mais diversas expressões. Na perspectiva de pluralidade de soluções, desdobram-se as ações de extensão da PUCPR em um leque marcado pela diversidade, que podem, no entanto, ser agrupadas em seis dimensões básicas: 1) educação continuada e permanente, 2) expansão de conhecimentos universitários, 3) atuação comunitária propriamente dita, 4) formação cultural, 5) prestação de serviços, e 6) pastoral universitária
ICES 31	SITE (página principal)	Busca cumprir a missão de cuidar das questões comunitárias, incentivando, orientando e coordenando atividades, espaços e serviços, no intuito de valorizar o ser humano e promover o seu desenvolvimento integral. Fundamentalmente, as práticas que constituem essa missão comunitária são: Atender questões emergenciais da comunidade PUC-Rio (corpo discente, docente e técnico-administrativo) oferecendo programas de bolsas de estudo e auxílios financeiros, promovendo o bem-estar social
ICES 32	REGIMENTO	Identifica a extensão como uma missão importante que objetiva atender as demandas da comunidade, de forma articulada com o ensino e a pesquisa, produzidos por seus professores, alunos e técnicos administrativos em seus diferentes espaços

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 33	POLÍTICA	A extensão Universitária da PUC-SP, definida a partir do preceito constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, constitui fronteira produtiva da Universidade com a Sociedade que, articulando o ensino e a pesquisa na produção de atividades diversas, propiciará o diálogo e a colaboração entre os setores e dimensões da sociedade
ICES 34	REGULAMENTO	A Extensão é atividade regular da UCB, sob a coordenação da Pró-Reitoria Acadêmica, promovida como participação no processo de desenvolvimento da comunidade. A Extensão universitária é feita por meio de cursos, ações comunitárias e serviços, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento intelectual, social, cultural e espiritual da comunidade interna e externa da Universidade e promover a integração desta na localidade e na região
ICES 35	POLÍTICA	A ação extensionista é compreendida como a prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de ensino e pesquisa , com as demandas da comunidade , possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania
ICES 36	EDITAL	A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. Nessa perspectiva, a extensão é, ao lado do ensino e da pesquisa, uma das dimensões essenciais da atividade acadêmica
ICES 37	SITE (página principal)	As atividades de extensão atendem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a formação humanística e integral da pessoa humana, tendo em vista o bem comum da sociedade. "A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
ICES 38	RESOLUÇÃO	A Extensão constitui-se em um lócus privilegiado de troca de saberes entre a universidade e a comunidade, permitindo o encontro do conhecimento científico e humanístico com o saber popular, potencializando os seus valores e características de modo a produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento que possa contribuir para a superação da desigualdade e da exclusão social

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 39	SITE (página principal)	Proporcionar a realização de cursos de extensão que estejam diretamente relacionados às disciplinas ministradas no desenvolvimento do curso ou a temas específicos da prática profissional, ou em evidência à conjuntura cotidiana das demandas do mercado de trabalho da respectiva área profissional
ICES 40	EDITAL	A extensão universitária possibilita ao acadêmico produzir e reproduzir o conhecimento, transmitindo-o à sociedade como resposta necessária para atender as demandas sociais. Possui papel fundamental na formação profissional do acadêmico e no aprimoramento profissional do docente, contribuindo na constituição de uma Universidade comprometida com a sua missão social, de formar não apenas profissionais qualificados, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos. A extensão universitária é desenvolvida por meio da parceria entre universidade e sociedade, favorecendo dessa forma o fortalecimento da democratização do conhecimento, viabilizando o acesso aos serviços no atendimento à população
ICES 41	SITE (página principal)	É assumida como uma política de interação dialógica inerente ao próprio conceito de Universidade, que, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino , pesquisa e extensão
ICES 42	SITE (página principal)	A Extensão na Univille busca constantemente compartilhar um conhecimento que pense o mundo atual, que interrogue a realidade contemporânea e que atue considerando a responsabilidade socioambiental no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento sustentável, à melhoria da qualidade de vida, à inovação social e ao respeito aos Direitos Humanos
ICES 43	SITE (página principal)	A extensão universitária visa socializar o conhecimento produzido na Universidade, ampliando os canais de interlocução da Instituição com a sociedade. Articulada com o ensino e a pesquisa, ela se concretiza através de cursos, ações, projetos, programas e serviços que, ao fazer a interface entre a universidade e a sociedade, estabelecem um diálogo permanente e articulado, do qual todos se beneficiam
ICES 44	EDITAL	Movimento dialógico entre a teoria e a prática, com a troca de experiências e de saberes e com a busca de alternativas para os problemas da coletividade. A extensão possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade, contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento tendo como objetivo a busca pela emancipação dos envolvidos, evitando situações de dependência e assistencialismo.

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 45	POLÍTICA	A extensão é um importante instrumento de democratização do conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, especialmente daqueles que ainda não têm acesso à Universidade
ICES 46	SITE (página principal)	Uma das manifestações do caráter comunitário da Universidade se dá por meio da extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade à qual está inserida. Este conjunto de ações permite à UPF cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais. Ele faz da extensão universitária parte inerente ao fazer acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social. Esta interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade
ICES 47	EDITAL	Extensão é a dimensão que se relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos. A troca de experiências entre o saber científico e o saber popular, a aprendizagem mútua, a vivência com o outro, a solução de problemas, o atendimento e assistência a demandas da comunidade são algumas expressões que caracterizam a extensão da Unisc
ICES 48	REGULAMENTO	A Extensão Universitária é uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa, que viabiliza a relação da Universidade com a sociedade, pela troca dos saberes da academia e da sociedade. A Extensão é uma prática acadêmica, integrada ao ensino e à pesquisa. Articula a Universidade com a Sociedade e viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares, favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade
ICES 49	EDITAL	Extensão universitária possibilita a promoção e a integração de conhecimentos entre a Universidade e a sociedade. Fundamentada na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, envolve a comunidade acadêmica e contribui para a consolidação da missão institucional no enfrentamento dos problemas regionais e na formação de cidadãos críticos, responsáveis, autônomos e familiarizados com a realidade onde acadêmicos e a Universidade estão inseridos

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 50	PDI	A extensão constitui processo educativo que se articula com o ensino, a pesquisa, a cultura, o desporto e a inovação, de modo a viabilizar a relação entre a Instituição e seu entorno, com foco no desenvolvimento regional sustentável. É, portanto, um espaço de construção de uma identidade regional, que passa pela produção do conhecimento e valorização das diferenças e diversidades socioculturais. Os cursos de extensão oferecidos pela Unoesc se caracterizam pela diversidade, abrangendo as mais variadas áreas do conhecimento. De curta duração e abertos à comunidade externa, são ideais para quem quer aprender muito em pouco tempo. Além disso, encaixam-se às necessidades específicas de profissionais (graduados ou não), e de estudantes, que buscam aprofundar seus conhecimentos por meio de uma abordagem mais detalhada sobre um assunto de interesse pessoal
ICES 51	SITE (página principal)	A Extensão Universitária na Uniplac é compreendida como um processo educativo, cultural e científico na perspectiva da Indissociabilidade entre as dimensões do ensino, da Pesquisa e da Extensão, tripé esse que caracteriza a nossa instituição enquanto uma Universidade. Nessa perspectiva a extensão universitária da Uniplac está organizada e é executada por meio de ações, projetos e programas de extensão, articulados aos cursos de graduação e pósgraduação da instituição e a pesquisa científica desenvolvida na universidade. A partir das Práticas Extensionistas a universidade interage com a sociedade em seus diversos espaços de conhecimentos, saberes e práticas, proporcionando aos sujeitos envolvidos subsídios para o processo de ensino-aprendizagem, para ampliação das práticas de pesquisa e, acima de tudo, para a formação humana e cidadã integrada a missão da universidade enquanto Instituição Comunitária de Ensino Superior
ICES 52	SITE (página principal)	As ações de extensão do UNISAGRADO são norteadas por princípios éticos, filosóficos, pedagógicos e científicos e estão intimamente ligadas ao Ensino e à Pesquisa. A extensão procura concretizar ações transformadoras que viabilizem a relação entre a Instituição e Sociedade por meio de diferentes atividades. Definida e efetivada em função das exigências da realidade, a extensão é indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. A base teórica e metodológica para a organização regional e institucional das atividades de extensão no UNISAGRADO é o Plano Nacional de Extensão Universitária, que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, na sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento de forma a contribuir para a superação das desigualdades sociais existentes. A Extensão é uma via de mão dupla que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 53	REGULAMENTO	A extensão universitária é um processo social educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e potencializa a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Nessa perspectiva a extensão universitária da Uniplac está organizada e é executada por meio de ações, projetos e programas de extensão, articulados aos cursos de graduação e pós-graduação da instituição e a pesquisa científica desenvolvida na universidade. As ações de extensão universitária caracterizam-se como momentos privilegiados em que é possível estabelecer a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares
ICES 54	EDITAL	Entende a extensão universitária como um processo contínuo de intercâmbio de saberes entre a Universidade e a comunidade, por meio do desenvolvimento de atividades que contribuam na formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos, promovendo o desenvolvimento regional
ICES 55	REGULAMENTO	A Extensão é a prática universitária que se oferece à comunidade mediante diálogo mantido com a sociedade, em que a universidade contribui com o que é desenvolvido em seu interior, isto é, o conhecimento, na solução dos desafios apresentados pelos grupos humanos. No que tange os Projetos de Extensão, esta atividade de extensão e pesquisa-ação tem como objetivo garantir a produção de um conhecimento sobre as dinâmicas socioespaciais de forma dialógica entre docentes, pesquisadores, estudantes e a comunidade de localidades envolvidas com questões fundiárias. Como resultado produzirá, de forma coletiva e comunitária, planos de desenvolvimento urbano econômico-social e cultural para bairros que venham sofrendo processos de vulnerabilidade
ICES 56	SITE (página principal)	As atividades de extensão universitária caracterizam-se por ações que extrapolam os espaços acadêmicos para estender à comunidade os saberes científicos desenvolvidos pela universidade. É por meio da Extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, que a Univale exerce a sua função social, desenvolvendo práticas e produzindo conhecimentos por meio da troca de saberes e do diálogo permanente com as comunidades, na busca de soluções para os desafios sociais. Realizada sob a forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, participações em conselhos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos
ICES 57	SITE (página principal)	Os cursos de extensão visam complementar conhecimentos em áreas específicas de profissionais já inseridos no mercado, graduados ou não, e para estudantes que buscam aperfeiçoar seus conhecimentos em determinados temas. E para quem não deseja renunciar a se atualizar para ter um destaque cada vez maior no competitivo mercado de trabalho

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 58	SITE (página principal)	A Univates entende por extensão o processo de relações diretas e recíprocas com a sociedade, e se propõe por meio dos Projetos de Extensão, a construção de conhecimentos e saberes provindos da relação dialógica entre universidade e comunidade. Entende-se que a extensão universitária estabelece fluxo de saberes sistematizados de natureza acadêmica e popular, em que tanto comunidade quanto estudantes e professores aprendem e se retroalimentam a partir dessa troca. Desta forma, a extensão impacta tanto na formação do estudante, quanto na transformação da comunidade parceira
ICES 59	SITE (página principal)	A extensão é como a comunidade acadêmica se faz presente na sociedade em que está inserida. Essa interação com as localidades se dá por conta de Projetos de Extensão, trabalhos contínuos realizados por alunos e professores que tem por objetivo atender as demandas e necessidades locais ao mesmo tempo em que respondem ao currículo de seus cursos e estimulam a autonomia entre os envolvidos
ICES 60	REGULAMENTO	Os projetos de extensão baseiam-se em uma dimensão integradora da extensão, com o ensino e a pesquisa e na aproximação com a comunidade externa, especialmente, das áreas de inserção regional e com mercado de trabalho. As políticas de extensão e responsabilidade social tem por objetivo geral orientar a proposição das iniciativas, a partir dos referenciais de qualidade, das prioridades estratégicas e dos requisitos necessários à operacionalização dos programas e projetos
ICES 61	POLÍTICA	Extensão é entendida como uma forma de disponibilizar, para as pessoas que estão fora do universo acadêmico, tudo o que a Universidade representa. A Unimep entende, porém, que a Extensão ultrapassa esta compreensão e dimensiona outros elementos. Definindo-se como o conjunto dos conhecimentos acumulados e sistematizados na Universidade em interação dinâmica com o saber popular, presente nas pessoas que constituem as comunidades, criando um diálogo fértil entre a cultura popular e o saber universitário
ICES 62	SITE (página principal)	A Extensão pode ser compreendida como o diálogo que a Universidade mantém com a sociedade, recebendo as demandas desta e conferindo-lhes um tratamento acadêmico como resposta. Através dos grupos sociais com os quais interage e através das questões que surgem das atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão
ICES 63	POLÍTICA	A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, objetivando a socialização do saber acadêmico. Na Universidade Presbiteriana Mackenzie, o estabelecimento de uma política de Extensão atrela-se à sua visão e missão que, amparada na natureza confessional e comunitária da Instituição, caracteriza-se, também, por seu caráter filantrópico

Código	Documento (Norma)	Descrição do conceito de extensão
ICES 64	POLÍTIĆA	As ações, as atividades de "extensão" são uma via de mão dupla. A extensão emana dos programas e das linhas de Extensão estabelecidas e definidos pelos departamentos e áreas de conhecimento; insere-se e articula-se aos currículos e programas dos cursos de graduação e de pós-graduação, evitando as ações isoladas e ocasionais. Isso requer planejamento, análise de contexto e compreensão do papel da Universidade diante de sua realidade. As ações extensionistas da Universidade devem viabilizar e operacionalizar práticas participativas e representativas dos interesses das populações e da realidade regional
ICES 65	SITE (página principal)	Os projetos de extensão são desenvolvidos na USF por meio do Núcleo de Extensão Universitária (NEXT), que visa desenvolver oportunidades à comunidade interna e externa, com o propósito de contribuir para uma formação sólida de seus alunos nos aspectos técnico-científicos, humanos e sociais
ICES 66	SITE (página principal)	A Extensão Universitária é o processo socioeducativo, científico, cultural e empreendedor que articula e busca a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação de transformação entre Universidade e Sociedade As práticas de extensão proporcionam vários conhecimentos e aprendizagens, que podem resultar em pesquisas e publicações em periódicos, trabalhos de conclusão de curso; Impacto na Formação do Estudante (permite vivencias de trocas de experiências e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade); Impacto e Transformação Social (a Universidade promove ações voltadas para os interesses das necessidades da população, viabilizando o acesso a serviços e possibilitando inclusão social)

Fonte: Elaborado pela autora com informações pesquisadas nos sites das ICES. (grifos destacados pela autora).

Após a realização dos procedimentos de coleta dos dados é necessário definir como eles serão analisados, ou seja, qual o método apropriado para se obter êxito na pesquisa proposta.

4.2 Método de análise de dados

A fim de melhor organizar e compreender as etapas do desenvolvimento da pesquisa, é preciso determinar procedimentos metodológicos. Muito embora os dados acerca do conceito de extensão disponíveis nos documentos *on-line* tenham muitas unidades geradas por diferentes documentos, como diretriz, edital, estatuto, PDI, política, regimento, regulamento, resolução e sites das ICES pesquisadas, conforme

demonstrado no Quadro 10, sabe-se que "o material continua bruto e não permite ainda extrair tendências claras e, ainda menos, chegar a uma conclusão" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 214).

A partir de um estudo detalhado desse conteúdo, por meio de frases ou palavras destacadas, é necessário dar sentido e selecionar a ideia principal do tema pesquisado. No entendimento de Laville e Dionne (1999, p. 214) a análise de conteúdo "consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação". Uma das possibilidades considerada por Laville e Dionne (1999) é recortar em temas, ou seja, em fragmentos que traduzem uma ideia particular, que pode ser um conceito, ou a relação entre conceitos. Desta forma o pesquisador é quem tem maior aproximação com o sentido do conteúdo, já que a construção das unidades de análises se faz a partir de sua compreensão do conteúdo.

Vale ressaltar que a análise de conteúdo não pode ser considerada um método rígido que proporciona conclusões certeiras. O método permite ao pesquisador selecionar e agrupar o recorte do material, assim beneficiando a análise e conclusões. Cabe ao pesquisador realizar o recorte dos conteúdos de modo que possa ordenar em categorias na etapa seguinte.

Laville e Dionne (1999, p. 216) sugerem:

O recorte mais simples de realizar prende-se às estruturas sintáticas dos conteúdos; quer se trate de estruturas lexicais como as palavras ou expressões, ou ainda de estruturas gramaticais como as frases ou as orações; essas têm a vantagem de serem claramente, para não dizer objetivamente, delimitadas a palavra constitui a menor unidade nem todas interessarão igualmente ao pesquisador, que se deterá sobretudo em palavras-chaves que traduzam ideias conectadas direto ou indiretamente ao objeto de sua investigação.

Após o recorte do conteúdo foram criadas as categorias para análise, que podem ser definidas em três modos: aberto, fechado ou misto, conforme esclarecem Laville e Dionne (1999, p. 2019):

⁻ modelo aberto, as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no cursos da própria análise.

⁻ modelo fechado, em contrapartida, o pesquisador decide a priori categorias, apoiando-se em um ponto de vista teórico que se propõe o mais frequentemente submeter-se à prova da realidade.

⁻ modelo misto situa-se entre os dois, servindo-se dos dois modelos precedentes: categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modifica-las em função do que a análise aportará.

No caso da pesquisa em andamento e de acordo com o modelo misto abordado, as categorias foram levantadas a partir das unidades de sentidos, que podem ser alteradas, acrescidas ou retiradas de acordo com o desenrolar na análise.

As categorias levantadas nos três grupos pesquisados foram numeradas em ordem crescente de 1 a 19, conforme apresentam os Quadros 12, 14 e 16.

4.2.1 Categorização dos documentos legais

A primeira etapa de análise é a elaboração das categorias relacionadas aos documentos que legislam extensão universitária no país. Após a escolha dos documentos e levantamento das unidades referentes ao conceito de extensão numa 1ª redução apresentada no Quadro 7, foram geradas cinco categorias. Esses procedimentos metodológicos foram adotados conforme propõem Laville e Dionne (1999). Foram organizadas, numeradas, numa análise de conteúdo, modelo fechado.

Com base na legislação vigente, foram selecionadas dos documentos as seguintes reduções, apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Documentos legais: categorias

Documento	1ª redução	Categorias
DOC 1	- indissociabilidade entre ensino,	1 Articula o Ensino, Pesquisa e Extensão
	pesquisa e extensão	
CF 88		
Art. 207		
DOC 2	- participação da população	2 Promove a troca de saberes entre
La: 0.204/00	difusão dos conquistos o	acadêmico e popular
Lei 9.394/96	- difusão das conquistas e	A Fotobolos assessment to the Participant
Art. 43, VII	benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e	4 Estabelece processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico,
	tecnológica	tecnológico
DOC 3	- créditos curriculares exigidos para	3 Integra à matriz curricular e prática
1 : 40 005/44	a graduação	acadêmica
Lei 13.005/14		
Meta 12.7	- programas e projetos de extensão	5 Onevenienskim og medelidedes de
		5 Operacionaliza as modalidades de extensão previstas legalmente
		exterisão previstas legalifiente
DOC 4	- atividade que se integra à matriz	1 Articula o Ensino, Pesquisa e Extensão
	curricular	
Resolução nº		2 Promove a troca de saberes entre
7, de 18 de	- processo interdisciplinar, político	acadêmico e popular
dezembro de	educacional, cultural, científico,	
2018	tecnológico	3 Integra à matriz curricular e prática
		acadêmica

 interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, articulação permanente com o ensino e a pesquisa 	4 Estabelece processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico
---	---

Sintetizando as categorias o Quadro 12 mostra em quais documentos elas aparecem e com qual frequência.

Quadro 12 - Categorias levantadas: documentos legais

CATEGORIAS	Documentos	%
1 Articula o Ensino, Pesquisa e Extensão	Doc. 1, 4	50
2 Promove a troca de saberes entre acadêmico e popular	Doc. 2, 4	50
3 Integra à matriz curricular e prática acadêmica	Doc. 3, 4	50
4 Estabelece processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico e difusão do conhecimento	Doc. 2, 4	50
5 Operacionaliza as modalidades de extensão previstas legalmente	Doc. 3	25

Fonte: Elaborado pela autora

É possível identificar que os documentos legais indicam a extensão sempre concebida de forma indissociável ao ensino e pesquisa, buscando benefícios à comunidade. Ressaltam a ligação dessas atividades com a estrutura curricular planejada pela instituição em vários âmbitos das práticas acadêmicas. Não destacam as modalidades de aplicação mas enfatizam a normatização das propostas extensionistas vinculadas a programas e projetos legalmente previstos.

4.2.2 Categorização dos documentos institucionais

Para iniciar a análise dos conteúdos, no Quadro 10 foram descritos os conceitos de extensão das ICES na íntegra, sem alterações, conforme disponibilizados nos documentos apresentados nos sites. Destacou-se em negrito as palavras e ou expressões que demonstram sentido ou significado, na visão do pesquisador, em relação ao conceito de extensão.

No Quadro 13, colocado a seguir, na coluna "Unidades de sentidos (1ª redução)" organiza-se a primeira redução das descrições dos conceitos de extensão das 66 ICES. Na segunda coluna - "Categorias (2ª redução)" estão descritas dez

categorias criadas a partir das unidades de sentidos. Os números postados nessas descrições correspondem à classificação das dez categorias, e separados por cores para melhor identificação de sua frequência.

Quadro 13 - Unidades de sentidos e categorias

Quadro 13 - Unidades de sentidos e categorias			
Código	Unidades de sentidos (1ª redução)	Categorias (2ª redução)	
	 atividade que se integra à matriz curricular processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico 	 12 Consta como exigência na matriz curricular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 	
ICES 01	- aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa	8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico	
ICES 02	- ponte permanente entre o UNASP e a comunidade	Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão	
	 projetos, cursos, eventos, registros acadêmicos e prestação de serviços, compartilhamos conhecimentos e nos 	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
	aproximamos da comunidade - comunidade e mudando para melhor a	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular	
	realidade de muitas pessoas		
ICES 03	 prática acadêmica articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Unisalesiano e a sociedade 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
		12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
		13 Qualifica o aluno para a vida profissional	
ICES 04	processo educativo, cultural e científicoarticula ao ensino e à pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	- relação transformadora	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
ICES 05	- relação com a comunidade na qual está inserida, pois reconhece que, na interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade	13 Qualifica o aluno para a vida profissional	
	- prática acadêmica indispensável à formação e à qualificação do aluno e do futuro	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular	
	profissional	8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico	
ICES 06	indissociabilidade com o ensino e a pesquisaprocesso acadêmico definido e efetivado em	10 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	função das demandas sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais da sociedade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular	

	T	T
	 proposta pedagógica dos cursos formação cidadã promovendo a interação transformadora entre a Instituição e outros setores da sociedade trocar saberes sistematizado, acadêmico e popular e de intervir nas necessidades sociais da comunidade 	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 6 Articula discente, docente e comunidade
ICES 07	 processo educativo, cultural, científico prestação de serviços indissociável ao ensino e à pesquisa 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
ICES 08	- promover a troca de saberes - integrar a FAE com a comunidade local ou regional	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
ICES 09	- programas específicos, em consonância com a natureza dos cursos, com as necessidades da comunidade ou com a responsabilidade social - cursos de treinamento profissional; II- estágios não obrigatórios ou atividades que se destinem ao treinamento pré-profissional do discente	Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 10	 atividade-fim e acadêmica integração com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 11	 constitui na interface com o ensino contribuindo para um processo pedagógico participativo produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e humanista acesso da sociedade ao conhecimento cursos de extensão, projetos e programas de extensão, atividades culturais tríade, ensino, pesquisa e extensão, para a sustentação da vida acadêmica em diálogo com a comunidade 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico
	- diretrizes viabilizam atividades de cunho	

	comunitário que favoreçam a aproximação entre o saber científico e a sociedade .	
ICES 12	- elo com a comunidade, onde a abertura institucional	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- permite a difusão do conhecimento científico	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
ICES 13	- o eixo articulador entre o Ensino e as novas metodologias de construção do conhecimento	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- aprendizado de gestão coletiva acerca da prática social e como suporte ao ensino, à pesquisa e à produção do conhecimento	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- reflexão crítica da realidade	
ICES 14	- buscam ultrapassar o âmbito acadêmico, no que se refere ao ensino (Graduação e Pós- Graduação) e Pesquisa	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- processo de formação de pessoas	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- geração de conhecimento, que tenha o aluno universitário como protagonista	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- união bilateral entre universidade e comunidade	madanya para a comanidado
ICES 15	- serviços de qualidade oferecidos pela Instituição para a comunidade externa	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- contato direto com sua área de atuação	Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
	- gerando um ganho tanto para a população, quanto para os acadêmicos	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
ICES 16	Não localizamos nenhuma descrição sobre a	
	extensão. Não recebemos respostas para as mensagens enviadas	
ICES 17	- instituição de ensino superior e a sociedade	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- interação social	10 Incentiva a troca de saberes entre
	- interação dialógica entre a instituição de ensino e a comunidade	acadêmico e popular
	- indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão	
ICES 18	- proporcionar uma formação integral da pessoa	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- privilegiando não somente o lado acadêmico e profissional	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade

	- formação humanística por meio do desenvolvimento de projetos de promoção social e do bem comum	
ICES 19	- extensão do ensino e da pesquisa - cursos e serviços especiais	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
ICES 20	- desenvolve projetos sociais nas Comunidades de baixa renda	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
ICES 21	 cursos e outros serviços integrar a Faculdade na comunidade local, nacional e internacional desenvolvimento completo da pessoa humana solução de problemas sociais e comunitários 	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
ICES 22	 prática acadêmica interliga as atividades de ensino-pesquisa formação do profissional cidadão superação da desigualdade social. viabiliza projetos de extensão de acordo com a missão da Instituição promover e valorizar o ser humano fortalecendo a cidadania, através da prática da excelência no ensino de graduação, pesquisa e extensão e em sua atuação na sociedade 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
ICES 23	- meio acadêmico e na comunidade	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
ICES 24	 articulação com o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão caráter comunitário e viabiliza, de forma estruturada e harmônica, a relação transformadora entre ela e a sociedade 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade

ICES 25	 partir dos programas e projetos ofertados, o corpo discente pode participar de atividades de pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento desenvolvimento do pensamento científico e extensionista discente articulando a interação entre professores, estudantes e a comunidade da região pesquisa e a extensão no lelusc têm como propósito central acolher a diversidade de filiações e trajetórias acadêmicas encontradas 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 6 Articula discente, docente e comunidade 6 Articula discente, docente e comunidade 14 Respeita a indissociabilidade do
ICES 27	em nosso corpo docente - oportuniza o compartilhamento de conhecimentos e competências – construídos pelas dimensões formativas de Ensino e	Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	Pesquisa com a sociedade - troca de saberes - nascem parcerias que contribuem para qualificar a formação profissional - geração de novos conhecimentos na Universidade - solução de problemas contemporâneos na	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 28	sociedade - processo dinâmico e interdisciplinar	13 Qualifica o aluno para a vida
1020 20	vinculado à formação profissional do cidadão	profissional
ICES 29	 integrada ao Ensino e à Pesquisa articulação da academia com a sociedade formação cidadã e humanista discente e docente desenvolvimento integral do ser humano missão primeira da Universidade. 	 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 6 Articula discente, docente e comunidade
ICES 30	 - ação comunitária - perspectiva de pluralidade de soluções, desdobram-se as ações de extensão - prestação de serviços 	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
ICES 31	- incentivando, orientando e coordenando atividades, espaços e serviços, no intuito de valorizar o ser humano e promover o seu desenvolvimento integral	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade

	- atender questões emergenciais da		
	comunidade	6 Articula discente, docente e comunidade	
ICES 32	- atender as demandas da comunidade - articulada com o ensino e a pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	anioulada com o ensino e a pesquisa	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
ICES 33	- indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	- propiciará o diálogo e a colaboração entre os setores e dimensões da sociedade	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
ICES 34	- processo de desenvolvimento da comunidade	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão	
	- cursos, ações comunitárias e serviços	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
	 promover a integração desta na localidade e na região 		
ICES 35	- prática acadêmica - ensino e pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	- demandas da comunidade	13 Qualifica o aluno para a vida profissional	
	- possibilitando a formação de profissionais		
ICES 36	- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	- processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político	8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico	
	- promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade	13 Qualifica o aluno para a vida profissional	
	 a extensão é, ao lado do ensino e da pesquisa, uma das dimensões essenciais da atividade acadêmica 		
ICES 37	- princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	
	- integra à matriz curricular e à organização da pesquisa	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade	
	 constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico 	7 Consta como exigência na matriz curricular	
	- promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade		
	- articulação permanente com o ensino e a		

	pesquisa	
ICES 38	- troca de saberes entre a universidade e a comunidade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- permitindo o encontro do conhecimento científico e humanístico com o saber popular	
ICES 39	- Proporcionar a realização de cursos de extensão	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- desenvolvimento do curso ou a temas específicos da prática profissional	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
ICES 40	- produzir e reproduzir o conhecimento, transmitindo-o à sociedade como resposta necessária para atender as demandas sociais	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- formação profissional do acadêmico e no aprimoramento profissional do docente	11 Integra a missão institucional12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- contribuindo na constituição de uma Universidade comprometida com a sua missão social	6 Articula discente, docente e comunidade
	- formar não apenas profissionais qualificados, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
	- desenvolvida por meio da parceria entre universidade e sociedade	15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação
	- favorecendo dessa forma o fortalecimento da democratização do conhecimento	
	- viabilizando o acesso aos serviços no atendimento à população	
ICES 41	- interação dialógica	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
		8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico
ICES 42	- compartilhar um conhecimento que pense o mundo atual	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- melhoria da qualidade de vida	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- inovação social e ao respeito aos Direitos Humanos	
ICES 43	- socializar o conhecimento	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- articulada com o ensino e a pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do

- cursos, ações, projetos, programas e serviços - diálogo permanente e articulado, do qual todos se beneficiam ICES 44 - Movimento dialógico entre a teoria e a prática troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éficos e preparados para as transformações socials - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociábilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociábilidade ensino-pesquisa-extensão - formação de cidadãos críticos, responsáveis			T
Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão		, , , , ,	Ensino, Pesquisa e Extensão
CES 44		serviços	
todos se beneficiam ICES 44 - Movimento dialógico entre a teoria e a prática - troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão			
ICES 44 - Movimento dialógico entre a teoria e a prática - troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações socials - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão			modalidades de extensão
- troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interiocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 18 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular		todos se beneficiam	
- troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interiocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 18 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular			
- troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interiocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e popular ICES 49 - indissociábilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular	ICES 44	- Movimento dialógico entre a teoria e a prática	10 Incentiva a troca de saberes entre
- troca de experiências e de saberes - possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações socials - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e popular ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			acadêmico e popular
Possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento 15 Proporciona conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida 15 Proporciona conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida 15 Proporciona conhecimento 12 Proporciona conhecimento 12 Proporciona conhecimento 13 Proporciona conhecimento 14 Proporciona conhecimento 15 Proporciona conhecimento 16 Proporciona conhecimento 17 Proporciona conhecimento 18 Proporciona conhecimento 20 Proporciona conhecimento 21 Proporciona conhecimento 22 Proporciona conhecimento		- troca de experiências e de saberes	
- possibilita a criação de um espaço de interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociábilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		,	12 Proporciona oportunidade de
interlocução da universidade com a sociedade - contribuindo para sua autonomia e desenvolvimento ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociábilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		- possibilita a criação de um espaço de	
CES 45 - democratização do conhecimento 15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 13 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 14 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 15 Incentiva a troca de saberes entre académico e popular 11 Integra a missão institucional 11 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida 14 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida 14 Integra a missão institucional 15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação 12 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação 13 Puslicação 13 Qualifica e aluno para a vida 13 Qualifica e aluno para a vida 13 Qualifica e aluno para a vida 14 Integra a missão institucional 14 Respeita a indissociabilidade do 14 Respeita a indi			madanşa para a comandado
ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		interiodação da ariiversidade com a cocicadae	
ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		- contribuindo para sua autonomia e	
ICES 45 - democratização do conhecimento - contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a diffusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 15 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 16 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 17 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 18 Qualifica o aluno para a vida profissional 19 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 18 Qualifica o aluno para a vida profissional			
- contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 47 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 18 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		desenvoivimento	
- contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 47 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 18 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	1050 45	demonstration and a surbanium and	4E Dranaraiana sanhasimenta
- contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a diffusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão IA Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	ICES 45	- democratização do connecimento	
ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e popular ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			aprendizagem e publicação
ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		1	12.5
ICES 46 - extensão que aproxima as ações desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		vida	
desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			mudança para a comunidade
desenvolvidas na Instituição da comunidade - cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
- cumprir a missão de formar profissionais cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	ICES 46		5 Incentiva a troca de saberes entre
cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 11 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional		desenvolvidas na Instituição da comunidade	acadêmico e popular
cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 11 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional			
cidadãos, éticos e preparados para as transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 11 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 14 Integra a missão institucional		- cumprir a missão de formar profissionais	
transformações sociais - acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 13 Qualifica o aluno para a vida profissional 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Qualifica o aluno para a vida profissional			11 Integra a missão institucional
- acadêmico buscando uma aproximação com a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
a realidade social - interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		- acadêmico buscando uma aproximação com	13 Qualifica o aluno para a vida
- interação direta constitui uma via de mão dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 12 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		a realidade social	profissional
dupla para a difusão do conhecimento e para a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 12 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		intercaño direta constitui uma via de mão	
a interação com as realidades e experiências da comunidade ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 12 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular - troca dos saberes - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 15 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão - 18 Respeita a indissociabilidade - 18 Respeita a indissociabilida			
ICES 47 - relaciona com a comunidade, através de ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 15 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 16 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 17 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 18 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão		da comunidade	
ações, projetos, cursos e eventos - troca de experiências entre o saber científico e o saber popular 9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 16 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 17 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 18 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 19 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 18 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 19 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular			
- troca de experiências entre o saber científico e o saber popular Postaca o desenvolvimento das modalidades de extensão	ICES 47		
e o saber popular P Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		ações, projetos, cursos e eventos	acadêmico e popular
e o saber popular P Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão modalidades de extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		I	
ICES 48 - indissociável do ensino e da pesquisa - troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		e o saber popular	9 Destaca o desenvolvimento das
- troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			modalidades de extensão
- troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
- troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 11 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 12 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 13 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão	ICES 48	- indissociável do ensino e da pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do
- troca dos saberes - articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		· ·	·
- articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular		- troca dos saberes	
- articula a Universidade com a Sociedade - viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			10 Incentiva a troca de saberes entre
 viabiliza o exercício da cidadania, por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 		- articula a Universidade com a Sociedade	
da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		a.a.saa a Siiivoioidado ooiii a ooolodado	acadomico o popular
da troca dos saberes acadêmicos e populares - favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		- viahiliza o exercício da cidadania, por meio	
- favorecendo a função social da Universidade, que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		da troca dos saberes academicos e populares	
que tanto ensina como aprende com a sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão		favoracando a função assist do Universidado	
sociedade ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
ICES 49 - indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão			
Ensino, Pesquisa e Extensão		sociedade	
Ensino, Pesquisa e Extensão	1050		44.5
	ICES 49	- ındıssociabilidade ensino-pesquisa-extensão	
- formação de cidadãos críticos, responsáveis			Ensino, Pesquisa e Extensão
		- formação de cidadãos críticos, responsáveis	

		100 100
	- realidade onde acadêmicos e a Universidade estão inseridos	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 50	- articula com o ensino, a pesquisa, a cultura, o desporto e a inovação	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	se caracterizam pela diversidade, abrangendo as mais variadas áreas do conhecimento	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
		9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
	- aprofundar seus conhecimentos por meio de uma abordagem mais detalhada sobre um assunto de interesse pessoal.	
ICES 51	- processo educativo, cultural e científico na perspectiva da Indissociabilidade entre as dimensões do ensino, da Pesquisa e da	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	Extensão	Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
	 ações, projetos e programas de extensão, articulados aos cursos de graduação e pós- graduação da instituição e a pesquisa 	11 Integra a missão institucional
	científica desenvolvida na universidade	8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional,
	- interage com a sociedade em seus diversos espaços de conhecimentos, saberes e práticas	cultural, científico, tecnológico
	- formação humana e cidadã integrada a missão da universidade	
ICES 52	- Ensino e à Pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	 viabilizem a relação entre a Instituição e Sociedade por meio de diferentes atividades 	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- extensão é indispensável na formação do estudante	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, na sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento	pronocorna.
	- contribuir para a superação das desigualdades sociais existentes	
	- via de mão dupla que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular	
ICES 53	- universitária é um processo social educativo, cultural e científico	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- potencializa a relação transformadora entre a	acadomico o popular

	universidade e a sociedade	9 Destaca o desenvolvimento das
	- ações, projetos e programas de extensão	modalidades de extensão
	- interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares	8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico
ICES 54	- processo contínuo de intercâmbio de saberes entre a Universidade e a comunidade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos	
	- promovendo o desenvolvimento regional.	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 55	- diálogo mantido com a sociedade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- produção de um conhecimento sobre as dinâmicas socioespaciais de forma dialógica entre docentes, pesquisadores, estudantes e a comunidade de localidades envolvidas - resultado produzirá, de forma coletiva e comunitária, planos de desenvolvimento urbano econômico-social e cultural para bairros que venham sofrendo processos de vulnerabilidade	 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade 6 Articula discente, docente e comunidade
ICES 56	 ações que extrapolam os espaços acadêmicos para estender à comunidade os saberes científicos articulada ao ensino e à pesquisa 	 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- diálogo permanente com as comunidades	Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
	- programas, projetos, cursos de extensão, eventos, participações em conselhos, prestações de serviço e elaboração	15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação
	- difusão de publicações e outros produtos acadêmicos	
ICES 57	- cursos de extensão visam complementar conhecimentos em áreas específicas de profissionais já inseridos no mercado, graduados ou não - mercado de trabalho	9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão 13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 58	- processo de relações diretas e recíprocas com a sociedade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- relação dialógica entre universidade e comunidade	13 Qualifica o aluno para a vida profissional
	- fluxo de saberes sistematizados de natureza acadêmica e popular	pronocional
	- impacta tanto na formação do estudante,	

	quanto na transformação da comunidade parceira	
ICES 59	- extensão é como a comunidade acadêmica se faz presente na sociedade em que está inserida	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- projetos de Extensão, trabalhos contínuos realizados por alunos e professores	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- atender as demandas e necessidades locais	,
	- respondem ao currículo de seus cursos	
ICES 60	- dimensão integradora da extensão, com o ensino e a pesquisa	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- aproximação com a comunidade externa	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- operacionalização dos programas e projetos extensionistas	Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
ICES 61	- forma de disponibilizar, para as pessoas que estão fora do universo acadêmico, tudo o que a Universidade representa	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- conjunto dos conhecimentos acumulados e sistematizados na Universidade em interação dinâmica com o saber popular	12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade
	- diálogo fértil entre a cultura popular e o saber universitário	
ICES 62	- diálogo que a Universidade mantém com a sociedade	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
	- questões que surgem das atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
ICES 63	- processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
	- viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade	11 Integra a missão institucional8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional,
	- atrela-se à sua visão e missão que, amparada na natureza confessional e comunitária da Instituição	cultural, científico, tecnológico 12 Proporciona oportunidade de
	- caracteriza-se, também, por seu caráter filantrópico	mudança para a comunidade 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
ICES 64	- via de mão dupla.	10 Incentiva a troca de saberes entre
	- emana dos programas e das linhas de Extensão estabelecidas e definidos pelos	acadêmico e popular 9 Destaca o desenvolvimento das

	departamentos e áreas de conhecimento	modalidades de extensão
	 insere-se e articula-se aos currículos e programas dos cursos de graduação e de pósgraduação, evitando as ações isoladas e ocasionais viabilizar e operacionalizar práticas participativas e representativas dos interesses das populações e da realidade regional participação nas comunidades 	14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
ICES 65	 desenvolver oportunidades à comunidade interna e externa formação sólida de seus alunos nos aspectos técnico-científicos, humanos e sociais. 	10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular13 Qualifica o aluno para a vida profissional
ICES 66	 processo socioeducativo, científico, cultural e empreendedor articula e busca a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa viabilizando a relação de transformação entre Universidade e Sociedade proporcionam vários conhecimentos e aprendizagens, que podem resultar em 	 14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão 10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular 15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação 8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional,
	pesquisas e publicações em periódicos, trabalhos de conclusão de curso - promove ações voltadas para os interesses das necessidades da população - viabilizando o acesso a serviços e possibilitando inclusão social	cultural, científico, tecnológico 12 Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade

Neste quadro, observa-se que os termos ou expressões destacadas nas concepções das 66 ICES, muito se assemelham quando conceituam a extensão.

O Quadro 14, a seguir, sintetiza o que foi levantando anteriormente, destacando na primeira coluna as dez "Categorias" geradas a partir da primeira redução dos conceitos encontrados. A segunda coluna traz a relação das ICES que revelam conceitos contemplados nas categorias criadas a partir das unidades, que conforme Laville e Dionne (1999) o pesquisador define as categorias a partir das unidades, com base no seu próprio conhecimento teórico, colocando-o de frente com a realidade, alterando-o de acordo com a necessidade.

Quadro 14 - Categorias levantadas: concepção nos documentos institucionais

Quadro 14 - Categorias levantadas: concepção nos documentos institucionais				
Categorias	ICES	Frequência	%	
6 Articula discente, docente e comunidade	06, 25, 26, 29, 31,	07	11	
o Articula discerne, docerne e comunidade	40, 55			
7 Consta como exigência na matriz curricular	01, 37	02	3	
8 Constitui processo interdisciplinar, político educacional,	01, 05, 11, 36, 41,	09	14	
cultural, científico, tecnológico	51, 53, 63, 66			
	02, 09, 11, 15, 19,	23	35	
9 Destaca o desenvolvimento das modalidades de	20, 21, 22, 23, 30,			
extensão	31, 34, 39, 40, 43,			
exterisati	47, 50, 51, 53, 56,			
	57, 60, 64			
	02, 05, 06, 08, 11,	35	54	
	12, 14, 15, 17, 23,			
10 Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e	24, 27, 29, 38, 41,			
popular	43, 42, 44, 46, 47,			
populai	48, 52, 53, 54, 55,			
	56, 58, 59, 60, 61,			
	62, 63, 64, 65, 66			
11 Integra a missão institucional	40, 46, 51, 63	04	6	
	02, 03, 04, 06, 07,	29	44	
	09, 12, 13, 14, 18,			
12 Proporciona oportunidade de mudança para a	20, 21, 22, 24, 30,			
comunidade	31, 32, 33, 34, 37,			
	40, 42, 44, 45, 55,			
	59, 61, 63, 66			
	03, 05, 06, 09, 10	22	33	
13 Qualifica o aluno para a vida profissional por meio de	15, 18, 22, 27, 28,			
práticas acadêmicas	35, 36, 39, 40, 46,			
	49, 50, 52, 54, 57,			
	58, 65	0.5	F 4	
	01, 03, 04, 06, 07,	35	54	
	10, 11, 13, 14, 17,			
14 Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e	19, 22, 24, 25, 26,			
Extensão	29, 32, 33, 35, 36,			
	37, 41, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 56			
	50, 51, 52, 53, 56,			
15 Proporciona conhecimento, aprendizagem e	60, 62, 63, 64, 66 40,45, 56, 66	07	11	
publicação	40,40, 50, 00	07	11	
Pasioayao				

Fonte: Elaborado pela autora

Observamos aqui grandes convergências em certas definições de extensão e apenas três baixas convergências entre as ICES. O Quadro 14 mostra a frequência que as categorias aparecem e em quais ICES.

Conforme proposto anteriormente, após realizar a pesquisa documental nos sites da ICES analisando o conceito de extensão para a elaboração das categorias, iniciou-se a pesquisa do terceiro grupo de análise: os questionários encaminhados à

todas as ICES que integram a pesquisa. Os dados foram coletados por meio dos emails enviados aos responsáveis pelo setor que articula a extensão em cada ICES.

4.2.3 Questionário: da coleta à categorização

Para dar continuidade à coleta dos dados sobre o conceito de extensão e suas práticas nas ICES associadas à ABRUC, foi elaborado um questionário que é considerado "um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador" (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 94).

O questionário foi enviado por meio eletrônico ao endereço institucional, direcionando-o ao setor responsável pela extensão. No corpo do e-mail foi descrito o convite para fazer parte da pesquisa, detalhadamente explicada. Foi esclarecido que ao responderem às questões e devolverem para o mesmo endereço eletrônico, considerava-se o aceite de sua participação. Houve certa dificuldade encontrada inicialmente porque algumas informações disponibilizadas nos sites das instituições estavam desatualizadas. Quando o e-mail retornava, optou-se pelo contato telefônico que permitiu novo acesso aos endereços diretos dos setores responsáveis.

O primeiro e-mail foi enviado em 10 de outubro de 2019 para todas as ICES elencadas e apenas uma instituição respondeu, enviando o relatório anual das suas atividades de extensão.

Um segundo e-mail foi enviado em 28 de fevereiro de 2020, e novamente apenas uma instituição nos enviou a resposta.

Entre os meses de março e junho de 2020, após alguns contatos por telefone, foram reencaminhados os *e-mails*, com endereços atualizados, aos responsáveis pelo setor de extensão das ICES.

Das 66 ICES integrantes desse estudo, obteve-se 20 respostas do questionário, 01 instituição declinou da participação e 45 não enviaram nenhum tipo de resposta. Dentre as ICES participantes vale destacar que uma é classificada como centro universitário, duas são faculdades e 17 são universidades.

No e-mail encaminhado constava, além da descrição da pesquisa, três questões que objetivavam conhecer o conceito de extensão das instituições, expresso pelos seus responsáveis por essa área, e saber quais eram as suas práticas desenvolvidas na ICES. As perguntas foram assim descritas:

- Como a extensão universitária é conceituada na sua Instituição? (Q1)
- Quais são as práticas de extensão realizadas na IES? (Q2)
- Cite alguns projetos que são desenvolvidos pela IES na comunidade. (Q3)

A análise das respostas obtidas foi realizada pelo mesmo método adotado para análise dos documentos – Análise de Conteúdo pautando-se em Laville e Dione (1999).

A descrição se dá a partir das respostas das questões na íntegra, sendo destacados em negrito o que se mostrou mais significativo ao olhar do pesquisador, com o objetivo de realizar um recorte dos conteúdos, numa 1ª redução. As unidades de sentidos são palavras, expressões, frases ou enunciados que se referem ao tema pesquisado.

O Quadro 15, apresentado a seguir, foi organizado da seguinte forma: na primeira coluna estão relacionadas as ICES que responderam, identificadas pelos respectivos códigos, na segunda coluna a descrição literal da resposta enviada pela instituição, na terceira coluna a primeira redução em unidades de sentidos; na última coluna as categorias geradas, classificadas de 16 a 19, separadas por cores para melhor visualização da sua frequência. (A definição das cores permite aproximação com as cores apresentadas nas categorias dos documentos).

Quadro 15 - Questão 1: Unidades de sentidos e categorias

Q1: Com	Q1: Como a extensão universitária é conceituada na sua instituição?			
Código	Resposta	Unidades de sentidos (1ª redução)	Categoria (2ª redução)	
ICES 07	A extensão é conceituada como um processo educativo, cultural, científico, ou de prestação de serviços, que se articula de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que pode viabilizar a relação transformadora entre a UNIFEV e a sociedade, visando ao crescimento e a socialização do saber acadêmico	- processo educativo, cultural, científico, ou de prestação de serviços - articula de forma indissociável ao ensino e à pesquisa	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa. 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento	

ICES 24	A extensão da Faccat apresenta-se como resultado da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, que caracteriza, fortalece e legitima o perfil da Faccat como de caráter comunitário, e viabiliza, de forma estruturada e harmônica, a relação transformadora entre a Instituição e a sociedade	 articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão caráter comunitário relação transformadora entre a Instituição e a sociedade. 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa. 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
ICES 25	A extensão universitária é o processo educativo que articula ao ensino e a pesquisa e tem como compromisso "promover a produção e a socialização do conhecimento integrada ao ensino e a pesquisa, a fim de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, através de ações relacionadas com a identidade	 processo educativo que articula ao ensino e a pesquisa contribuir para o desenvolvimento da sociedade 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa.
	comunitária da Feevale		17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
ICES 27	- Reconhecimento da natureza da Extensão como atividade-fim da Universidade, com o papel de promover, de modo direto e sistemático, o compartilhamento do conhecimento com distintos sujeitos sociais.	- atividade-fim da Universidade - compartilhamento do conhecimento com distintos sujeitos	17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
	 Execução de Serviços de Extensão contemplando campos de atenção delimitados institucionalmente. Apoio a atividades de difusão cultural e divulgação de informações de interesse geral, desenvolvidas de modo sistemático e duradouro. Estabelecimento de parcerias com outras instituições e entidades, públicas ou privadas. Estímulo a Cursos de Extensão que 	sociais. - Execução de Serviços de Extensão - atividades de difusão cultural - parcerias com outras instituições e entidades, públicas ou	18 Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação
	atendam às expectativas da Sociedade e tenham perspectiva de autosustentação financeira Promoção de Eventos de Extensão, que preservem e reforcem a imagem institucional da Universidade	privadas. - Cursos de Extensão que atendam às expectativas da Sociedade - Promoção de Eventos de Extensão	Superior

ICES 28	A extensão constitui-se como espaço dinâmico e interdisciplinar, vinculado à formação profissional, à inclusão social, ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental	- espaço dinâmico e interdisciplinar - vinculado à formação profissional, à inclusão social, ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, ambiental	17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
ICES 29	Extensão Universitária, como atividade- fim integrada ao Ensino e à Pesquisa, é um dos lugares de exercício da função social da PUC Minas. Ao possibilitar a articulação da academia com a sociedade, trabalha em prol da promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento social. Isso se reflete na formação cidadã e humanista discente e docente, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, missão primeira da Universidade	 atividade-fim integrada ao Ensino e à Pesquisa articulação da academia com a sociedade reflete na formação cidadã e humanista discente e docente missão primeira da Universidade 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior
ICES 34	A extensão deve ter como alicerce o desenvolvimento social, econômico e cultural, por meio da tecnologia social e tecnociência; Estímulo à inovação a partir de economia criativa; Indissociabilidade entre produção de conhecimento e transferência de sabe científico; Sustentabilidade; Inclusão da comunidade de forma colaborativa e participativa	- desenvolvimento social, econômico e cultural - Indissociabilidade entre produção de conhecimento e transferência de sabe científico - Inclusão da comunidade de forma colaborativa e participativa	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

ICES 38

Enfatiza a importância da extensão para aprendizado а formação е humanitária, destacando-a como uma dimensão acadêmica que deve articular o ensino e a pesquisa e viabilizar a transformadora Universidade e a Sociedade. Assim. a Extensão se configura como um espaco propício para exercitar e fortalecer o diálogo universidade-sociedade. possibilitando a reelaboração e produção de conhecimentos sobre a realidade, num ambiente em que ensino e pesquisa integrados contribuem para a formação cidadã de jovens empenhados na descoberta experimentação de alternativas para a identificação, a análise e o enfrentamento dos problemas do mundo contemporâneo.

Deste modo, a Extensão, articula-se com Coordenações dos Cursos de Graduação Pós-graduação е no desenvolvimento de atividades formativas integradas aos Projetos Pedagógicos do Curso, que incorporar experiências favorecam a abertura ao meio externo, a compreensão da realidade social, o confronto de saberes, a atualização da exercício pesquisa e 0 da interdisciplinaridade, desenhando um novo contexto para o processo de ensino aprendizagem

- formação humanitária
- dimensão acadêmica
- articular o ensino e a pesquisa
- viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade
- fortalecer o diálogo universidadesociedade
- contribuem para a formação cidadã
- atividades formativas integradas aos Projetos Pedagógicos do Curso
- confronto de de saberes
- atualização da pesquisa e o exercício da interdisciplinaridade

16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa

- 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
- 18 Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente

ICES 40

Na Universidade Católica Dom Bosco -UCDB. a extensão universitária concebida como uma atividade articulada com o ensino e a pesquisa, conforme expressa o Art. 207 Constituição Federal/1988. O referido artigo foi regulamentado pela LDBEN/96 (Art. 43), o qual determina a finalidade da educação superior, ressaltando a função da extensão universitária como produtora e difusora de conhecimentos, cabendolhe uma função precípua de estabelecer a interlocução com a sociedade

- atividade articulada com o ensino e a pesquisa
- finalidade da educação superior
- produtora e difusora de conhecimentos
- estabelecer a interlocução com a sociedade.
- 16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa
- 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
- 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior

ICES 45

- a. espaço de interação acadêmica e dialógica com a sociedade que busca compreender e inserir-se no desenvolvimento regional, apontando problemas e potencialidades, e desenvolvendo-se de forma articulada com o Ensino e a Pesquisa;
- b. prática de socialização, sistematização e produção de conhecimentos, que se dá de forma sistemática e continuada, de modo a promover mudanças desejadas pelos parceiros e resultar em produções teórico-metodológicas, técnico-científicas e artístico e/ou culturais;
- c. prática comprometida com o desenvolvimento social dentro de uma perspectiva de inovação, sustentabilidade, qualificação tecnológica e inclusão social;
- d. prática acadêmica submetida à avaliação sistemática para a identificação dos impactos produzidos na realidade social e acadêmica

- espaço de interação acadêmica
- dialógica com a sociedade
- articulada com o Ensino e a Pesquisa
- prática de socialização, sistematização e produção de conhecimentos
- prática comprometida com o desenvolvimento social
- prática acadêmica

- 16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa
- 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

ICES 46

A extensão é um modo de aprendizagem que organiza a universidade desde fora. a) ampliação da participação dos estudantes; b) a curricularização; e c) a vinculação permanente com os atores sociais no território. A necessidade de garantir uma extensão universitária ampla processos faca parte dos acadêmicos, que construa aprendizagens e conhecimentos de forma indissociável da pesquisa e do ensino

- modo de aprendizagem que organiza a universidade desde fora
- ampliação da participação dos estudantes
- curricularização da extensão
- vinculação permanente com os atores sociais no território
- processos acadêmicos, que construa aprendizagens e conhecimentos de forma indissociável da pesquisa e do ensino

- 16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa
- 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
- 18 Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente

ICES 48	Como uma prática acadêmica, integrada ao ensino e à pesquisa que articula a Universidade com a Sociedade e viabiliza o exercício da cidadania por meio da troca dos saberes acadêmicos e populares, favorecendo a função social da Universidade	 prática acadêmica integrada ao ensino e à pesquisa articula a Universidade com a Sociedade função social da Universidade. 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior
ICES 49	Por sermos uma Universidade e Comunitária a extensão é muito bem conceituada, reconhecida e pautada pelo diálogo constante. Ela compõe um dos pilares indissociáveis que possibilita a inserção social como fator de integração entre ensino e pesquisa, garantindo a junção de conhecimento entre a Universidade e a sociedade. Ela se constitui em um eixo transversal para as atividades acadêmicas que articula a teoria e a prática, legitimando o projeto pedagógico da Universidade	- pilares indissociáveis - possibilita a inserção social como fator de integração entre ensino e pesquisa, - a junção de conhecimento entre a Universidade e a sociedade - articula a teoria e a prática	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
ICES 50	A extensão na Universidade do Oeste de Santa Catarina, entendida como programas, projetos, cursos, eventos e serviços, é concebida como processo educativo, cultural e científico que viabiliza a integração da universidade com a comunidade no cumprimento de sua atividade-fim	- programas, projetos, cursos, eventos e serviços - processo educativo, cultural e científico - viabiliza a integração da universidade com a comunidade - atividade-fim	17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento 18 Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior

ICES 52	A extensão universitária é conceituada como um dos pilares importantes no processo de ensino-aprendizagem do nosso estudante com o olhar voltado para a resolução dos problemas sociais, nos quais estão inseridos, com base nos conhecimentos e competências adquiridos na IES	 pilares importantes no processo de ensino-aprendizagem estudante com o olhar voltado para a resolução dos problemas sociais 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa
ICES 54	Entende a extensão universitária como um processo contínuo de intercâmbio de saberes entre a Universidade e a comunidade, por meio do desenvolvimento de atividades que contribuam na formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos, na promoção do desenvolvimento regional, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	- processo contínuo de intercâmbio de saberes - contribuam na formação profissional, ética e cidadã dos acadêmicos	17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento
ICES 55	As ações são de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (ProExt), assim denominada a partir do PDI 2016-2020 e incluem aquelas relativas à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, bem como as relações/interações com entidades públicas ou privadas interessadas em projetos de desenvolvimento. A instituição está sempre aberta para o atendimento à comunidade com a colaboração dos professores em programas de ensino, pesquisa e desenvolvimento	- incluem ações relativas à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural - relações/interações com entidades públicas ou privadas - atendimento à comunidade com a colaboração dos professores em programas de ensino, pesquisa e desenvolvimento	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

ICES 57

A Extensão, na Unisinos, está alinhada ao conceito Responsabilidade de Socioambiental e ação direta junto à sociedade. Neste contexto, a sala de aula assume contornos expansivos. No seu PDI Unisinos é apresentada "Universidade em Extensão", o que pressupõe a ampliação dos espaços tradicionais de formação e exige uma ação formativa articulada com práticas sociais. culturais e de mercado comprometidas com a missão e valores da Universidade, bem como com os objetivos desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização Nações Unidas (ONU). Nesta trajetória foi desenvolvido na Unisinos o conceito de Espaco Colaborativo, traduzido, concretamente, em um espaço nobre da Universidade, sua biblioteca. O espaço nasce com o propósito de abrigar projetos de extensão voltados à inovação social, inter/transdisciplinar, de caráter desenvolvidos por alunos e professores em conexão com as necessidades dos programas sociais da Unisinos e, também. das comunidades em seu entorno. A Unisinos também assume o conceito de extensão presente na Resolução MEC de 18 de dezembro de 2018 que regulamenta a curricularização da extensão. A extensão, conforme a Resolução, se constitui em "processo interdisciplinar educacional, político, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade por meio da produção e aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa"

- ação direta junto à sociedade
- ação formativa
- articulada com práticas sociais, culturais e de mercado
- inovação social, de caráter inter/transdisciplinar
- processo interdisciplinar político, educacional, cultural, científico e tecnológico
- produção e aplicação do conhecimento
- articulação permanente com o ensino e a pesquisa
- curricularização da extensão

16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa

17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

ICES 63	É entendida como uma prática acadêmica que envolve o relacionamento da universidade com setores da sociedade por meio da produção, aplicação e divulgação do conhecimento científico. Para isso, a Extensão promove atividades aliadas ao ensino e à pesquisa. Desse modo, a UPM exerce a Extensão como uma prática que possibilita a interligação da Universidade – nas suas atividades de ensino e pesquisa – com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação do aluno) e com as demandas da sociedade, possibilitando o exercício da responsabilidade e do compromisso social do ensino superior	 prática acadêmica envolve o relacionamento da universidade com setores da sociedade promove atividades aliadas ao ensino e à pesquisa prática que possibilita a interligação da Universidade atividades de ensino e pesquisa compromisso social do ensino superior 	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento 19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior
ICES 64	Conceitua-se a extensão, como uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a URI e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa	- atividade que se integra à matriz curricular - processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico - produção e da aplicação do conhecimento - articulação permanente com o ensino e a pesquisa	16 Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa 17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

Sintetizando os dados em suas respectivas categorias, o Quadro 16, a seguir, expõe na primeira coluna as quatro "categorias" geradas a partir da primeira redução das respostas da Q1, enviadas aos setores responsáveis pela extensão. Na segunda coluna estão relacionadas as ICES que revelam conceitos contemplados nas categorias geradas pela redução das unidades de sentidos. Na terceira coluna o número total de ICES e na quarta coluna a representação em porcentagem.

Quadro 16 - Categorias levantadas: Questão 1

quality is saisgerias is an industry and the saist						
Categoria	ICES	Frequência	%			
16 Extensão como práticas educacionais e	07, 24, 25, 29, 34, 38,	16	80			
acadêmicas, articuladas com o ensino e a	40, 45, 46, 48, 49, 52,					
pesquisa	55, 57, 63, 64					

17 Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento	07, 24, 25, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 45, 46, 48, 49, 50, 54,55, 57, 63, 64	19	95
18 Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente	27, 38, 46, 50	04	20
19 Extensão como finalidade, função social e atividade-fim da Educação Superior	27, 29, 40, 48, 50, 63	06	30

Foi possível observar alta convergência nas duas primeiras categorias – de 80 a 95% de frequência. Algumas categorias se aproximam, de certo modo, às concepções demonstradas nas categorias levantadas nos documentos das ICES. É importante esclarecer que algumas respostas dadas à primeira pergunta estão contempladas em mais de uma categoria, pois se complementam em suas descrições.

O mesmo processo feito até aqui foi usado para as respostas expressas na Q2, conforme o Quadro 17, apresentando os conteúdos na íntegra, destacando-se as unidades em negrito. Segue abaixo:

Quadro 17 - Questão 2: Unidades de sentidos e categorias

Q2: Quais são as práticas de extensão realizadas na IES?					
Código	Resposta	Unidades de sentidos (1ª redução)			
ICES 07	É praticada como um processo educativo, cultural, científico, ou de prestação de serviços, que se articula de forma indissociável ao ensino e a pesquisa e que pode viabilizar a relação transformadora entre a UNIFEV e a sociedade, visando ao crescimento e a sociabilização do saber acadêmico	- processo educativo, cultural, científico - prestação de serviços - sociabilização do saber acadêmico			
ICES 24	Caracteriza-se pelo compromisso com a produção do saber socialmente justo, transformador, construído de forma coletiva, buscam a valorização do estudo teórico-prático. Assim sendo, os programas em Desenvolvimento Regional e Inclusão Social vêm sendo implementados e estão sendo consolidados nos diferentes cursos de graduação. Os eventos e/ou atividades desenvolvidas, vinculadas ou não aos programas, têm como objetivo a reflexão das necessidades do entorno institucional, envolvendo alunos, professores e comunidade	- valorização do estudo teórico- prático - programas - eventos e/ou atividades - envolvendo alunos, professores e comunidade.			
ICES 25	A Instituição segue as normativas vigentes para as práticas de extensão no nível superior, das quais destacam-se os programas e projetos de extensão, cursos, eventos, oficinas com foco na formação do estudante e a própria curricularização da extensão	- programas - projetos de extensão - cursos - eventos - oficinas			

ICES 27	Na PUC-Campinas as práticas extensionistas ocorrem por meio ações/atividades desenvolvidas nos Projetos de Extensão aprovados para um determinado período, em Cursos de Extensão oferecidos por docentes a alunos, ex-alunos e comunidade externa	- práticas extensionistas - ações/atividades desenvolvidas nos Projetos - cursos
ICES 28	As modalidades da extensão na PUC Goiás são: programas; projetos; cursos de extensão; eventos e outras modalidades de atividades de socialização de conhecimentos; prestação de serviços; participação em conselhos, fóruns e instâncias assemelhadas; extensão articulada ao ensino e à pesquisa	- programas - projetos - cursos de extensão - eventos
ICES 29	Desenvolve práticas extensionistas, tais como ações científicas, culturais e educativas, que possibilitam a interlocução da Universidade com a sociedade As modalidades são programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e produtos acadêmicos	 ações científicas, culturais e educativas programas projetos cursos eventos prestação de serviços produtos acadêmicos.
ICES 34	Os estudantes têm oportunidade de participar nos programas , projetos , atividades e ações de extensão a partir da divulgação em editais específicos ou por contato com os docentes e coordenações dos cursos e programas, além das atividades que acontecem nas disciplinas nos quais estão matriculados	 programas projetos atividades e ações atividades que acontecem nas
ICES 38	Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) devem prever as atividades de Extensão que componham seus currículos, estabelecendo as especificidades existentes por área de formação. Para tanto, os PPC's levarão em consideração as seguintes categorias: Programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços	disciplinas - atividades de Extensão que componham seus currículos - Programas - projetos - cursos - eventos - prestação de serviços
ICES 40	O compromisso de produzir conhecimento e atender a comunidade é com a realização de ações por meio de projetos e cursos de extensão , que estão organizados por áreas temáticas. Os cursos de extensão são conjunto de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, para atender demandas da sociedade. A divulgação científica desempenha importante papel de socialização do conhecimento, bem como permite a aproximação da comunidade com as Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia & Inovação. Dessa forma, as ações de extensão da UCDB são disseminadas através dos eventos internos e externos, bem como nas publicações específicas da extensão	projetoscursosdivulgação científicaeventos

ICEC 4E	1. Comitê de Extenção e Cultura	programas
ICES 45	 Comitê de Extensão e Cultura Os Programas de Extensão são: 	- programas
	3. Programa de Bolsistas de Iniciação à Extensão;	- projetos
	Os projetos são operacionalizados por ações comunitárias, ações de ensino e formação e ações emergenciais	
10-0-10		
ICES 46	Programas e Projetos (em destaque), Cursos (por meio da escola de extensão UPF), Prestação de Serviços (por meio de	- programas - projetos
	centros e unidades acadêmicas), oficinas e eventos diversos	- prestação de
	como pode ser verificado no Portal UPF	serviços - oficinas e eventos
ICES 48	Probex, destina bolsas de estudo aos discentes de graduação que	- projetos
	estiverem matriculados e vinculados aos Projetos de Extensão	
	aprovados em processo seletivo por meio de edital lançado anualmente; Extensão e Ação Comunitária; Bolsa de Incentivo à	
	Cultura; Bolsa de Incentivo ao Desporto.	
ICES 49	As atividades de extensão são realizadas por meios de programas	- programas
	e de projetos de extensão, ações comunitárias, prestações de	- projetos
	serviços, cursos de curta e média duração e eventos . Seguem as áreas temáticas e as linhas de extensão descritas nas nossas	- ações comunitárias
	políticas de extensão	- prestação de
		serviços - cursos
		- eventos
ICES 50	Programas, projetos, prestação de serviços e cursos.	- programas
ICLS 30	Constituem-se em um conjunto de ações organizadas a partir de	- projetos
	uma temática/problemática, construídos e implementados	- prestação de
	institucionalmente	serviços - cursos
		- ações
ICES 52	Atualmente a extensão com projetos e programas de extensão	organizadas - projetos
102002	nas áreas da saúde, sociais aplicadas e humanas. Com o projeto	- programas
	de curricularização da extensão, neste ano estarão desenvolvendo	- cursos
	atividades extensionistas pelo menos uma disciplina de cada semestre dos cursos de graduação. Devem ser iniciadas também	- palestras
	as atividades dos 24 projetos de extensão (independente das	
	atividades curriculares) aprovados para o ano de 2021. Além disso há a oferta de cursos de extensão , palestras ,	
	conferências e o encontro de Extensão que é realizado todo ano	
ICES 54	Os projetos e programas de extensão universitária envolvem	- projetos
	todos os cursos da Universidade, somando esforções de	- programas
	acadêmicos e professores no trabalho com a comunidade	
ICES 55	As atividades de extensão incluem aquelas relativas à memória	- memória cultural
	cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, bem como as relações/interações com entidades públicas ou privadas	produção artísticapatrimônio cultural
	interessadas em projetos em desenvolvimento. A instituição está	- atendimento à
	sempre aberta para o atendimento à comunidade com a colaboração dos professores em programas de ensino, pesquisa	comunidade
	e desenvolvimento	- programas

ICES 57	Programas e projetos: Regulamentados internamente, configuram-se como uma atuação planejada, articuladora da pesquisa e do ensino com a participação de comunidades externas Cursos e oficinas: Cursos, não regularmente oferecidos nas modalidades de graduação e pós-graduação (Lato e Stricto Sensu), que devem privilegiar os princípios da indissociabilidade, interdisciplinaridade e interação dialógica com a comunidade. Eventos: Eventos e outras atividades de socialização de conhecimentos e eventos acadêmicos. Prestação de serviços: Ações de atendimento às demandas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor	- programas - projetos - cursos e oficinas - eventos - prestação de serviços
ICES 63	Em um processo dinâmico de articulação entre ensino e pesquisa, incluem-se, nessas atividades, programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, voltados para as comunidades acadêmica e externa	- programas - projetos - cursos e oficinas - eventos - prestação de serviços
ICES 64	A extensão ocorre na universidade, por meio de: I. Programa de Extensão II. Projeto de Extensão. III. Cursos de Extensão. IV. Oficinas e Workshop. V. Eventos. VI. Prestação de Serviços. VII. Produto acadêmico	- programas - projetos - cursos - oficinas - eventos - prestação de serviços - produto acadêmico

Após a organização das respostas dadas à Q2, enviadas pelas ICES, com as unidades de sentidos destacadas em negrito, há necessidade de sintetizá-las, por meio de um agrupamento. Para isso optou-se pela análise de conteúdo num modelo fechado, pautando-se no que dispõe a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior brasileira, apresentando – programa, projeto, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços e produto acadêmico. O Quadro 18 traz a redução dessas diferentes "Modalidades de Práticas de Extensão" revelando as atividades desenvolvidas em cada ICES.

Quadro 18 - Modalidades de práticas de extensão

Instituição	Programa	Projeto	Cursos e Oficinas	Eventos	Prestação de Serviços	Produto Acadêmico
ICES 07	Х		Х	х	Х	
ICES 24	Х			х		
ICES 25	Х	Х	Х	х		
ICES 27		Х	Х			
ICES 28	Х	Х	Х	х	Х	
ICES 29	Х	Х	Х	Х	Х	Х
ICES 34	Х	Х				

ICES 38	Х	Х	Х	х	Х	
ICES 40		Х	Х	х		
ICES 45	Х	Х				
ICES 46	Х	Х	Х	х	Х	
ICES 48	Х	Х				
ICES 49	Х	Х	Х	х	Х	
ICES 50	Х	Х	Х		Х	
ICES 52	Х	Х		х		
ICES 54	Х	Х		х	Х	
ICES 55	Х			х	Х	
ICES 57	Х	Х	Х	Х	Х	
ICES 63	Х	Х	Х	Х	Х	
ICES 64	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Total	18	17	13	15	12	2

Pode-se observar que, a partir das modalidades de extensão previstas em lei, as ICES têm atendido à recomendação de uma variação das práticas de extensão por meio de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação se serviços. Com destaque para duas ICES que acrescentaram como modalidade o produto acadêmico, mostrando alta divergência. Também são reveladas altas convergências no quadro anterior, com oito ICES, classificadas como universidade, trazendo quase todas as modalidades, assim como pode-se verificar a alta frequência de algumas modalidades.

Observa-se também que duas ICES, apresentam suas práticas de extensão apenas nas modalidades de programa e projeto.

Diante da descrição das práticas apresentadas nas respostas dadas, resultantes da primeira redução em unidades de sentidos, foram geradas categorias que buscam descrever o que representam as modalidades, conforme mostra o Quadro 19 que segue abaixo:

Quadro 19 - Categorias Ievantadas: Questão 2

MODALIDADES	CATEGORIAS	ICES	Número	%
I - PROGRAMA	20 Ações planejadas	07, 24, 25, 28, 29,	18	90
		34, 38, 45, 46, 48,		
		49, 52, 54, 55, 57,		
		63, 64		
II - PROJETO	21 Ações em determinada	25, 27, 28, 29, 34,	17	85
	área temática	38, 40, 45, 46, 48,		
		49, 52, 54, 57, 63, 64		
III - CURSOS E	22 Ações pedagógicas	07, 25, 27, 28, 29,	13	65
OFICINAS	planejadas, de caráter teórico	38, 40, 46, 48, 49,		
	e/ou prático	57, 63, 64		
IV - EVENTOS	23 Ações de socialização de	07, 24, 25, 28, 29,	15	75
	conhecimentos	38, 40, 46, 48, 49,		
		52, 54, 55, 57, 63, 64		
V - PRESTAÇÃO	24 Ações de atendimento às	07, 28, 29, 38, 46,	12	60

DE SERVIÇOS	demandas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor	48, 49, 54, 55, 57, 63, 64		
VI - PRODUTO ACADÊMICO	25 Ações de divulgação e publicação das ações de extensão	29,64	02	10

Dessa forma, a partir das unidades de sentidos, foram organizados os dados em seis (06) categorias listadas acima, que sintetizam as descrições relacionadas às atividades reveladas pelos participantes. A maioria das categorias tem ampla participação das ICES, demonstrando alta porcentagem, com exceção de produtos acadêmicos apontados apenas por duas instituições.

Diante dos dados organizados no Quadro 18 e com as categorias elaboradas no Quadro 19, nota-se, claramente, que as informações se confirmam quando confrontados o número de modalidades colocadas em prática por meio das ações desenvolvidas pelas ICES.

Observa-se no Quadro 18 que das 20 instituições 18 desenvolvem extensão por meio de programas, 17 por meio de projetos e 15 responderam que realizam práticas de extensão por meio dos eventos realizados nas ICES.

Devido à falta de padrão das respostas dadas à Questão 3, foi necessário organizar os conteúdos declarados, nas oito grandes áreas da extensão, instituídas nacionalmente, como categorias de uma Análise de Conteúdo modelo fechado: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. A intenção foi identificar os projetos desenvolvidos, a partir das suas áreas de atuação, apontando a quantidade de ofertas em cada ICES, conforme explicita o Quadro 20:

Quadro 20 - Número de projetos desenvolvidos por área

O3: Cito	Q3: Cite alguns projetos que são desenvolvidos pela IES na comunidade.								
43. One alguns projetos que sao desenvolvidos pela 123 ha confunidade.									
Código	Comunicação	Cultura	Direitos Humanos e Justiça	Educação	Meio Ambiente	Saúde	Tecnologia e Produção	Trabalho	Total
ICES	-	1	2	1	-	2	1	1	8
07			_		_			_	
ICES	-	-	2	15	6	14	1	3	41
24									
ICES	1	-	6	5	3	8	4	2	29
25									
ICES	1	2	3	5	5	6	2	4	28
27									
ICES	-	1	3	1	1	2	-	-	8
28									

ICES	2	2	5	2	5	9	2	5	32
29									
ICES	-	1	-	8	1	19	-	1	30
34									
ICES	-	-	2	3	1	3	-	-	9
38									
ICES	2	-	1	5	3	8	3	-	22
40			_			_			
ICES	-	-	5	2	2	2	2	-	13
45		4			-				10
ICES	-	1	3	3	3	2	-	-	12
46		4		4	4	4		4	-
ICES	1	1	1	1	1	1	-	1	7
48		4	0	4.4	4	3	0		22
ICES 49	-	1	2	11	4	3	2	-	23
ICES	_	1	1	2	1	3	-	_	8
50	-	ı	'	2	ı	3	-	-	0
ICES	1	1	-	2	2	4	_	_	10
52	1	'	_	۷	2	7		_	10
ICES	8	_	10	2	6	7	1	1	35
54	Ü		10	_			•		
ICES	3	2	1	1	1	9	1	1	19
55		_		-			-	-	
ICES	1	1	2	-	-	1	1	-	6
57									
ICES	-	-	-	-		3	-	-	3
63									
ICES	-	-	4	5	2	4	3	1	19
64									
TOTAL	20	15	53	74	47	110	23	20	362

Em relação aos projetos desenvolvidos pelas 20 ICES que responderam as questões, observa-se a predominância na realização de prática extensionista na área temática da Saúde, com um número muito maior na oferta de projetos. Em segundo lugar vem a área da Educação, na sequência a área Direitos Humanos e Justiça.

Além de poder destacar as áreas mais contempladas, também é possível olhar para cada instituição e analisar a quantidade de projetos oferecidos em cada uma, e sua diversificação de propostas. Em geral, os projetos são oferecidos pelos professores sem compor um programa de extensão na área, ou seja, as possibilidades de oferecimento de atividades extensionistas dependem da disponibilidade e comprometimento dos professores responsáveis em suas áreas de atuação.

Apenas uma instituição propõe uma única área para extensão, com três projetos. Contrapondo-se a isso, uma ICES oferece mais de 40 projetos. É claro que esse fator está diretamente ligado ao tamanho das instituições e à quantidade de cursos e de docentes que elas contemplam, mas a ideia dessa investigação era apenas verificar quais e quantas atividades extensionistas têm sido desenvolvidas

atualmente, como um panorama geral da participação da extensão como integrante da tríade universitária - ensino, pesquisa, extensão.

Claramente, esses resultados podem ser verificados nas respostas da Q3, quando apresentam respectivamente o total de 110, 74 e 53 para os projetos desenvolvidos nas áreas da Saúde, Educação e Direitos Humanos e Justiça. O número de projetos explica-se pela oferta dos cursos de graduação nas respectivas áreas de conhecimento. Geralmente são cursos que demandam muitas práticas no caso da área da Saúde: hospitais públicos ou particulares, Sistema Público de Saúde – SUS, clínicas particulares; da Educação: terceiro setor, escolas estaduais, municipais e particulares, do Ensino Infantil ao Ensino Médio; e da área dos Direitos Humanos e Justiça: núcleos de práticas jurídicas, sistema prisional, direitos humanos e violência doméstica.

Um dado que pode ser considerado a respeito dos números que expressam as áreas é o fato das ICES assumirem a responsabilidade atuando para preencher as lacunas da omissão do Estado.

Já para o resultado apresentado para a área do Meio Ambiente (47), também pode-se considerar um número significativo pela questão atual sobre o desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Há ICES que desenvolvem poucas práticas extensionistas em algumas áreas como Tecnologia e Produção (23), Trabalho (20), Comunicação (20) e Cultura (15), com menos projetos. É preciso considerar que a oferta de cursos de graduação das respectivas áreas também é menor.

Em relação aos procedimentos adotados nessas duas etapas da pesquisa – documentos e questionários, no entendimento de Laville e Dionne (1999), é possível analisar diferentes materiais, proporcionando uma diversidade de objetos de investigação. Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo "é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material." A diversidade de material consultado e selecionado para a análise, permite buscar um cruzamento das informações, verificando proximidades e distanciamentos entre as dez categorias geradas sobre os conceitos de extensão disponibilizados nos documentos das ICES, quatro categorias obtidas com as respostas da Q1 e seis (06) categorias com as respostas da Q2.

Na busca de melhor entendimento sobre a temática – a concepção de extensão e suas práticas desenvolvidas nas ICES, sentimos a necessidade de fazer um

entrecruzamento das 3 diferentes fontes investigadas. A ideia é gerar uma compreensão mais real dos conceitos de extensão, numa análise tridimensional.

Vale destacar que a triangulação permite ao pesquisador coletar diferentes dados de fontes diversas, podendo confirmar, complementar, negar ou adicionar novos elementos aos dados pesquisados.

Para interpretar as categorias apresentadas nos quadros sobre a concepção de extensão e suas respectivas práticas sob a ótica dos documentos institucionais, respostas dos responsáveis pelos setores de extensão e documentos legais, é importante que o pesquisador volte seu olhar para cada categoria, apoiando-se principalmente, nos estudos teóricos que pautaram a pesquisa. Correlacioná-los, buscando fundamentar ainda mais os resultados obtidos, é um procedimento metodológico que contribui com o alcance dos objetivos propostos. Há diversos caminhos que podem ser traçados para criar pontes de análise dos dados. Nessa tese optou-se pelo método da Triangulação dos Dados, fundamentado por Flick (2009; 2013), para interpretação dos elementos gerados na pesquisa, visando correlacionar as categorias encontradas.

5 A INTERPRETAÇÃO – TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

Foi na década de 1970 que surgiram as primeiras discussões acerca do método de triangulação. Historicamente, o conceito aparece na técnica de navegação, em que se tomam pelo menos três pontos diferentes para determinar a localização de um objeto (EASTERBYSMITH; THORPE; LOWE, 1999).

Segundo Flick (2009a) a triangulação é uma palavra-chave, utilizada quando se quer combinar diversos métodos para tratar de um fenômeno.

No entendimento de Minayo, Assis e Souza (2006, p. 42), "a Triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares".

Quando se trata da triangulação como método de pesquisa, nas Ciências Sociais e Humanas, o termo é utilizado de uma forma mais subjetiva, em que a partir de um ponto de vista, o pesquisador deve se posicionar em outros dois, a fim de ajustar os conceitos e, após a análise, conferir significado às suas conclusões. É um método de análise escolhido quando o procedimento metodológico contribui para ampliar o conhecimento sobre o assunto e atender aos objetivos que se deseja alcançar.

No caso dessa tese, pretende-se aplicar a triangulação como um método que liga os três vértices destacados na pesquisa, formando um triângulo, entrecruzando os pontos numa combinação dos dados. Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa documental das 66 ICES, nas respostas dos questionários enviados aos responsáveis pelos setores de extensão, e no referencial teórico legal apresentado, são interpretados num processo de comparação das categorias levantadas.

Flick (2009) afirma que a triangulação pode ser aplicada para fundamentar ainda mais o conhecimento obtido por meio dos métodos qualitativos, já que seu objetivo é contribuir para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, enriquecer a compreensão, ampliar e complementar as possibilidades de produção do conhecimento. É uma alternativa para a validação, a qual amplia o espaço, a profundidade e a coerência nas condutas metodológicas.

No entendimento de Denzin (1970, apud FLICK 2009, p. 65), a triangulação metodológica apresenta duas alternativas, "triangulação dentro de métodos e entre métodos". A triangulação dentro do método, acontece quando são utilizadas

subescalas distintas para medir uma questão em um questionário e triangulação entre métodos, a combinação do questionário com uma entrevista semiestruturada (FLICK, 2009).

Sabe-se que toda pesquisa deve ser bem estruturada e organizada para apresentar resultados relevantes ou novos conhecimentos. No caso da triangulação o mecanismo de pesquisa integra a análise de processos e resultados, conforme o objeto de pesquisa, para torná-la aplicável e válida.

Denzin (1970) classifica a triangulação em quatro (4) tipos: Triangulação de Dados, Triangulação do Investigador, Triangulação da Teoria e Triangulação Metodológica.

Sobre os tipos de triangulação Azevedo et al. (2013, p. 4-5) dispõem:

A triangulação de dados significa coletar dados em diferentes períodos e de fontes distintas de modo a obter uma descrição mais rica e detalhada dos fenômenos.

A triangulação teórica refere-se à possibilidade de o investigador recorrer a múltiplas teorias para interpretar um mesmo conjunto de dados

A triangulação do investigador é o uso de pesquisadores diversos para estudar a mesma questão de pesquisa ou mesma estrutura, presumindo que pesquisadores diferentes irão trazer perspectivas, reflexões e análises diferentes.

Por fim, a triangulação metodológica refere-se ao uso de múltiplos métodos para obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno. Este tipo de triangulação é a mais estudada e aplicada. Envolve a combinação de diversos métodos, geralmente observação e entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade e a evitar os enviesamentos de uma metodologia única.

Vale ressaltar que no estudo em que a triangulação é utilizada numa análise qualitativa dos dados coletados, o processo de interpretação deve ser realizado mediante "uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, em si mesmos e à exaustão." E depois devem ser "contextualizados, criticados, comparados e triangulados" (GOMES *et al.* 2010, p. 179).

Para Marcondes (2013, p. 203) a Triangulação de Dados:

permite que o pesquisador possa lançar mão de três (03) técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo, do grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros.

No mesmo sentido, Azevedo *et al.* (2013, p. 4) completam essa concepção, afirmando que "o uso de múltiplos métodos pode ajudar a descobrir dimensões desviantes do fenômeno, o que significa que diferentes pontos de vista podem

produzir alguns elementos que não se ajustam à determinada teoria ou modelo".

Na presente pesquisa a Triangulação de Dados é utilizada para entrelaçar os dados que foram produzidos em diferentes momentos e fontes distintas, como a consulta nos documentos institucionais, nas respostas das questões elaboradas, e nos documentos legais vigentes no Brasil.

No entendimento de Flick (2013) a utilização da Triangulação de Dados permite apresentar resultados em três dimensões: a) a convergência de resultados: quando os dados podem ser confirmados parcial ou totalmente; b) a complementação de dados: quando os resultados se concentram em diferentes aspectos e permitem visualizar um quadro mais amplo da realidade investigada, e c) as divergências ou contradições: os resultados obtidos por um método podem ser distintos daqueles coletados com outro método ou de outras fontes, e algumas vezes se mostram até mesmo contraditórios.

A trajetória metodológica dessa tese fundamenta-se nos procedimentos orientados por Flick (2013), interpretando os resultados obtidos em cada etapa da pesquisa a partir das três possibilidades de análise que o autor apresenta.

Conforme figura 1, os dados coletados se articulam com base nas categorias levantadas nos documentos legais, institucionais e respostas dos questionários, representados em cada ponta do triângulo.

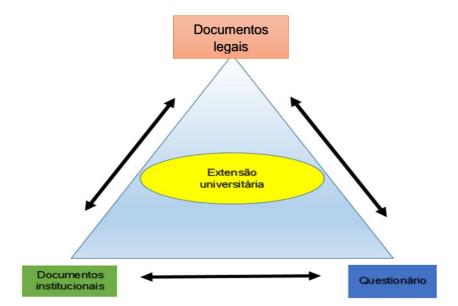


Figura 1 - Triangulação dos dados coletados

Fonte: elaborado pela autora

5.1 A concepção de extensão

5.1.1 Convergência de resultados na concepção de extensão universitária

A partir das categorias elaboradas e apresentadas na quarta seção acerca da concepção de extensão nos três grupos pesquisados, observa-se total convergência nas categorias listadas abaixo:

- (cat. 1) Articula o Ensino, Pesquisa e Extensão
- (cat. 14) Respeita a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão
- (cat. 16) Extensão como práticas educacionais e acadêmicas, articuladas com o ensino e a pesquisa

Nota-se que a construção da concepção de extensão está relacionada à indissociabilidade. A extensão não pode existir de forma isolada e sim, precisa estabelecer elos com o ensino e com a pesquisa. A perfeita ligação dessa tríade é a base para o desenvolvimento de atividades extensionistas. É fundamental que essa associação apareça na construção conceitual. A articulação da pesquisa, ensino e extensão é imprescindível para a elaboração e produção de uma prática acadêmica que objetiva provocar mudanças na sociedade e no mercado de trabalho. Entende-se que para atingir essa meta há necessidade de estudar o fenômeno em questão, investigar como ele se dá no âmbito da sociedade e no mercado de trabalho, e assim, colocar em prática os resultados. Isso mostra a vinculação importante do ensino em sala de aula, relacionado com pesquisas e aplicados por meio de extensão, num círculo em que um alimenta o outro.

54% dos documentos apresentados pelas ICES e 80% das respostas dadas pelos responsáveis apontam nos conceitos o princípio da indissociabilidade como base para a descrição do conceito. Tal convergência justifica-se pelo texto legal destacado na **cat. 1**, que orienta os dois outros vértices.

O contexto da extensão universitária pode trazer para a sociedade importante contribuição a partir da intervenção *in lócus* dos alunos, em que a teoria estudada em sala de aula se concretiza, proporcionando troca de saberes e a operacionalização do tripé destacados nos conceitos das ICES.

Em relação a essa questão, observa-se alta convergência como concepção de extensão. As três pontas do triângulo apontam essa ideia nas seguintes categorias:

- (cat. 2) Promove a troca de saberes entre acadêmico e popular

- (cat. 10) Incentiva a troca de saberes entre acadêmico e popular
- (cat. 17) Extensão como ação social, veiculada como troca de conhecimento

Ao encontro dessas categorias há também as ICES que demonstram em seus conceitos o cuidado em propor atividades que possam "Promover e incentivar a troca de saberes acadêmico e popular" (cat. 2 e cat. 10), chamada pelos autores Menezes e Síveres (2013) de via de mão dupla. Essa troca entre a academia e a sociedade oportuniza mudanças para os envolvidos. É por meio de atividades extensionistas que as ICES dialogam com a realidade da comunidade local ou regional. Cabe à instituição compartilhar a produção acadêmica com o meio em que se encontra. São dois objetivos importantes — levar o conhecimento e as experiências dos professores e dos alunos nas situações-problema encontradas, e trazer para a universidade conhecimentos da própria realidade. É importante que as intervenções não tenham um propósito verticalizado, pois os estudos e pesquisas só podem ser desenvolvidos a partir de situações reais vividas em sociedade.

Outras categorias que apresentam convergências sobre a concepção nos três grupos são:

- (cat. 5) Operacionaliza as modalidades de extensão previstas legalmente
- (cat. 9) Destaca o desenvolvimento das modalidades de extensão
- (cat. 18) Extensão como forma de operacionalizar as modalidades previstas legalmente

Embora esses aspectos tenham sido apresentados como concepção de extensão, nota-se que as categorias apontam a operacionalização das modalidades de extensão previstas oficialmente, equivocadamente conceituando extensão dessa forma.

Parece que a confusão gerada entre construção conceitual e sua aplicabilidade justifica-se pelo fato das recentes legislações nacionais da educação não terem atribuído o mesmo aparato regimental sobre a extensão universitária às diferentes ICES (universidade, faculdade ou centro universitário). Assim, favoreceu a difusão de múltiplos conceitos e formas de entendimento diversificadas de suas práticas.

5.1.2 Complementação dos resultados na concepção de extensão universitária

Observa-se nas categorias abaixo:

- (cat. 3) Integra a matriz curricular e prática acadêmica

- (cat. 7) Consta como exigência na matriz curricular

que a extensão abordada tanto nos documentos institucionais como legais, traz uma relação importante de sua presença nas estruturas curriculares. Porém, o mesmo entendimento não foi apontado nas respostas da Q1 pelos responsáveis nas ICES. Essa exigência prescrita nos documentos complementa o significado do conceito que se deve ter de extensão.

Considerando o art. 4º da Resolução 7, de 2018, sobre a previsão de no mínimo 10% (dez) do total da carga horária da matriz curricular, parece que o grupo que respondeu a Q1 ainda não tem esse entendimento. Ressalta-se que a **cat. 7** apresenta apenas 3% das ICES enquanto 50% dos documentos legais apontam a obrigatoriedade na matriz curricular dos cursos de graduação. Assim, consagra-se a inclusão da extensão universitária nos currículos como contribuição para a prática da indissociabilidade.

Outro apontamento de complementação na concepção de extensão se dá nas seguintes categorias:

- (cat.4) Estabelece processo interdisciplinar, político educacional, cultura, científico, tecnológico e difusão do conhecimento
- (cat. 8) Constitui processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico

Verifica-se que as categorias levantadas, sendo 50% dos documentos legais e 14% das ICES incluem na concepção de extensão a importância da interdisciplinaridade entre as diferentes áreas. O mesmo entendimento não é apontado nas respostas dos questionários. Isso mostra a dificuldade, ou falta de clareza que os professores responsáveis por esse setor têm sobre a concepção de extensão como uma atividade acadêmica capaz de promover a interação entre as diversas áreas contempladas nas ICES, desenhada como um Programa de extensão, e ainda da própria instituição com os demais setores da sociedade. É preciso que os responsáveis complementem sua forma de pensar extensão enfatizando os aspectos cultural, científico e tecnológico, os quais podem ser garantidos à comunidade por meio de estudos e pesquisas universitárias. A elaboração de um Programa permite contemplar diferentes áreas de conhecimento numa variabilidade de dimensão.

- (cat. 6) Articula discente, docente e comunidade

A cat. 6 por representar 11% nos documentos institucionais das ICES, pode

complementar os outros vértices do triângulo, no que concerna às cat. 2 (dos documentos legais), cat. 10 (dos documentos institucionais) e cat. 17 (nas respostas à Q1), as quais representam a troca de saberes e conhecimento entre a academia e a sociedade. Assim, aponta-se a cat. 6 como complementação do conceito de extensão, pois, essa troca de conhecimento se concretiza por meio da articulação do aluno, professor e comunidade.

5.1.3 Divergência de resultados na concepção de extensão universitária

Altas divergências são apontadas nos grupos que representam os documentos institucionais e as respostas à Q1, pelas categorias destacadas abaixo:

- (cat. 11) Integra a missão institucional

Foi pouco mencionada nos textos institucionais, apenas 6% das ICES consideram em seus conceitos de extensão a missão institucional como um aspecto relevante. Conforme dispõem autores, como Síveres (2013), Serrano (2013), Brasil (2018) esse é um ponto obrigatório nos regimentos das universidades e centros universitários. Os outros dois (2) grupos pesquisados não apontaram nenhuma categoria sobre essa questão.

- (cat. 12) Proporciona oportunidade de mudança para a comunidade

Embora a **cat. 12** apareça como uma divergência entre os grupos pesquisados, nota-se que 44% das ICES apontam a extensão como um pilar da instituição, capaz de proporcionar ações que possibilitam contribuições aos cidadãos.

Embora se possa dizer que a ideia demonstrada nessa categoria esteja contemplada nas cat. 02 (documentos legais), cat. 10 (documentos institucionais) e cat. 17 (nas respostas à Q1), quando apontam a troca de saberes entre academia e comunidade, a possibilidade de mudança só foi ressaltada nas concepções documentais das ICES. É, portanto, uma divergência presente na triangulação a ser destacada devido à sua troca de experiências cotidianas.

- (cat. 13) Qualifica o aluno para a vida profissional por meio de práticas acadêmicas

A cat. 13 representa 33% das ICES quando a concepção de extensão é entendida como um diferencial na vida do acadêmico que participa dessas práticas,

fator que é respaldado pelos autores (Almeida; Sampaio, 2010). Quando o aluno tem oportunidade de vivenciar a aplicação prática do conhecimento estudado em sala de aula, favorece sua formação acadêmica, inserindo-o à realidade social. É imprescindível reconhecer que a extensão universitária não pode ser entendida como um atendimento emergencial ou pontual de problemas sociais na comunidade, além do que não pode ser negligenciado como importante complemento da graduação. Isso se comprova nas novas regulamentações exigidas pelo MEC (Resolução n. 7 de 2018).

- (cat. 15) Proporciona conhecimento, aprendizagem e publicação

A cat. 15 apontada por 11% das ICES representa divergência em relação aos dados apontados nos outros dois grupos. Conforme apresentado anteriormente no processo histórico, a extensão conquistou espaço por meio da realização de eventos organizados pelo FORPROEX e ForExt, há mais de 20 anos, com a participação de várias instituições. Por meio de eventos, nos quais sejam apresentados resultados de trabalhos extensionistas, é possível ampliar conhecimentos, promover aprendizagem e divulgar ações das próprias instituições. É o momento também de mostrar à toda a comunidade o que a universidade pode colaborar com a comunidade. Ressalta-se que a realização dos eventos como espaço de divulgação não está prevista nos documentos legais, assim como os responsáveis por esses setores não demonstraram clareza dessa possibilidade de troca de experiências. Interessante observar que se esse aspecto consta dos documentos das ICES, os responsáveis pelo desenvolvimento precisam buscar meios de promover eventos para tal fim.

- (cat. 19) Extensão como finalidade, função social e atividade-fim na Educação Superior

A **cat. 19** foi apontada somente na resposta da Q1, por 30% das ICES. Apresenta divergência pelo fato de trazer em seu conceito, a extensão como requisito da Educação Superior. O entendimento não dialoga com o que determinam os documentos legais e institucionais sobre a concepção e práticas de extensão.

5.2 As práticas extensionistas

5.2.1 As convergências nos resultados sobre as práticas extensionistas

Em relação à essa questão observa-se convergência no que apontam os documentos das ICES, as respostas levantadas na Q2 e as modalidades previstas em lei.

As seguintes categorias:

- (cat. 20) Ações planejadas
- (cat. 21) Ações em determinadas áreas temáticas
- (cat. 22) Ações pedagógicas planejadas, de caráter teórico e/ou prático
- (cat. 23) Ações de socialização de conhecimentos
- (cat. 24) Ações de atendimento às demandas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor

estão descritas em todas as modalidades de práticas extensionistas respondidas pelos responsáveis e de acordo com o que é apresentado pelos documentos, na **cat. 5** e na **cat. 9.** Pode-se confirmar nesse cruzamento com o resultado do Quadro 18 demonstrando que todas as ICES desenvolvem suas atividades de extensão como dispõe o art. 8º, da Resolução 7, de 2018.

Conforme as respostas dadas à Q2, 90% a 85% das ICES relatam o desenvolvimento das atividades nas modalidades.

As cat. 2, cat. 23 e a cat. 24, descritas acima, mostram a importância da relação estabelecida entre as ICES e a sociedade. Acontecem por meio de ações em diferentes áreas do conhecimento atendendo ao que está sendo solicitado pelo meio em que está inserido. Autores como Cristofoletti e Serafim (2020) ressaltam a importância de operacionalizar todas as modalidades de extensão. Há uma alta convergência entre os três grupos pesquisados por meio de muitas categorias analisadas.

As **cat. 20** e a **cat. 22**, representadas por 90% e 65% das ICES revelam que elas têm se preocupado em planejar suas ações com viés pedagógico, associando a teoria à prática, em Programas, Cursos e Eventos. Descrevem uma preocupação em estender os conhecimentos produzidos também à comunidade externa. E, ao mesmo tempo, envolver os alunos e professores dos cursos em ações de intervenção social.

5.2.2 A complementação nos resultados sobre as práticas extensionistas

10% dos responsáveis pela extensão nas ICES responderam a Q2 como práticas que possibilitam a divulgação das atividades extensionistas - (cat. 25) Ações de divulgação e publicação das ações de extensão, assim como a cat. 15 que 11% das instituições destacaram a importância em divulgar e publicar os resultados das práticas desenvolvidas. Para que todas as instituições se preocupassem em divulgar o que fazem como extensão universitária e o que foi desenvolvido, seria interessante que os documentos legais acrescentassem como recomendação a necessidade de levar à público as ações realizadas, apresentando seu desenvolvimento e os resultados obtidos. Além disso, esse é um procedimento que permite a sociedade avaliar a contribuição da universidade.

Os congressos, seminários e encontros local, regional e nacional, como já citado anteriormente, são meios significativos de divulgação para a extensão solidificar a sua importância e seu papel na consolidação do tripé institucional previsto em lei.

5.2.3 As divergências nos resultados sobre as práticas extensionistas

Destaca-se como divergente a realização de ações assistencialistas como foi possível observar nas descrições apresentadas de seus projetos, as ICES 24 e 38, na resposta dada à Q3. As atividades realizadas como Natal Solidário, Vestibular Solidário, Campanha do Agasalho, Parada do Livro, Dia Nacional da Coleta de Alimentos e Dia Mundial dos Pobres são realizadas periodicamente ou em datas especiais e não se caracterizam conforme a construção histórico conceitual sobre a extensão.

São ações de caráter assistencialista, importantes para a comunidade, mas que se destoam dos conceitos de extensão aqui apresentados. As características principais de extensão universitária, como a interação dialógica, a via de mão dupla, a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, e a troca de saberes são destacadas por diversos autores para se conceber uma prática de extensão universitária (ALMEIDA; SAMPAIO, 2010; SÍVERES, 2013; SERRANO, 2013, BRASIL, 2018).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, intitulada "Extensão Universitária: o caso das Instituições Comunitárias de Ensino Superior no Brasil", estabeleceu como objetivo pesquisar e analisar as convergências e as divergências entre as concepções e as práticas de extensão universitária nas 66 ICES filiadas à ABRUC, sob a ótica da literatura, da legislação vigente, dos documentos institucionais e das respostas dos questionários.

Para alcançar o objetivo específico de identificar as concepções de extensão universitária trazidas pela legislação vigente, elencaram-se os principais documentos legais destacando, em unidades de sentidos, aspectos relacionados ao conceito de extensão. Essas unidades foram traduzidas em categorias, após uma análise de conteúdo fundamentada em Laville e Dionne (1999). Esse processo de categorização nos documentos legais gerou cinco categorias, apontando a extensão como prática acadêmica que se articula com o ensino e a pesquisa e que promove interligação de conhecimentos entre a universidade e a sociedade. Contudo, os textos legais não apresentam conceitos claros, objetivos e unificados, o que, de certo modo, possibilita que as ICES modelem sua concepção e as práticas de extensão de forma subjetiva, adequando-as à sua classificação como instituição de Ensino Superior.

Segundo esses documentos, é possível observar que a extensão deve fazer parte da política institucional, regendo suas diferentes modalidades num processo interdisciplinar. As propostas devem difundir o conhecimento científico, tecnológico, cultural e educacional, contemplados na matriz curricular.

Além disso, buscou-se levantar o que esses documentos apresentam como possibilidades de práticas. Conforme o processo histórico sobre as concepções atribuídas à extensão, apresentado nesse trabalho e suas respectivas legislações, identificou-se que, no XVII Encontro do FORPROEX, realizado em 2001, foram organizadas as áreas temáticas Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Pensou-se na articulação interna nas IES e na mobilização para enfrentar as questões e as necessidades cotidianas que envolvem a universidade e a comunidade.

Atualmente, as ICES brasileiras seguem a mesma organização temática, e a Resolução n. 7, de 2018, também faz referência às mesmas áreas. As modalidades de extensão, programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços como propostas institucionalizadas foram classificadas, a partir das áreas temáticas,

com o propósito de especificar as ações extensionistas nas IES, podendo ampliar as práticas e difundir os múltiplos conceitos abordados na literatura. Percebe-se que as ações de extensão são desenvolvidas, de acordo com as modalidades instituídas, porém há ausência de ações extensionistas interdisciplinares que envolvam docentes e discentes de mais de um curso de graduação com a comunidade. Ao ser proporcionada a disseminação de conhecimentos e a troca de saberes, os alunos têm oportunidade de adquirir experiências de aprendizagem e, em troca, a comunidade acadêmica é beneficiada com a oportunidade de compartilhar o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa nos cursos de graduação das ICES, com a comunidade externa.

Para analisar o que pensam as ICES sobre extensão universitária e como estão desenvolvendo essa atividade acadêmica, foram consultados os documentos institucionais presentes nos sites das 66 ICES filiadas à ABRUC. Toda essa coleta foi organizada em quadros como descrição dos dados, reduzida em unidades de sentidos que geraram categorias. Nelas, a extensão é declarada como uma prática articulada com o ensino e a pesquisa, destacando o quanto ela se mostra como fator de qualificação profissional interligando docente, discente e comunidade. Na concepção das ICES, a extensão é uma prática cultural, tecnológica, política, educacional e científica, de caráter institucional, ou seja, obrigatoriamente regulamentada na matriz curricular. Todas elas apresentam as áreas de atuação e as modalidades de extensão de acordo com os documentos legais. Porém verifica-se que as concepções apresentadas são cópias literais ou adaptadas dos próprios textos legais.

Foram dez categorias levantadas dos documentos institucionais disponíveis nos sites com uma grande diversidade de documentos que abordam extensão, como: edital, sites (página principal), estatuto, regimento, regulamento, política, diretrizes, resolução e PDI. Entende-se que a diversidade de documentos revela a dificuldade que as ICES têm em normatizar ou regulamentar a extensão em um documento próprio que estabeleça a concepção, as diretrizes, os princípios, os registros e a avaliação das ações extensionistas conforme organização temática.

A proximidade, tanto nas concepções de extensão como nas diretrizes de suas práticas, existente entre os documentos legais e os institucionais denota a preocupação das ICES em seguir o que rezam as legislações. Foi possível observar várias convergências, ao cruzarmos esses dois grupos de análise, inclusive o destaque do quanto as práticas extensionistas podem promover conhecimento, troca

de saberes e novas aprendizagens por meio de publicações.

Em seguida, foi o momento de voltar o olhar aos responsáveis pelos setores de extensão das ICES levantadas, com a finalidade de verificar o conceito de extensão e conhecer suas práticas de atividades. Os setores que organizam o trabalho de extensão nas ICES são muito diversificados, como: coordenação, diretoria, pró-reitoria e vice-reitoria. A pesquisa revela que existe a predominância de pró-reitoria nas ICES classificadas como universidade. Tal variação pode ocorrer por dois motivos: devido à classificação das ICES, sejam elas, faculdades, centros universitários ou universidades, ou pelo fato de as ICES conceberem extensão de forma diferente ou priorizarem apenas algumas modalidades.

Nessa fase da pesquisa, foi enviado um questionário com três questões aos responsáveis pela extensão universitária. A partir da coleta desses dados, o método de análise adotado possibilitou organizar todas as informações em unidades de sentido e, posteriormente, em categorias. As respostas dadas à Questão 1, sobre o conceito de extensão, geraram quatro categorias, apontando também a articulação dessas práticas com o ensino e a pesquisa, mas compreendida como ação social com ênfase na troca de conhecimento. Eles ressaltam a extensão como atividade-fim no Ensino Superior, visando ao cumprimento de legislações. Não há entre eles um destaque para a extensão como produção de conhecimento científico, ou ainda como qualificação da profissão, tampouco como possibilidade de mudar realidades com intervenções educacionais, políticas, tecnológicas e culturais. A pesquisa revela que ainda é preciso avançar, pois foi possível identificar que nas ações de extensão desenvolvidas pelas ICES nem sempre a teoria dialoga com a prática, dificultando, assim, a prática da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Questão 2 destacou as práticas extensionistas na visão dos responsáveis por essa área, nas ICES levantadas. Segundo eles, essas práticas representam um processo educativo que se volta à prestação de serviços à comunidade, divulgando o saber universitário e valorizando a prática aplicada da teoria estudada em sala de aula.

As respostas dadas geraram seis categorias, as quais permitiram interpretar o problema desta pesquisa e atingir um dos objetivos traçados, qual seja, verificar as práticas extensionistas e as modalidades desenvolvidas nas ICES. As atividades apresentadas foram expressas nas modalidades definidas oficialmente – programas, projetos, eventos, cursos e oficinas, prestação de serviços e produtos acadêmicos.

Observou-se que as ICES possuem baixa produção acadêmica, o que representa falta de divulgação das atividades extensionistas, as quais deveriam ter o mesmo peso das publicações das pesquisas. Em contrapartida, notou-se que há um número alto de ICES que desenvolvem todas as modalidades, principalmente após a implantação da Resolução n.7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu conceitos, diretrizes e princípios para a extensão universitária na Educação Superior, com a intenção de proporcionar uma aprendizagem cidadã aos alunos e uma interação dialógica com os setores da sociedade. Com certeza, esta Resolução pode ser considerada um divisor de águas no processo histórico conceitual da extensão universitária no Brasil.

Na tentativa de enriquecer a compreensão e fundamentar ainda mais o conhecimento sobre extensão universitária, buscou-se, na Triangulação dos Dados, aprofundar sua interpretação. Foi possível identificar convergências nas concepções que nos permitem traduzir a extensão como uma prática acadêmica, que, numa indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, caracteriza a ação comunitária como uma possibilidade de troca de saberes, produzidos na universidade e aplicados na comunidade. Um ponto de destaque nessa interlocução foi a quebra da verticalização do conhecimento, ressaltando que os dois lados podem crescer e ampliar seus saberes, promovendo a via de mão dupla, oportunizando mudanças em cada um deles. A interação dinâmica com o saber popular permite a qualificação profissional do graduando, consolidando o diálogo entre a universidade e a sociedade. Identifica-se a presença da comunidade na universidade em suas ações de extensão.

Mesmo que o estabelecimento de parâmetros de avaliação, os registros e os planejamentos de ações extensionistas sejam normativos, não foram encontrados dados sobre isso nesta pesquisa, realizada nos últimos três anos. Conforme dispõem os artigps. de 10 a 16 da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, as ICES teriam o prazo de até três anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação relevante e urgente do disposto nas Diretrizes. O prazo para as instituições se adequarem às novas regras se extingue em 14 de dezembro de 2021. Tal Resolução exige um padrão de condutas das instituições, pois deseja que a experiência aprendida no mundo acadêmico possa ser compartilhada com a sociedade e viceversa. Todas as IES brasileiras deverão rever a forma como estão trabalhando a extensão em seus planos institucionais e como articulam o princípio da indissociabilidade.

Num cruzamento de todas as categorias encontradas sobre as práticas

extensionistas desenvolvidas, deflagrou-se a prevalência de ações isoladas, em forma de eventos ou projetos, desconectados de programas institucionais, os quais poderiam fazer parte de um extenso programa tipo guarda-chuva, abrangendo várias atividades extensionistas interdisciplinares.

Foi possível identificar que ainda há instituição que desenvolve e classifica ações assistencialistas como extensão. Isso contraria o conceito de via de mão dupla, preconizado pelos autores Síveres (2013) e Serrano (2013), e viabiliza a prática de extensão universitária de forma equivocada, destoando das características específicas dessas atividades, contempladas nos documentos legais (BRASIL, 2018).

Em relação ao objetivo geral proposto para a pesquisa, notou-se que há mais categorias convergentes do que divergentes, tanto na concepção de extensão como nas práticas extensionistas desenvolvidas pelas 66 ICES filiadas à ABRUC.

Os resultados dos dados levantados revelaram que as ICES desenvolvem ações extensionistas, conforme a concepção presente em seus documentos, e dialogam com os documentos legais estabelecidos no País. O mesmo resultado nos mostra que é possível quantificar os dados de extensão, solidificando a composição do tripé ensino-pesquisa-extensão, conforme contempla o referencial teórico.

As ICES, filiadas à ABRUC, têm viabilizado experiências significativas aos seus alunos como práticas extensionistas, mas podem fazer mais e melhor, se suas ações corresponderem a tudo a que os documentos pregam; se as atividades acadêmicas se interligarem em modalidades e, até mesmo, em diferentes áreas; se envolverem a comunidade nas suas questões prementes; e se promoverem mudanças significativas tanto nos conhecimentos universitários como nos saberes populares.

Nessa direção, o resultado da triangulação de dados sinalizou que a extensão universitária potencializa a interação dialógica, fortalece o processo da formação acadêmica e promove a transformação social.

Atualmente, nas ICES existem espaços para a prática de ações extensionistas pautadas nos conceitos apresentados pelos autores e no que determinam os preceitos legais. Assim, entendo que essas práticas, alicerçadas no diálogo com a comunidade, poderão construir um espaço integrador com a pesquisa e com o ensino.

Finaliza-se esta pesquisa, suscitando novos questionamentos que poderão aprofundar esta temática em outros estudos.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 123-140, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/14064-Texto%20do%20artigo-41652-1-10-20170213.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

AGUIAR, Marcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300004. Acesso em: 01 fev. 2021.

ALTMANN, Friedhold. **A roda**: memórias de um professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991.

ALMEIDA FILHO, Naomar; BENINCÁ, Dirceu; COUTINHO, Denise. Universidade popular e democratização de saberes: o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia. **EccoS**, São Paulo, n. 42, p. 39-55, jan./abr. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26919/1/Naomar%20de%20Almeida%20Filho.%202017.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

ALMEIDA, Luciane Pinho de. A extensão universitária no Brasil processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. Disponível em: https://www.unilim.fr/dire/692. Acesso em: 10 maio 2019.

ALMEIDA, Luciane Pinheiro; SAMPAIO, Jorge Hamilton. Extensão Universitária: aprendizagens para transformações necessárias no mundo da vida. **Revista Diálogos**, Brasília, v.14, n.1, dez, 2010. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/2926/1836. Acesso em: 20 jan. 2021.

ANDRADE, Rubya Mara Munhoz; MOROSINI, Marilia Costa; LOPES, Daniela Oliveira. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. **Em Aberto**, Brasília, v. 32, n. 106, p. 117-131, set./dez. 2019. Disponível em: file:///D:/artigos/andrade%20extens%C3%A3.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da. Metaavaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, v.15, n.2, p.131-157, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a08v15n2.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco *et al.* A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In*: **ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**, 4., 2013, Brasília. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/281285824_A_Estrategia_de_Triangulacao _Objetivos_Possibilidades_Limitacoes_e_Proximidades_com_o_Pragmatismo. Acesso em: 20 abr. 2021.

BARBOSA, Valeska Cristina. **Extensão Universitária**: proposição e validação de um instrumento de avaliação da percepção dos discentes. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Mineira de Educação e Cultura, Faculdade de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/valeska-cristina-barbosa.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: INEP, 2008. Disponível em:

http://each.uspnet.usp.br/gladysb/Mapa%20do%20ensino%20superior%20privado.pdf. Acesso em: 02 jun. 2020.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erexim, ano 1, v. 1, n. 2, p. 8-17, maio 2006. Disponível em:

http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/are a_comunicacao_01.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BENINCÁ, Dirceu; CAMPOS, Fernando Silva. Extensão popular: uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, São Paulo, n. 27, set./dez. 2017. p. 145-156. Disponível em:

https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/7247/0. Acesso em: 16 ago. 2020.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edélcio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios **Ci. & Tróp**, Recife, v. 42, n. 1, p. 127-152, 2013. Disponível em: https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717767.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior**. Uma nova política para a educação superior. Brasília, Relatório final, 1985. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002284.pdf. Acesso em: 10 mar.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Constituicao/ Constituicao.htm. Acesso em: 05

jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.659**, **de 5 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Presidente%20da%20Republica%20dos,da%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20concedida%20pelo%20art.&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%205%20de,Independencia%20e%2023%C2%BA%20da%20Republica. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Rio de Janeiro: Presidente da República,

- 1915. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1920. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, ... Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931. Disponível em:
- https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934**. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Secretária da Educação e da Saúde Pública. Disponível em:
- https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6283-25.01.1934.html. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1968. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1968-07-02;62937. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3860-9-julho-2001-342382-norma-pe.html. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, **de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ ato2011-

2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20ingresso%20n as,m%C3%A9dio%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.868, de 3 de setembro de 2019.** Altera as Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13868.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mapa da expansão das universidades e institutos federais**. 2010. Disponível em:

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81. Acesso em: 29 maio 2017.

BRASIL. **Projeto de lei n. 7.200, de 2006**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7DE3D8 E77C23821C4DFD819D6C0B940F.node2?codteor=420781&filename=Avulso+-

PL+7200/2006. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que a prova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1042 51-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mai. 2020.

CAMPOS, Francisco. Exposição de motivos. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. 2. ed. Brasília: Plano, 2000. p. 121-158. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/111551/mod_resource/content/4/aula%2015. pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidad**e. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/2133-8194-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 04 abr. 2019.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima Montes (org.). **Pedagogia universitária**: a aula em foco. Campinas: Papirus, 2000.

CESAR, Sandro Bimbato. A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento: estudo em universidade brasileira. 2013. Dissertação - (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento) - Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/1918-3982-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

COLOMBO, Irineu Mário; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/er/n53/11.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (BRASIL). **Sobre o Crub**. Brasília: CRUB, 1966. Disponível em: http://www.crub.org.br/home-example-5/. Acesso em: 15 fev. 2020.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n.1, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362020000100603&tlng=pt. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. Caminhos

da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base na experiência na articulação nacional de extensão popular. São Paulo: HUCITEC, 2017

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: da colônia à era de Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Marco Ribeiro. **Gestão estratégica de IES**: modelos e funções do planejamento estratégico em Universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011. Disponível em: https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/3804/1/Marcos_Mestrado_final.pdf ??? Acesso em: 04 de jan. 2020.

DALCIN, Larissa; AUGUSTIN, Rudinei Barichello. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Elo - Diálogos em Extensão**. v. 5, n. 3, dez. 2016. p. 38-49. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1168. Acesso em: 20 jan. 2020.

DE MEDEIROS, Marcia Maria. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. **Revista Barbaquá**, Dourados, MS, v. 1, n. 1, p. 09-16, jan./jun. 2017. Disponível em:

https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447. Acesso em: 15 ago. 2020.

DIEMER, Merlin Janina. A extensão universitária como possibilidade de formação integral: evolução, sujeitos envolvidos, aprendizagem e inserção curricular. *In*: CERETTA, Luciane Bisognin; VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Inserção curricular da extensão**: aproximações teóricas e experiências. Criciúma, SC: UNESC, 2019. v. 6, p. 29-54. Disponível em:

http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7053/1/Cap%c3%adtulo02.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

DUBEUX, Ana. Extensão universitária no Brasil: democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial. **Sinergias**: diálogos educativos para a transformação social, Porto, n. 6, jan. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/sinergias6_19_02_pag13__28%20(1).pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

DURHAM, Eunice. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: https://docero.com.br/doc/v1c888. Acesso em: 05 jan. 2020.

EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; LOWE, Andy. **Pesquisa gerencial em administração**: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalho em consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999.

FÁVERO, Maria Helena. A pesquisa de intervenção na psicologia da educação matemática: aspectos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 1/2011, p. 47-62, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/pdf/er/nse1/04.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS – FOREXT. 2001, Recife. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.uniso.br/forext/docs/cartas/Recife-2001.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

FRANTZ, Walter. Universidade comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção. *In*: FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir (org.). **As funções sociais da universidade**: o papel da extensão e a questões das comunitárias. Ijuí: Unijuí, 2002.

FRANTZ, Walter. O processo de construção de um novo modelo de universidade: a universidade comunitária. *In*: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Modelos institucionais de educação superior**. Brasília: INEP, 2006. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489018/Modelos+institucionais+de+educ a%C3%A7%C3%A3o+superior/89198807-fbba-476e-8860-9d7ffc3e336b?version=1.0. Acesso em: 10 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/Extensao_ou_Comunicacao1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**? 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê? Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de **pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Romeu *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 185-221. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/1885. Acesso em: 20 set. 2020.

GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani. **Gestão universitária**: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/1647-Texto%20do%20artigo-2654-1-10-20180227%20(1).pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; VIEIRA, Carina Silva. Extensão universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 269 - 291, jan./jun. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/ruiz/Downloads/20883-99876-1-SP%20(4).pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez, 1986.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior**: dados Brasil. 10. ed. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/dados-brasil/. Acesso em: 05 ago. 2020.

JEZINE, Edineide. A extensão universitária como uma prática social. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais** [...]. Quito: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU), 2006. p. 1-16. Disponível em: http://openbiblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/49411.pdf. Acesso em: 12 fev.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

2021.

LOBO, Thereza. Comunidade solidária: estratégia para desenvolvimento social. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD. 8-11., 2002, Lisboa, Portugal. **Anais** [...] Lisboa, 2002. Disponível em:

https://pt.scribd.com/document/40450495/Comunidade-Solidaria. Acesso em: 15 jun. 2020.

LÜCKMANN, Luiz Carlos; CIMADON, Aristides; BERNART, Eliezer Emanuel. O modelo comunitário de educação superior: instituições públicas não estatais? **Impulso**, Piracicaba, v. 25, n. 63, p. 19-34, maio-ago. 2015. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2219. Acesso em: 10 ago. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul. 2014. Disponível em: https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2017.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação Superior e os desafios no novo século**: contextos e diálogos Brasil-Portugal. Brasília: EDU-UnB, 2017. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20 Brasil.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. **O ensino superior privado no Distrito Federal (1973-1993)**. Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9504.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **65 anos de Extensão Universitária na UFES**: uma trajetória de desafios e conquistas. Vitória/ES: Editora Proex, Disponível em: http://proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/65_anos_de_extensao.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

MIGUENS JÚNIOR, Sérgio Augusto Quevedo; CELESTE, Roger Keller. **A extensão universitária**. Disponível em:

file:///C:/Users/ruiz/Downloads/captuloextensouniversitriaFINALago2012%20(1).pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível em: file:///D:/artigos/Avaliaoportriangulao_livro.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silvana Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-293, maio/ago. 2009

MORAES, Maria Cândida. Prefácio. *In*: MENEZES, Ana Luisa Teixeira; SÍVERES, Luiz (org.). **Transcendendo fronteiras a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. *E-book*. Disponível em:

file:///D:/artigos/Transcendendo%20Fronteiras_a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20extens%C3%A3o%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Comunit%C3%A1rias%20de%20Ensino%20Superior.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

NEVES, Clarissa, Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino superior no Brasil**: uma visão abrangente. Disponível em:

:http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%2 OBrasil.pdf Acesso em: 15 jul. 2020

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo horizonte: PREX/UFMG; O Fórum, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. *In*: **Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**, 2013, Belo Horizonte/MG. Disponível em:

https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo. A extensão nas Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias: referenciais teóricos e metodológicos. *In*: **Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias**, 2006, Recife/PE. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/forumnacional_acaocomunitaria.pdf Acesso em: 10 fev. 2020.

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 3, 2015. p. 8-27. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/300078147.pdf. Acesso em: 10 mai. 2020.

PAIM, Janir de Quadra; YAMAGUCHI, Cristina Keiko. Papel das universidades comunitárias de ensino superior de Santa Catarina para o desenvolvimento regional. Disponível em:

http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvimostrappga/paper/view/4726. Acesso em: 02 abr. 2020.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**, v.14, n. 2, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/PV6v9nLgR5XkGs5LjrrwpBk/?lang=pt. Acesso em: 05 dez. 2020.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Revista Interfaces**, Belo Horizonte, MG, v.1, n.1, 2013. Disponível em: http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitriahistriaconceitoepropostas1.p df. Acesso em: 10 jun. 2020.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das Universidades comunitárias gaúchas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 185-215, mar. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a10v14n1.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 4, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003. Acesso em: 20 fev. 2021.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *In*: FARIA, Doris Santos. **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: UNB, 2001.

ROMÃO, J. E. Paulo Freire e a extensão universitária. *In*: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (org.). **Reinventando Freire**: a práxis do Instituto Paulo Freire. São Paulo: Instituo Paulo Freire, 2018. p. 189-207. Disponível em: https://www.academia.edu/40346681/Reinventando_freire. Acesso em: 12 abr. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 07 set. 2020.

SALES, Luciene. **Extensão universitária**: concepções e práticas: o caso de uma universidade privada/comunitária. Goiânia: GEV, 2003.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Política Nacional de Extensão**: referenciais teórico-práticos para sua construção. Piracicaba: Unimep, [s. d.]. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/hipoteses.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, Pedro Floriano dos; SANTOS, Caio Floriano dos. A história da Extensão Universitária no Brasil e Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária e das

Universidades e IES Comunitárias. *In*: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; SÍVERES, Luiz (org.). **Transcendendo fronteiras**: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. *E-book*. Disponível em:

file:///D:/artigos/Transcendendo%20Fronteiras_a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20extens%C3%A3o%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Comunit%C3%A1rias%20de%20Ensino%20Superior.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008. Disponível em:

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo %20XXI.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa de Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

SCHMIDT, João Pedro. **Universidades comunitárias e terceiro setor**: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018. Disponível em:

http://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/Universidades-comunit%C3%A1rias-ebook.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

SCHMIDT, João Pedro; CAMPIS, Luiz Augusto Costa. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. *In*: SCHMIDT, João Pedro (org.). **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz: Edunisc, 2009.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013_Texto%201%20Serrano_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião? *In*: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Modelos Institucionais de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006. p. 67- 92. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489018/Modelos+institucionais+de+educ a%C3%A7%C3%A3o+superior/89198807-fbba-476e-8860-9d7ffc3e336b?version=1.0. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Enio Waldir. Extensão e desenvolvimento regional: discurso das Universidades Comunitárias do RS. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: https://www.ufmg.br/congrext/Avalia/Avalia3.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020

SÍVERES, Luiz. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: MENEZES,

Ana Luisa Teixeira; SÍVERES, Luiz (org.). **Transcendendo fronteiras a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. *E-book*. Disponível em: file:///D:/artigos/Transcendendo%20Fronteiras_a%20contribui%C3%A7%C3%A3o% 20da%20extens%C3%A3o%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Comunit%C 3%A1rias%20de%20Ensino%20Superior.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2010.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da Extensão Universitária: a partir dos seus interlocutores. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) — Universidade Federal de Goiás, Goiás 1995. Disponível em: file:///D:/artigos/Dissert_-_Ana_Luiza_Lima_Sousa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, Donaldo Bello. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25 n. 59, set./dez. 2014. Disponível em:

http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3001/2855. Acesso em: 12 fev. 2021.

SOUZA, José Geraldo. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/viewFile/461/441. Acesso em: 05 jan. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000117&pid=S0104-4060200600020000300022&lng=en. Acesso em: 10 jan. 2020.

THOMÉ, Vilmar. Introdução. *In*: MENEZES, Ana Luisa Teixeira; SÍVERES, Luiz; (org.). **Transcendendo fronteiras a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Ebook. Disponível em:

file:///D:/artigos/Transcendendo%20Fronteiras_a%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20extens%C3%A3o%20das%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20Comunit%C3%A1rias%20de%20Ensino%20Superior.pdf. Acesso em: 02 mar. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em:

http://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

VANNUCCHI, Aldo. Universidade comunitária. São Paulo: Loyola, 2011.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014. Disponível em:

http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2014/m2014_Carina%20Silva%20Vieira.p df. Acesso em: 10 mar. 2020.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O que é universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.